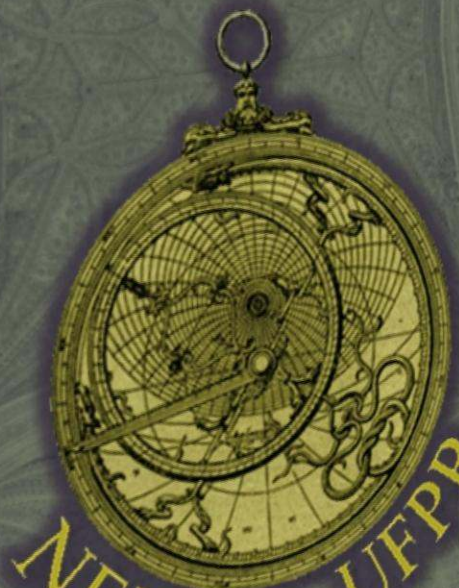
Revista Diálogos Mediterrânicos

Dossiê
"O medievo peninsular visto pela historiografia extra-ibérica"



NEMED - UFPR

Número 2
Maio/2012
ISSN 2237-6585

REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS
EQUIPE EDITORIAL

EDITOR GERENTE

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Dennison de Oliveira, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Hans-Werner Goetz, Universität Hamburg, Alemanha
Prof. Dr. Saul António Gomes, Universidade de Coimbra, Portugal
Profa. Dra. Aline Dias da Silveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Prof. Dr. Stéphane Boissellier, Université de Poitiers, França
Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Profa. Dra. Renata Cristina Nascimento, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Prof. Dr. Gerardo Fabián Rodríguez, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina
Profa. Dra. Ana Paula Magalhães, Universidade de São Paulo, Brasil
Profa. Dra. Maria Filomena Pinto Da Costa Coelho, Universidade de Brasília, Brasil
Profa. Dra. Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
Prof. Dr. José Carlos Gimenez, Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Profa. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Prof. Dr. Marcos Luis Ehrhardt, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Profa. Dra. Armênia Maria de Souza, Universidade Federal de Goiás, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Prof. Doutorando André Luiz Leme, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Doutoranda Elaine Cristina Senko, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Profa. Doutoranda Janira Feliciano Pohlmann, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Mestre Otávio Luiz Vieira Pinto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

FOCO E ESCOPO DA REVISTA

A **Revista Diálogos Mediterrânicos**, vinculada ao **Núcleo de Estudos Mediterrânicos** da Universidade Federal do Paraná, tem como principal missão à difusão do conhecimento historiográfico relativo a realidade do mundo mediterrânico na diacronia histórica, desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Tal iniciativa é amparada por objetivos definidos, como o de incentivar a produção acadêmica – científica qualificada e, conseqüentemente, incrementar o debate e o intercâmbio entre especialistas nas áreas das Ciências Humanas que tenham como motor de suas investigações a História do mundo mediterrânico. Trata-se duma publicação vocacionada ao espaço científico, sendo destinada à divulgação de artigos e resenhas de mestrandos, mestres, doutorandos e doutores que devem ter como tema central a História na realidade mediterrânica.

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados pela página web http://www.dialogosmediterranicos.com.br, através do sistema Open Journal Systems que favorece a ocorrência duma avaliação criteriosa e séria por parte dos pareceristas e dos autores de artigos e resenhas. Para tanto é essencial que cada autor realize seu cadastro no sistema, seguindo os passos informados. Os trabalhos serão enviados para sessões específicas – Dossiê; Artigos Isolados; Resenhas; Entrevistas – e sua publicação será realizada conforme a avaliação dos pareceristas.

CONTATO PRINCIPAL

Núcleo de Estudos Mediterrânicos
Universidade Federal do Paraná

Endereço: Rua Gal. Carneiro, 460. Prédio D. Pedro I, 7º andar, sala 715.
Centro - Curitiba - Paraná – Brasil
CEP 80060-150

Telefone: 55 (41) 3360-5416 / 3360-5417

E-mail: revistadialogosmediterranicos@hotmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL

Editorial Revista "Diálogos Mediterrânicos" **7**
Renan Frighetto

DOSSIÊ
"O MEDIEVO PENINSULAR VISTO PELA HISTORIOGRAFIA EXTRA-IBÉRICA"

Apresentação ao Dossiê **9**
Fátima Regina Fernandes

A história medieval e os desafios da contemporaneidade na França **11**
Stéphane Boissellier

L'Islam andalou dans l'historiographie européenne (non ibérique) **20**
François Clément

Les inscriptions médiévales de la Péninsule ibérique et les recherches européennes en épigraphie **34**
Vincent Debiais

Las Crónicas de la Baja Edad Media Ibérica en la Historiografía Europea (no Ibérica), (1999-2010) **48**
Charles Garcia

Crônica de um gênero histórico **67**
Marcella Lopes Guimarães

A península ibérica medieval no Programa de Estudos Medievais da UFRJ **79**
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

ARTIGOS

Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias Ibéricas Medievais **98**
José Carlos Gimenez

Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages **110**
Hans-Werner Goetz

RESENHAS

GOODY, Jack. Renascimentos: um ou muitos? Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 373p. ***130***
Elaine Cristina Senko

SCHMITT, J-C. O corpo das imagens. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru/SP: Edusc, 2007, 382p. ***133***
Diogo da Silva Roiz

NORMAS DE PUBLICAÇÃO ***137***

EDITORIAL

Editorial Revista "Diálogos Mediterrânicos"

Renan Frighetto
Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Estudos Mediterrânicos

Voltada ao estudo das humanidades, a revista *Diálogos Mediterrânicos* nasceu com a proposta de albergar e difundir os debates que vem desenvolvendo-se no âmbito acadêmico-científico sobre a realidade histórica do mundo mediterrânico. Neste número se oferece um destaque especial aos estudos relativos a História Medieval desenvolvidos em núcleos de investigação e pesquisa brasileiros e franceses e que são apresentados no *Dossiê O medievo peninsular visto pela historiografia extra-ibérica*, coordenado pela Profa.Dra. Fátima Regina Fernandes, do *Núcleo de Estudos Mediterrânicos* da Universidade Federal do Paraná, que conta com a participação de medievalistas brasileiros e franceses. Além destes, na seção *Artigos*, encontram-se estudos de grande relevância historiográfica realizados por destacados historiadores e medievalistas, como o Prof.Dr.Hans Werner Goetz, da Universidade de Hamburgo (Alemanha) e o Prof.Dr. José Carlos Gimenez, da Universidade Estadual de Maringá (Brasil). Completam este número da revista *Diálogos Mediterrânicos* as resenhas feitas pelos Professores Mestres Diogo Roiz e Elaine Senko.

Destacamos a qualidade de todos os trabalhos encaminhados e que foram devidamente avaliados e aprovados por pares, segundo a política de publicação da revista *Diálogos Mediterrânicos*. Agradecemos a todos os autores pela confiança de terem remetido seus estudos à nossa revista e esperamos que os mesmos provoquem o diálogo, a troca de idéias e o intercambio de opiniões, elementos salutares para o pleno desenvolvimento do debate acadêmico-científico. De igual forma queremos expressar nossa gratidão à todos os que colaboraram para que a revista *Diálogos Mediterrânicos* tenha saído do plano das idéias para o universo das publicações científicas. Para todos, autores, consultores, editores e alunos, vale recordar aqui uma frase do grande Cícero, que no seu escrito sobre *A Amizade*, dando voz a Lélio, disse-nos, *"...penso que a amizade não pode existir senão entre os bons..."*. Obrigado!!!

Prof.Dr.Renan Frighetto
Editor da revista *Diálogos Mediterrânicos*.

DOSSIÊ

"O MEDIEVO PENINSULAR VISTO PELA HISTORIOGRAFIA EXTRA-IBÉRICA"

Apresentação ao Dossiê
"O medievo peninsular visto pela historiografia extra-ibérica"

Fátima Regina Fernandes
Universidade Federal do Paraná
Núcleo de Estudos Mediterrânicos

Eis que vem a foro o primeiro dossiê da revista *Diálogos Mediterrânicos* do qual me coube a responsabilidade de organização. Iniciativa que resultou de uma aproximação já há algum tempo ensaiada entre os medievalistas do *Núcleo de Estudos Mediterrânicos* (NEMED) da Universidade Federal do Paraná e o *Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale* (CESCM) da Université de Poitiers.

A realização de dois eventos científicos, o primeiro em Poitiers em 2010 e o segundo em Curitiba em 2011, estreitou os laços de caráter científico unindo acadêmicos franceses e brasileiros na tarefa de analisar o medievo peninsular a partir de uma historiografia extra-ibérica. Um mar de razões poderia ter obstado tais iniciativas e só o interesse de pesquisa, a vocação e curiosidade científicas e algum apoio institucional mantiveram e mantêm ainda os vínculos científicos entre os núcleos de pesquisa francês e brasileiro, na via do diálogo investigativo medieval.

O estudo da tradição mediterrânica no Brasil necessita de pouca justificativa, afinal, a tradição mediterrânica que o espaço português recepcionou em sua formação histórica chegaria ao Brasil juntamente com as caravelas de Cabral e seria resignificada a partir do contato com outras bases culturais autóctones e de várias origens que igualmente por aqui aportaram. A visão de mundo, as tradições institucionais, culturais, de espiritualidade, entre tantas outras, teriam no Brasil uma ocasião de atualização através de nosso processo histórico; elas se transformariam, perpetuar-se-iam, conservando, no entanto, em boa parte as matrizes ibéricas, mediterrânicas. Daí a pertinência de apresentarmos este dossiê neste periódico científico, *Diálogos Mediterrânicos,* promovido pelo *Núcleo de Estudos Mediterrânicos*, o qual permite ampliar e quem sabe atrair outros pesquisadores que façam deste o seu fórum de debate, suscitando igualmente interesse no desenvolvimento de projetos conjuntos.

Em relação à problemática de pesquisa que dá título a este dossiê, *O medievo peninsular visto pela historiografia extra-ibérica*, numa parceria franco-brasileira tem sido fruto de reflexões conjuntas entre os dois núcleos de pesquisa. O olhar à distância da historiografia brasileira sobre as realidades medievais portuguesas é uma perspectiva privilegiada, afinal podemos conhecer de perto a tradição, com a vantagem de estarmos isentos das pressões da academia lusa, livres das

contingências que eventualmente limitam o olhar, as escolhas, as certezas consagradas. Uma experiência partilhada, neste dossiê, com os colegas de Poitiers que se dedicam aos mesmos estudos à luz de preocupações francesas.

Assim, a compreensão da medievalidade portuguesa será vista nesta apresentação prévia e coletiva de seus resultados por muitas vias, inicialmente o Prof. Dr. Stéphane Boisselier (Université de Poitiers) nos traz uma panorâmica da medievalística francesa; na mesma linha da Profa. Dra. Andréia Lopes Frazão da Silva (UFRJ) que se debruça sobre os estudos de História Medieval realizados no âmbito de um núcleo de pesquisa parceiro do NEMED, o Programa de Estudos Medievais (PEM) da UFRJ. A Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães (UFPR) nos traz os resultados críticos de um balanço historiográfico sobre a cronística medieval no Brasil debatendo com o Prof. Dr.Charles Garcia (Université de Poitiers) cujas contribuições abordam a cronística baixo-medieval ibérica vista por pesquisadores europeus não-ibéricos. Uma linha de revisão crítica dos temas que se aproxima do trabalho do Prof. Dr. François Clément (Université de Nantes), pesquisador que nos oferece um estado da arte dos estudos sobre o Islam andaluz realizados pela historiografia européia de além Pirineus. Reflexões estruturais que dialogam com o artigo da pena do Prof.Dr.Vincent Debiais (CESCM) que trata dos estudos que se detêm na área de Epigrafia medieval ibérica.

Um conjunto seleto de pesquisadores cujos artigos aqui gentilmente disponibilizados como contribuição a este dossiê ultrapassa em muito o âmbito da divulgação, na verdade identificam um panorama dentro de um recorte de estudos específicos e demonstram em seus trabalhos as potencialidades de suas investigações, sutilmente convidando outros pesquisadores a virem participar desta empreitada, a pesquisa científica sobre a medievalidade ibérica.

Restam apenas os agradecimentos àqueles que contribuíram para que este dossiê se tornasse realidade, amigos e colegas de pesquisa a um nível local e outros à distância, cujo esforço conjunto demonstrou que hoje como sempre a ciência histórica tem a capacidade de congregar com grande proveito homens e mulheres de línguas e visões diferentes reunidos à volta de uma área de pesquisa, ultrapassando barreiras e dificuldades de vária ordem para realizar este produto de pesquisa que agora oferecemos graciosamente a todos os interessados. Boa leitura e bom proveito!

A história medieval e os desafios da contemporaneidade na França[1]

The medieval history and the challenges of the contemporaneity in France

Stéphane Boissellier
Universidade de Poitiers

Resumo

O trabalho aqui apresentado traz um balanço reflexivo sobre a produção acadêmica francesa no âmbito da história medieval, destacando as principais questões institucionais e tendências intelectuais que afetam o historiador francês na contemporaneidade.

Palavras-chave: Idade Média ; Historiografia Francesa ; História Intelectual.

Abstract

The work here presented brings a reflective balance on the French academic production in medieval history, highlighting the main institutional issues and intellectual trends that affect the French historian in contemporaneity.

Keywords: Middle Ages; French Historiography; Intellectual History.

● **Enviado em: 15/09/2011**
● **Aprovado em: 29/11/2011**

[1] Esta contribuição serve apenas de (leve) fundamento, pelo lado "francês", à problemática do confronto entre historiografias medievais brasileira e francesa, sobre a qual esboçámos uma nota em BOISSELLIER (Stéphane) : « Le dialogue avec une nouvelle historiographie médiévistique : autour d'un ouvrage et d'une table-ronde récents » in. *Cahiers de civilisation médiévale* 54 (fasc. 214). Poitiers. 2011, pp 215-222.

Como prova-o a presença de vários medievalistas brasileiros em França e franceses no Brasil, o estudo da Idade média tornou-se mundial, ainda que a noção cronológica à origem deste campo de estudo seja relevante apenas para uma pequena parte do mundo, o Ocidente europeu, e, ao rigor, o mundo arabomuçulmano e o Japão. A França muito tempo foi um país motor neste domínio, e, embora a sua influência tenha recuado fortemente, pode ser ainda útil elaborar um balanço dos nossos contributos[2]. Se a historiografia francesa continua a suscitar certo interesse, não é tanto devido às suas audácias como ligado à massa dos trabalhos e graças à tradição que têm os medievalistas franceses de trabalhar sobre regiões externas ao seu próprio país, criando assim relações com a Itália, a Espanha, o Magrebe, a Grécia, os países do Médio Oriente[3]…

1. História medieval e sociedade francesa[4]

Nos 30 últimos anos, o lugar dos estudos medievais na sociedade francesa evoluiu, mas de maneira bastante pouco sensível. Sem estar a falar das publicações especializadas, que se multiplicam de maneira vertiginosa mas que encontram um público ínfimo, as obras de vulgarização sobre a Idade Média não são muito mais em retrocesso que os outros livros de ciências humanas (com excepção das biografias) ; se são-no um pouco mais, é devido à crescente falta da cultura necessária para apreciar realmente os tempos medievais. Só alguns sectores conhecem sucessos de livrarias, quer os de exotismo medieval tradicional (castelos, bruxaria, vida diária, arte militar, Templários), quer os que estão ou parecem ligados a problemas contemporâneos (as Cruzadas, sobretudo, depois do ataque do World Trade Center por al-Qaida, o 11 de setembro de 2001).

---

2 Embora emita algumas opiniões pessoais no breve panorama esboçado aqui, não pretendo renovar em tão poucas páginas uma reflexão (quase uma introspecção) historiográfica muito desenvolvida no medievalismo francês actual ; citarei apenas sínteses de LE GOFF (Jacques) /SCHMITT (Jean-Claude) :« L'histoire médiévale » in. *Cahiers de civilisation médiévale X-XIIe siècles* 39 (n° 153-154) (« La recherche sur le Moyen Âge à l'aube du vingt-et-unième siècle »). CESCM/Université de Poitiers. Poitiers. 1996, pp 9-25 e IOGNA-PRAT (Dominique) :« La sortie du gué ? Retour sur l'histoire du Moyen Âge en France (1998-2008) » in. *Le Moyen Âge vu d'ailleurs : voix croisées d'Amérique latine et d'Europe* (Eliana Magnani dir.) (collection « Sociétés »). Editions Universitaires de Dijon. Dijon. 2010, pp 175-186.

3 O papel de Escolas francesas (Ecole Française de Rome, Ecole Française d'Athènes, Casa de Velázquez, em Madrid, Institut Français du Proche-Orient, principalmente en Beirute e Damasco, Institut Français d'Archéologie Orientale, no Cairo…) muito vertidas na dimensão histórica das culturas estrangeiras nesse internacionalismo é inegável.

4 Encontrara-se uma reflexão desenvolvida sobre a legitimidade social da história medieval em MORSEL (Joseph) DUCOURTIEUX (Christine) : *L'histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat... Réflexions sur les finalités de l'histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'histoire s'interrogent*. LAMOP-Paris I. 2007 (*lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/SportdecombatMac.pdf) ; muito mais sintético será OSCHEMA (Klaus) : « Les Europes des médiévistes. Remarques sur la construction d'une identité entre science historique et actualité politique »* in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 37-50.

Para além da leitura de livros, de qualquer modo em declínio, uma Idade média fantasiada, ao limite da ignorância, suscita no grande público um apreço inegável e crescente, enquanto servindo para saciar as necessidades de uma sociedade de lazeres : dado a abundância dos vestígios materiais medievais na França, os simulacros de banquetes, de festas, de torneios... localizam-se de preferência no período medieval. Um aspecto positivo deste sucesso ambíguo, mas que beneficia apenas à sectores limitados da medievalidade (sobretudo à história da arte), é o interesse bastante largo para todas as produções plásticas medievais – o que preenche o museu de Cluny, em Paris, e as catedrais – e até para a literatura, principalmente a novela cortês ; certas gravações musicais, como as *Cantigas de Santa Maria*, conhecem um sucesso comercial surpreendente (como, há 35 anos, o efeito de moda, mas esta vez em redor de um livro, o *Montaillou, village occitan* de E. Roy Ladurie).

Mas, desde a morte de G. Duby e a reforma de J. Le Goff, nenhum medievalista tem uma verdadeira audiência mediática. Este retrocesso implica sobretudo as relações dos meios universitários e académicos com as outras elites, nomeadamente os meios de comunicação e da política, dos quais falarei adiante. Mas, mais largamente, a palavra dos historiadores apenas é entendida quando refere-se a tempos recentes ; por falta de cultura, as sociedades modernas perdem a sua memória longa – ou antes, constroem-na sem intervenção do historiador, como finalmente quase sempre o fizeram. Com efeito, a história é a única ciência humana a conservar a forma do relato, e as elites políticas percebem-na a justo título como incapaz de propôr esquemas operacionais para pensar o mundo, presente ou passado, fora da história contemporânea : o sustento pelos fundos públicos de eruditos e narradores de história não aparece como uma necessidade política.

Os estudos medievais inscrevem-se mais largamente na evolução do ensino superior e da investigação (que não são totalmente confundidos em França, por causa da existência do Cnrs, ao lado das Universidades). Certamente, a sensível baixa dos efectivos estudantes desde uma dezena de anos não é mais marcada no estudo da história que em outras disciplinas, como as línguas, a sociologia ou a filosofia ; mas se os estudantes sentem uma vaga simpatia para a Idade Média a nível da licencia (por razões que não são muito mais fundadas que as do grande público), recuam depois devido às exigências técnicas da médiévalística e ainda mais por causa do presentismo de que são impregnados - assim, no último ciclo (de 3 anos) do ensino secundário, receberam quase apenas cursos de história contemporânea e encarando principalmente o período posterior à Segunda Guerra Mundial ! Se a via da facilidade (por exemplo em direcção da história contemporânea) explica-se pelas evoluções culturais relativas ao conjunto da sociedade, a forte baixa de efectivos que golpeia os masters de história medieval desde uma dezena de anos justifica-se igualmente pelo

facto de estes diplomas, numa classificação utilitarista absurda, serem qualificados, na sua quase totalidade, de pura formação "à investigação", e oporem-se aos masters ditos "profissionais" (os quais referem-se quase exclusivamente ao património histórico material, ou seja às disciplinas de história da arte e arqueologia).

Curiosamente, este fenómeno tem ainda poucas consequências sobre a fase académica posterior, isto é as investigações doutorais. Como todos os países sujeitos ao sistema LMD, a duração das teses foi encurtada fortemente, tomando por modelo as ciências duras, enquanto que as disciplinas culturais necessitam uma acumulação de saber incompressível ; a formação inicial necessária para a exploração do passado medieval obriga por conseguinte os investigadores principiantes a pedir numerosas derrogações para além dos 3 anos legais da tese, para terminar um trabalho correcto. Mas aquilo não impede o número de teses em história medieval de continuar elevado (cerca de uma centena de defesas por ano[5]) – o que coloca um outro problema, o das oportunidades profissionais dos novos doutores…

Do lado do enquadramento destas investigações, a pressão política tornou-se considerável ; como em todos os países desenvolvidos, os dogmas neoliberais desviam os financiamentos públicos fora da cultura. Num contexto de crise geral da investigação, ligada mais precisamente, desde alguns anos, à modalidades técnicas como a autonomia das universidades e o retalho do CNRS em institutos, a história dos tempos pré-industriais sofre particularmente de certas orientações implícitas : na redistribuição dos postos, as ciências humanas sobrevivem apenas pelos seus efectivos estudantes, mas muitos dos postos de professores-investigadores, particularmente em história medieval, são perdidos em proveito do ensino da informática, da engenharia ou do *business*, que produzem um saber com utilidade imediata.

Por último, o velho desejo dos governos de gerir directamente a investigação, sem associar os próprios investigadores às grandes orientações, desemboca em grandes dificuldades para financiar os programas e as manifestações mais adequado/as às nossas práticas ; imitando a União Européia com os seus European Science Foundation e European Research Council, a fundação de grandes agências (Agence Nationale de la Recherche = ANR, Agence d'Evaluation de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur = AERES), cujo princípio é *Big is beautiful*, e a multiplicação de programas temáticos constrangem o investigador a organizar projectos pesados e artificiais. Ao extremo, esta tutela político-administrativa produz "leis mémoriais" ; certo é que se referem principalmente aos tempos recentes (a escravidão, a negação dos genocídios do séc. XX, a

[5] É muito difícil avaliar esse número : o site da principal associação de medievalistas franceses, a SHMESP (Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public), regista 42 defesas para o ano de 2009, mas o registo, que depende da boa vontade dos directores, é uma prática recente, e é longe de abranger toda a realidade.

colonização europeia), mas podemos temer que, mais geralmente, o "politicamente correcto" acompanhando a subida dos comunitarismos torne difícil o estudo de certos aspectos especificamente medievais da história, como as Cruzadas ou o contributo da ciência arabomuçulmana à cultura ocidental (que tem dado lugar recentemente à uma controvérsia desproporcionada, indo além mesmo dos meios universitários[6]). É verdadeiro que são precisamente estes aspectos que fascinam o grande público.

2. As tendências intelectuais da investigação

Do ponto de vista epistemológico, é necessário sempre partir da "escola" dos Annales, que fundou, nos anos 1930, o papel de motor da historiografia francesa (não somente no campo medieval, por certo). A grande originalidade desta "escola" era a concepção, revolucionária, de uma história social, ou seja de uma história global, integrando todos os fenómenos que se produzem num grupo dado (este sendo o mais largo possível, com a ambição implícita de estabelecer esquemas funcionando para todo o Ocidente) ; para o efeito, os fundadores pensavam que os historiadores, que eram sobretudo anteriormente técnicos dos textos antigos, deviam assimilar os métodos e os conceitos das outras ciências humanas, como a geografia, a sociologia e a etnologia – depois, nos anos 1970, a antropologia veio de juntar-se à estas disciplinas e tomou, como sabe-o-se, quase todo seu lugar[7].

Esta ambição totalizadora falhou, e não só na França ; abandonando o laço social, que era ao meu sentido o melhor prisma para uma abordagem multi-dimensional dos homens do passado, a antropologia histórica, que conheceu um sucesso fulguroso, multiplicou tanto os objectos de estudo que estes ficaram muito pontuais, ao ponto que se fala actualmente de "história em migalhas" (F. Dosse)[8]. As exigências, sempre mais pesadas, de formação dos medievalistas levam também a acantonar-se a campos de investigação muito precisos. Por último, sem podermos distinguir realmente a causa e o efeito, este recesso sobre domínios restritos é pelos menos paralelo à uma atomização das formas de comunicação dos resultados da investigação : a multiplicação ultrajante dos colóquios e das revistas leva os investigadores a estudar muito precisamente pequenos dossiês documentais sem nunca chegar a sintetizar. A atomização das investigações permite revestir-se do

6 Controvérsia desencadeada pelo livro de GOUGUENHEIM (Sylvain) : *Aristote au Mont St-Michel. Les racines grecques de l'Europe chrétienne* (coll. « L'Univers historique »). Seuil. Paris. 2008.

7 Denunciámos o abandono das tradicionais e frutíferas alianças com ciências sociais "irmãs" em BARON (Nacima) BOISSELLIER (Stéphane) : « Sociétés médiévales et approches géographiques : un dialogue de sourds ? » in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 163-177.

8 DOSSE (François) : *L'histoire en miettes. Des « Annales » à la « nouvelle histoire »*. La Découverte. Paris. 1987.

casaco da pluri-disciplinaridade (a qual permaneceu a palavra chave dos ministérios desde os anos 1970, sob a influência de F. Braudel e da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales "fundada" por ele) : quando cada um é especialista de um minúsculo pedaço do saber, qualquer reunião constitui uma "equipa" para analisar tal objecto (incluindo, mas de maneira frequentemente artificial, um(a) especialista de uma ciência humana vizinha ou mesmo, para os arqueólogos, de uma ciência dura, como a geologia ou a paléo-botânica).

Este recesso explica-se também, mais profundamente, pelo questionamento dos grandes paradigmas. A evolução conceptual (que é, às vezes, apenas uma introdução de conceitos onde havia sobretudo ideias simples) é sempre legítima, mas toma frequentemente a forma de uma rejeição brutal, ligada à tradição académica recente de "matar o pai" (assim, no debate muito franco-francês em redor da "mutação" do ano 1000)[9]. Para um medievalista como Alain Guerreau, autor de uma obra bastante difundida[10], todas nossas categorias para pensar o passado são anacrónicas porque procedentes das diversas revoluções sociais e culturais que conheceu o Ocidente europeu a partir do século XVIII, e são portanto incapazes de colocar correctamente os problemas ; num discurso que frisa frequentemente o pedantismo, o autor não faz finalmente mais que "descobrir a água quente", dado que se trata de um velho debate entre os etnólogos, o do papel para dar às "categorias indígenas" : conservar a palavra *Ecclesia* em vez de falar de "Igreja" não resolve qualquer problema...

Em contrapartida, certas inflexões, menos ruidosas, são susceptíveis de reorientar certos inquéritos ; assim, o campo, ao meu parecer essencial, da história económica medieval, é abandonado desde os anos 1980, porque os historiadores fizeram a falta de adoptar sem crítica as categorias da economia política, rígidas e inaptas a dar conta do que são a produção e as trocas de bens no mundo medieval, não somente para os próprios actores mas sobretudo na lógica global do sistema social[11]. Por exemplo, os inquéritos recentes sobre o mercado da terra e as rendas senhoriais, lançados por M. Bourin com base na sociologia e na antropologia económica (acerca de

---

9 Sobre o assunto – que foi, no seu começo, uma querela quase pessoal entre Guy Bois e Robert Fossier, na qual logo interviram Pierre Toubert, a propósito da economia carolíngia, e sobretudo Dominique Barthélémy, acerca da interpretação dos textos, este último com uma certa virulência, incluindo a herança de G. Duby na discussão – , ver a obra « fundadora » de BOIS (Guy) : *La mutation de l'an mil. Lournand, village mâconnais de l'Antiquité au féodalisme*. Fayard. Paris. 1989 e as reformulações propostas em *Médiévales* 21 (« L'an mil. Rythmes et acteurs d'une croissance »). St-Denis. 1991.

10 GUERREAU (Alain) : *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle ?* Ed. du Seuil. Paris. 2001.

11 Cf FELLER (Laurent) : « Histoire du Moyen Âge et histoire économique (Xe-XVe siècle) en France » in. *Dove va la storia economica ? Metodi e prospettive, secc. XIII-XVIII / Where is economic history going ? Methods and prospects from the 13th to the 18th centuries. Atti della « Quarantaduesima Settima di Studi » 18-22 aprile 2010* (Francesco Ammannati éd.) (Fondazione Istituto internazionale di Storia economica « F. Datini », Prato, Serie II – Atti delle « Settimane di Studi » e altri convegni, vol. 42). Firenze University Press. Florence. 2011, pp 39-60.

objectos que se pensava serem "propriedades" da ciência económica !), desentupiram o beco no qual as investigações anteriores perderam-se[12].

A antropologia histórica, focalizada sobre as representações mentais e a dimensão simbólica dos *artefacts* e dos feitos sociais, provocou também um abalo na distribuição dos temas de investigações. A abordagem subjectiva invadiu a historiografia medieval francesa, o que explica ao mesmo tempo o triunfo da história religiosa e política e a focalização sobre os testemunhos pontuais, de natureza antes "literária" (ou seja compostos sabiamente) ; afinal, é sobre o actor individual que se focaliza a abordagem, o que é provado pelo êxito das biografias. Os dados objectivos da existência humana – aqueles que não somente não são construídos pelo sujeito consciente, mas que lhe escapam devido aos "efeitos de sistema" –, como os processos de produção, os circuitos de trocas, a inserção social... são abandonados cada vez mais, ao mesmo tempo porque estes dados não são analisáveis à escala das unidades documentais (os actos e até os registos administrativos), e porque o actor é lá escondido pelo grupo[13]. A preocupação de atingir a consciência mesma dos homens, que era já a ambição da história das mentalidades nos anos 1970, levou a negligenciar a abordagem colectiva ; é dramático, porque, fora dos reis e de certos escritores, a imensa maioria dos destinos medievais são-nos acessíveis e tomam sentido apenas colocados em movimentos gerais.

Certamente as interrogações relativas às trocas entre os homens (e a sua eventual mediação por instituições e normas) não desapareceram, mas são actualmente monopolizadas pelos arqueólogos[14]. Com efeito, a arqueologia medieval, de aparecimento tardio na França (em relação aos países anglo-saxões) e mais ou menos contemporânea da subida da antropologia histórica, criou uma fractura ; influenciados mais ou menos conscientemente por um matérialismo ligeiramente simplista e pelo *linguistic turn*, arqueólogos e historiadores dos textos compartilharam-se o trabalho: aos primeiros "as realidades" (o que subentende que só a matéria tem uma realidade) e aos segundos as construções discursivas supostas revelar só os sistemas de pensamento e os

12 *Le marché de la terre au Moyen Âge* (dir. Laurent Feller / Chris Wickham) (« Collection de l'EFR », 350). EFR. Rome. 2005 e *Pour une anthropologie du prélèvement seigneurial dans les campagnes médiévales (XIe-XIVe siècles). Réalités et représentations paysannes. Colloque tenu à Medina del Campo du 31 mai au 3 juin 2000* (Monique Bourin / Pascual Martínez Sopena éd.) (coll. « Histoire ancienne et médiévale » 68). Presses de la Sorbonne. Paris. 2004.

13 Contra essa tendência, no Cescm de Poitiers, tentámos de colocar o problema das minorias, muito estudado a partir dos anos 1970 numa perspectiva antropológica, enquanto mecanismo de uma articulação social global, cf BOISSELLIER (Stéphane) : « De la différenciation sociale à la minoration en passant par les régulations, quelques propositions » in. *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale. Actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'abbaye royale de Fontevraud (Maine-et-Loire)* (éds. Stéphane Boissellier, François Clément et John Tolan). PUR. Rennes. 2010, pp 15-48.

14 CARTRON (Isabelle) BOURGEOIS (Luc) : « Archéologie et histoire du Moyen Âge en France : du dialogue entre disciplines aux pratiques universitaires » in. *Etre historien du Moyen Âge au XXIe siècle. XXXVIIIe congrès de la SHMESP (Cergy-Pontoise, Evry, Marne-la-Vallée, Saint-Quentin-en-Yvelines, 31 mai-3 juin 2007)* (coll. « Histoire ancienne et médiévale », 98). Publications de la Sorbonne. Paris. 2008, pp 133-148.

sentimentos. Se certos historiadores dos textos, pouco numerosos, apoderam-se ainda das *realia*, é para encontrar naquelas a dimensão espacial. Há mesmo actualmente um certo abuso da "espacialização", dado que este conceito de espaço provem mais da antropologia, mais uma vez, que da geografia[15].

A dominação actual da história das crenças religiosas e do dogma é vinculada também, para além dos seus fundamentos epistemológicos, à ambição (geralmente inconfessada) de atingir o grande público, dado que este último retem actualmente na Idade média sobretudo a sua dimensão religiosa (enquanto "a idade da fé") ; numa sociedade francesa descristianizada muito precocemente (à escala europeia) e que procura actualmente valores morais, a fascinação para o grande milénio cristão voltou a ser positiva (depois de uma longa fase de laicismo claramente anticlerical). O declínio paralelo da história socioeconómica tem também causas que excedem as posições conceptuais ; os estudos neste domínio eram efetuados sobretudo no âmbito de teses de Estado, sob a forma, tipicamente francesa (devido à relação com a geografia), de grandes monografias regionais ; ora, este quadro de estudo, que necessita amplos trabalhos em arquivos, tornou-se incompatível com a duração encurtada dos doutoramentos[16]. Com efeito, tradicionalmente na França, o estudo das estruturas e dinâmicas colectivas das épocas medieval e moderna é fundado sobre a exploração das fontes da prática, que são pontuais e descontínuas – ao ponto que a história do direito (fundada em textos doutrinais) e a história social quase ignoram-se. Além de uma espécie de preguiça ou de um efectivo desinteresse cultural, creio que há nesta evolução uma predilecção para as fontes "sintéticas", onde cada escrito parece bastar-se a sí próprio. Isto explica o regresso actual dos estudos sobre a alta Idade Média, onde os textos literários e legislativos são bem mais numerosos que os actos.

Resumidamente, parece-me que vários colegas medievalistas encaram cada vez mais a sua disciplina como outra coisa que uma ciência, com um certo esnobismo e uma falta total de sentido político. O "regresso da erudição" faz dos historiadores dos tempos pré-industriais os detentores de um saber específico (e quase esotérico aos olhos do vulgar, com o vago prestígio de que goza o mistério) mas meramente técnico. Outros, devido ao papel dos textos (e da dimensão estética de muitos monumentos materiais) na apreensão do passado, fazem da história um ornamento do

[15] Tentámos de levantar o ponto da situação epistemológica em BOISSELLIER (Stéphane) : « Introduction à un programme de recherches sur la territorialité : essai de réflexion globale et éléments d'analyse » in. *De l'espace aux territoires : la territorialité des processus sociaux et culturels au Moyen Âge. Actes de la table-ronde des 8-9 juin 2006, CESCM (Poitiers)* (Stéphane Boissellier éd.) (coll. « Culture et société médiévales » 19). Brepols. Turnhout. 2010, pp 5-85.

[16] Ver o breve artigo de jornal, cheio de humor mas também de perspicácia, de LE ROY LADURIE (Emmanuel) : « Apologie pour les damnés de la thèse » in. *Le territoire de l'historien* (coll. « Tel » 19). Gallimard. Paris. 1973, pp 537-542.

espírito, próximo do romance, em qualquer caso uma disciplina situada no seio das belas-letras[17]. Nesta perspectiva, a história, navegando entre criatividade e técnicas e exprimindo-se na forma do relato, seria uma acumulação de factos contingentes, e seria incapaz de dar sentido ao real – o que fundamenta o desprezo dos actuais dirigentes políticos par com as "letras".

Em conclusão, não é necessário sermos exageradamente pessimistas, como certos titulos sensacionais situando a historiografia francesa "ao bordo do penhasco" (R. Chartier)[18] ou "no meio do vau" (D. Iogna-Prat)[19]. Ainda que os medievalistas franceses, na sua maturidade, produzem cada vez menos aquelas potentes sínteses problemáticas que fizeram a sua glória e que foram em muitos países (nomeadamente no Brasil), numerosas teses defendidas cada ano têm um alto nível. Se os problemas logísticos e financeiros são vitais para os arqueólogos, os historiadores dos textos podem melhor sobreviver às reformas institucionais mais prejudiciais, enquanto houver arquivos públicos e bibliotecas universitárias. Como dizia G. Duby nas suas memórias, "a história continua"[20]…

[17] Endureço apenas a posição de BOUCHERON (Patrick) : *Faire profession d'historien*. Publications de la Sorbonne. Paris. 2010, na 5ª parte do livro ; vários estudos no volume *Territoires (Les) du médiéviste* (dir. Benoît Cursente et Mireille Mousnier) (coll. « Histoire »). PUR. Rennes. 2005, ao denunciarem a imprecisão semântica do léxico sobre o espaço rural por grandes mestres (Marc Bloch, Georges Duby, Robert Boutruche…) em obras primas, mostram que o historiador, para observar o rigor científico, deve fugir a poética.
Claro é que uma bela formulação pode seduzir, convencer e até suscitar ideias melhor que uma rigorosa e pesada demonstração retórica.

[18] CHARTIER (Roger) : *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris. 1998.

[19] SCHMITT (Jean-Claude) / IOGNA-PRAT (Dominique) : « Une historiographie au milieu du gué. Trente ans d'histoire médiévale en France » in. *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998) organisés par le CNRS et le Max-Planck-Institut für Geschichte* (Jean-Claude Schmitt et Otto Gerhard Oexle dir.) (coll. « Histoire ancienne et médiévale » 66). Publications de la Sorbonne. Paris. 2002, pp 399-424.

[20] DUBY (Georges) : *L'histoire continue* (coll. « Points. Odile Jacob »). Seuil. Paris. 1991.

L'Islam andalou dans l'historiographie européenne (non ibérique)

O Islã andaluz na historiografia européia (não ibérica)

François Clément
Université de Nantes

Resumo

Estudos acadêmicos relacionados ao mundo árabe-muçulmano estão florescendo com intensidade por toda a Europa, demonstrando-se um campo aberto para novas investigações e abordagens. Tendo em vista esse panorama, o presente artigo analisa especificamente as características da produção historiográfica, de origem não ibérica, sobre o Islã andaluz.

Palavras-chave: Historiografia; Idade Média; Islã andaluz.

Abstract

Academic studies related to the Arab-Muslim world are flourishing with intensity throughout Europe, demonstrating to be an open field for new researches and approaches. Given this background, the present article analyzes specifically the characteristics of the historiographic production, of non Iberian origin, on the Andalusian Islam.

Keywords: Historiography ; Middle Ages ; Andalusian Islam.

- **Enviado em: 25/11/2011**
- **Aprovado em: 29/11/2011**

Les études orientales et, plus particulièrement, celles qui portent sur le monde arabo-musulman sont présentes à des degrés divers dans la plupart des pays européens : en Espagne et au Portugal, bien sûr, mais aussi en Grande-Bretagne, en France, aux Pays-Bas, en Allemagne, en Italie, en Pologne et en Russie, pour ne citer que les pays qui ont été ou qui demeurent les plus actifs dans ce domaine. Cet intérêt remonte souvent au XIX^{e} siècle, voire aux siècles antérieurs. Il trouve son origine dans les conditions historiques de l'époque, plusieurs facteurs ayant joué de façon différentielle selon les pays. J'en mentionnerai quatre.

1. Les intérêts géopolitiques. C'est notamment le cas en France. La tradition de bons rapports avec l'empire Ottoman, inaugurée par François I^{er}, préfigure la « politique arabe de la France » chère au général De Gaulle.

2. L'égyptophilie du XIX^{e} siècle, dont l'acte fondateur serait, s'il faut désigner un événement précis, l'expédition de Bonaparte en Égypte (1798). Évolution post-révolutionnaire de l'anticomanie du siècle précédent, la passion pour la terre des Pharaons conduit non seulement à l'égyptologie moderne, mais aussi au développement d'une arabophilie et, dans une certaine mesure, d'une islamophilie où se côtoient différents acteurs :

– les saint-simoniens, qui s'installent en Égypte puis en Algérie.

– certains membres du personnel britannique présent au Caire.

– les écrivains-voyageurs qui, les *Mille et Une nuits* dans une main et le guide Joanne dans l'autre, accomplissent cette forme renouvelée, laïque et romantique, du pèlerinage à Jérusalem que constitue, au XIX^{e} siècle, le Voyage en Orient.

– les peintres ou écrivains partis rechercher l'inspiration en Algérie, parfois au Maroc.

Or l'Espagne participe à cette réorientation de l'Europe vagabonde où se conjuguent l'héliotropisme naissant, la passion toute neuve pour le Moyen Âge (que l'on espère retrouver *in vivo* dans les ruelles de l'Albaicin à Grenade) et un désir sensuel aiguisé par les belles odalisques du rêve orientaliste.

3. Le troisième facteur est constitué par l'expansionnisme européen, que le phénomène soit de nature impérialiste ou qu'il relève d'une volonté de colonisation. Ceci concerne principalement la France, la Grande-Bretagne et la Russie, les autres pays européens n'étant que peu ou pas actifs dans ce domaine, soit parce qu'ils n'ont pas développé une telle ambition (pays de l'Europe du Nord), soit parce qu'ils n'en avaient plus les moyens (Espagne), soit parce que, trop jeunes au moment du partage, ils ne les avaient pas encore (Allemagne et Italie).

4. Dernier facteur : la construction ou la consolidation, dans certains pays européens, d'une identité nationale qui, au terme d'une dialectique complexe de différenciation, intègre au récit national les éléments du passé arabe, ou maure, ou sarrasin, lorsque ceux-ci existent. Le phénomène

est moins sensible en France où, malgré la figure imposante de Charles Martel « qui arrêta les Arabes à Poitiers en 732 », « nos ancêtres les Gaulois » ont laissé peu de champ aux Sarrasins dont la présence, au demeurant, avait été circonscrite dans l'espace et le temps (certaines figures, cependant, ont marqué l'imaginaire collectif, du roi Marsile de la geste carolingienne au moderne kamikaze djihadiste, en passant par le corsaire barbaresque, le Maure de la *bandera a testa mora* corse et le fellagha des guerres coloniales).

En revanche, l'Italie, l'Espagne et le Portugal se sont trouvés confrontés à un passé arabo-musulman qui occupe une partie importante de l'histoire du pays, de sorte qu'on pourrait dire qu'il préoccupe l'historiographie (et l'esprit de l'historien). Ceci est particulièrement net en Espagne, car l'ancienne conflictualité entre *Moros y Cristianos* a continué à faire sentir ses effets jusque dans les têtes les mieux équipées, au point d'anesthésier, parfois, tout sens critique. Je pense à Claudio Sánchez-Albornoz, porte-drapeau de l'école historique « hispaniste », qui batailla de pied ferme pour défende la thèse d'une hispanité foncière de l'islam andalou ; et, bien sûr, à Ignacio Olagüe, qui essaya (sans grand succès, il faut le reconnaître) d'accréditer l'idée selon laquelle « les Arabes n'ont jamais envahi l'Espagne »[1]. Dans la mesure où les spécialistes français de l'islam et de l'Occident musulman ont entretenu de longue date des relations étroites avec leurs confrères d'outre-Pyrénées, il n'est pas surprenant de les trouver impliqués, de façon plus ou moins active, dans les querelles espagnoles.

L'âpreté surprenante de ces controverses ne peut être comprise si on les isole du contexte politique espagnol, qui est lui-même très enchevêtré, voire paradoxal. Citons le cas d'Emilio García Gómez, figure majeure de l'arabisme espagnol entre le début des années 1930 et la fin des années 1970. Bien que monarchiste libéral proche du philosophe Ortega y Gasset, et donc critique envers le franquisme, il accepta néanmoins le rôle que le ministre des Affaires étrangères Castiella avait imaginé pour lui dans le cadre des tentatives diplomatiques du régime pour rompre l'isolement international imposé à Franco au lendemain de la guerre civile : il dirigea l'Instituto Hispano-Arabe de Cultura, qui dépendait du Ministère (1954-1958), puis fut ambassadeur en Iraq, au Liban et en Turquie (1958-1969)[2]. En règle générale, force est de constater que la plupart des arabisants espagnols se sont accommodés du franquisme sans états d'âme clairement perceptibles. Et avec eux, parfois, quelques uns de leurs collègues français.

Ajoutons, car rien n'est simple, qu'une des premières publications de García Gómez, son anthologie de poésie arabe intitulée *Poemas arabigoandaluces* (1930), trouva de fervents lecteurs parmi les

[1] Titre de l'ouvrage qu'il publia chez Flammarion en 1969. La version espagnole est parue à Madrid en 1974, sous un titre moins percutant : *La revolución islámica en Occidente*.

[2] Voir ETCHEVERRIA RAMÓN, Villanueva. *La primera embajada del profesor García Gómez (Selección de sus Despachos y cartas al Ministro Castiella de 1958 a 1960)*. Madrid, 1997.

écrivains de la « Génération de 27 », notamment Federico García Lorca, qui y puisa l'inspiration de son *Diván del Tamarit*. Cependant, cette arabophilie élitiste demeura confinée aux cercles d'avant-garde, elle ne déborda jamais dans la rue. On se rappelle que les militants de gauche n'hésitèrent pas à réactiver la peur ancestrale du Maure face aux troupes marocaines utilisées contre eux : ¡ *Que vienen los Moros* ! (Les Maures arrivent !)[3], *Los Moros no passarán* (Les Maures ne passeront pas)[4], etc.

Comme le reconnaît avec pertinence Pedro Chalmeta[5], « le vieux réflexe d'antagonisme médiéval, inconscient, mais d'une intensité viscérale, [a longtemps continué] à jouer contre tout ce qui dégageait, de près ou de loin (y compris à l'échelle universitaire), des relents de "maure", de "mahométisme" ».

Tel est donc le contexte historique dans lequel les études orientales se sont développées en Europe. Dans la mesure où l'histoire d'al-Andalus nécessite la maîtrise de la langue arabe et une bonne connaissance de la civilisation arabo-musulmane, on voit la position singulière que la recherche historique sur l'Espagne musulmane occupe par rapport au reste de la discipline : un peu en marge. Ceci est sans doute moins vrai de nos jours, pour une raison assez intéressante, d'ailleurs, bien que préoccupante, qui est la pénurie de véritables arabisants. De sorte que des historiens de formation ont occupé le terrain vacant, faisant ainsi glisser l'objet al-Andalus de l'orientalisme vers l'histoire.

Mais jusqu'aux années 1970-1980, les historiens d'al-Andalus proviennent des études arabes, ils sont en première compétence des arabisants. Il suffit de consulter la bibliographie d'Évariste Lévi-Provençal, le maître incontesté de l'histoire de l'Espagne musulmane (y compris en Espagne) pendant la première moitié du XX^{e} siècle : l'historien publie quasi exclusivement dans les

[3] Le cri d'alerte a retenti une première fois lors de l'insurrection ouvrière des Asturies en 1934. Il fut repris par les républicains en 1936, après les massacres de Badajoz. Dans les deux cas, les bataillons marocains responsables des tueries étaient commandés par le même officier, Franco, que les caricaturistes de l'époque représentent en tabor.

[4] Le mot d'ordre figure dans la chanson *Si me quieres escribir*. Cf., également, deux autres chansons du *cancionero* républicain, où l'on trouve une formule voisine : *Coplas de la defensa de Madrid* et *La plaza de Tetuán*.

[5] CHALMETA, Pedro. « Bilan et tendances des recherches (1967-1987). Al Andalus (occidental) », in *L'Arabisant*. Paris, 1987, vol. 26 (L'Histoire du monde islamique au Moyen Âge. Bilan et tendances de recherches depuis 1968), pp. 20-21.

revues d'études arabes ou orientales[6] et chez des éditeurs orientalistes[7]. Sur les 278 travaux recensés à sa mort, moins d'une demi-douzaine ont paru dans des revues d'histoire ou d'archéologie[8].

Un préjugé tenace, plus particulièrement en France, a donc longtemps voulu que l'histoire du monde arabe à l'époque classique ne relève pas de l'histoire mais de l'orientalisme… Il perdurait en 1990, lorsque Pierre Guichard, qui ne prétend pourtant pas à l'AOC[9] d'arabisant, a publié sa thèse sur les musulmans de Valence et la Reconquête : elle ne fut pas hébergée dans une collection d'histoire, comme on aurait pu s'y attendre, mais à l'Institut Français d'Études Arabes de Damas...

Compte tenu des différentes particularités que je viens d'évoquer, les études arabes et, a fortiori, l'intérêt pour l'histoire d'al-Andalus sont inégalement répartis entre les pays européens. L'Allemagne est (ou était) plutôt tournée vers l'islamologie et la littérature classique. La Grande-Bretagne regarde davantage vers l'Égypte et le Proche-Orient. La Russie regarde également vers l'est (ou regardait ?)[10]. L'Italie a largement de quoi s'occuper avec la Sicile. La Pologne s'est intéressée ponctuellement à l'Espagne musulmane en liaison avec son propre passé, c'est-à-dire par le biais de la relation de voyages d'Ibrahîm b. Ya'qûb de Tortose aux confins du monde slave (X^{e} siècle). Finalement, la plus grosse part de la recherche non ibérique est portée par la France, dans une moindre mesure par les Pays-Bas.

La prééminence de la France tient à plusieurs raisons. D'abord, à l'existence d'une des plus anciennes traditions d'études arabes en Europe, puisqu'elle remonte au XVI^{e} siècle[11]. Actuellement, la France présente cette particularité d'offrir un enseignement d'arabe dans une vingtaine d'universités et de grandes écoles, ainsi que dans de nombreux collèges et lycées.

Elle tient, ensuite, à la présence française au Maghreb. Le chercheur qui s'intéresse à l'histoire du Maghreb médiéval est amené, un jour ou l'autre, à s'intéresser à celle d'al-Andalus, du fait que la péninsule Ibérique n'est pas dissociable du reste du Maghreb, auquel elle se rattache linguistiquement, culturellement et, souvent, politiquement. L'intrication est particulièrement serrée en ce qui concerne les deux rives du détroit de Gibraltar : tout historien du Maroc l'est aussi de l'Espagne musulmane et vice-versa. Le meilleur exemple est fourni, à nouveau, par Lévi-Provençal, qui effectua une grande partie de sa carrière au Maroc, où l'abondance des matériaux disponibles fit dévier sa trajectoire vers l'histoire de l'Espagne musulmane. Les arabisants savent d'ailleurs qu'il

6 *Archives berbères*, *Bulletin de l'Institut des Hautes Études marocaines*, *Hespéris*, *Revue africaine*, *Journal asiatique*, *Annales de l'Institut d'Études orientales*, *al-Andalus*, *Revista del Instituto egiptico de Estudios islamicos en Madrid*, *Oriente moderno*, *Arabica*.

7 Carbonel à Alger ; Leroux, Geuthner, Larose et G.-P. Maisonneuve à Paris ; Brill à Leyde ; al-Kâtib al-misrî, Dâr al-Ma'ârif et l'IFAO au Caire ; Dâr al-Makshûf à Beyrouth.

8 Citons la *Revue historique*, le *Bulletin archéologique* et les *Mélanges d'histoire et d'archéologie de l'Occident musulman*. Voir « Bibliographie analytique de l'œuvre d'E. Lévi-Provençal, in *Études d'orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*. Paris, G.-P. Maisonneuve et Larose, 1962, t. 1, pp. XVII-XXX.

9 Appellation d'origine contrôlée.

10 J'ignore où en est, de nos jours, la recherche russe dans ce domaine.

11 Voir l'Annexe ci-dessous.

suffit parfois, lorsqu'on butte dans les sources arabo-andalouses sur certains idiotismes récalcitrants, de poser la question à un Marocain.

Troisième raison, déjà évoquée : le goût français pour l'Espagne ; auquel répond, en réciproque, le tropisme tramontain d'une partie des élites politiques, artistiques et intellectuelles espagnoles. Cette conjonction a créé les conditions favorables à un rapprochement culturel entre les deux pays, que symbolise, dans les domaines académiques et artistiques, la construction par la France de la Casa de Velázquez à Madrid, inaugurée en 1928. L'histoire d'al-Andalus a représenté un des enjeux de ce rapprochement, pour une raison facile à comprendre : ce qui fait avancer la connaissance du côté espagnol du Détroit la fait avancer mécaniquement du côté marocain. Conscientes de cette interdépendance entre les deux rives, les autorités espagnoles avaient d'ailleurs créé à Tétouan, en terre marocaine, un centre de recherche doté d'une revue, *Tamuda*, qui constitua l'équivalent hispano-marocain de la revue franco-marocaine *Hespéris*, basée à Rabat (les deux publications fusionnèrent logiquement, après l'indépendance, sous le titre d'*Hespéris-Tamuda*). *Hespéris* aussi bien que *Tamuda* ont publié de façon récurrente des travaux touchant à l'histoire d'al-Andalus.

Un autre indice du rapprochement franco-espagnol dans le domaine des études arabo-andalouses est à rechercher entre les pages de la revue *Al-Andalus*, l'organe des écoles d'études arabes de Madrid et de Grenade, où collaboraient en parfaite complicité amicale García Gómez, qui en fut longtemps le directeur, et Lévi-Provençal, membre officieux de l'équipe de rédaction. Certains fascicules des années 1940-1950 comportent ainsi presque autant de texte en français qu'en castillan. Cette présence linguistique de la recherche française a laissé une trace, puisque la revue *Al-Qantara*, qui a pris le relais d'*Al-Andalus* en 1980, conserve le français parmi ses langues de publication.

Bizarrement, le créateur des études historiques sur l'Espagne musulmane en dehors de la péninsule Ibérique, n'est pas un Français mais un Néerlandais : il s'agit de Reinhardt Dozy (1820-1883) – lequel publiait cependant… en français ! Auteur d'une *Histoire des musulmans d'Espagne* qui fit autorité jusqu'à ce que Lévi-Provençal publie la sienne, il a également composé un *Supplément aux dictionnaires arabes* (Brill, 1881), outil toujours indispensable à l'historien de l'Occident musulman médiéval, francophone ou non. Un autre grand nom de l'arabisme néerlandais du XIX^{e} siècle est De Goeje, qui mena à bien la publication, toujours chez Brill, de la *Bibliotheca geographorun arabicorum*, collection de référence dont plusieurs titres concernent al-Andalus.

La recherche aux Pays-Bas n'a pas produit, depuis la disparition de Dozy, un historien de son envergure. Néanmoins, Leyde continue à tenir sa place dans le monde des études arabo-

andalouses, grâce à l'éditeur Brill[12] qui accueille dans sa collection *Medieval Iberian Peninsula*, devenue en 2002 *The Medieval and early Modern Iberian World*, des monographies ayant trait à l'histoire d'al-Andalus, comme celles du Britannique Peter C. Scales, sur la chute du califat de Cordoue (1994), ou de l'Américaine Cynthia Robinson, sur la construction de la culture courtoise pendant les XI^{e} et XII^{e} siècles (2002). Ajoutons que Brill, en tant qu'éditeur de l'*Encyclopédie de l'Islam* et des revues *Arabica* et *Medieval Encounters*, offre un support de publication aux spécialistes de l'Espagne musulmane.

La place tenue par Dozy explique sans doute en partie que l'on se soit relativement peu intéressé, en France, à l'histoire d'al-Andalus jusqu'au tournant du XX^{e} siècle. Mais le premier responsable de cette situation est, bien évidemment, le contexte colonial, qui focalisait l'attention sur l'Algérie et son environnement immédiat. Quelques travaux utiles ont néanmoins vu le jour au XIX^{e} siècle, publiés à Paris ou Alger, comme l'étude de Reinaud sur les *Invasions des Sarrazins en France* (1836), les éditions et/ou traductions du baron Mac-Guckin de Slane (Bakrî, Ibn Khaldoun, à partir des années 1850), la traduction du *Livre de l'Agriculture* d'Ibn al-'Awwâm par Clément-Mullet (1864-1867), ou celle du *Bayân* d'Ibn 'Idhâri par Fagnan (1901).

La situation devait changer au lendemain de la première guerre mondiale, grâce à Georges Séraphin Colin, Henri Pérès et, surtout, Lévi-Provençal. Les prospections effectuées dans les bibliothèques du Maghreb, spécialement au Maroc (notamment l'ouverture des salles murées du dépôt de la mosquée al-Qarawiyyîn à Fès), ont permis de récupérer un nombre considérable de textes qu'on croyait perdus. Les éditions se sont alors succédées et Lévi-Provençal a commencé à produire à jet quasi continu, tant la matière était abondante. Cependant, en bon arabisant navigant entre Alger, Rabat, Madrid et Le Caire, il ne paraît guère concerné par ce qui se passe à Paris autour de Lucien Febvre, de Marc Bloch et de la revue des *Annales* (fondée en 1929).

L'air du temps possédant néanmoins des vertus contagieuses, même pour un élève de Carcopino formaté à l'ancienne, Lévi-Provençal sut repérer tout de suite l'intérêt des manuels de *hisba*, dont il entreprit la publication, en duo avec Colin ou en solo. Son *Espagne au X^{e} siècle*, dont la version développée forme le troisième volume de l'*Histoire de l'Espagne musulmane*, porte la trace de cette ouverture à la société et à l'économie. Point trop n'en faut, toutefois, et si l'historien s'attela au début des années 40 à la rédaction d'une ample synthèse destinée à remplacer celle de Dozy, ce fut moins par volonté de faire entrer un vent nouveau dans l'historiographie arabo-andalouse que pour intégrer la masse de données nouvelles engrangées depuis deux décennies d'exploration des gisements documentaires du Maroc. Les deux premiers volumes de l'*Histoire de*

[12] *Id.*

l'Espagne musulmane que Maisonneuve (à Paris) et Brill (à Leyde) publient en 1950[13] relèvent de l'histoire politique au sens le plus habituel – un modèle du genre, certes, mais sans innovation. Le troisième volume (*Le siècle du califat de Cordoue*), p aru en 1953, répond à un dessein différent, je l'ai dit, puisque Lévi-Provençal a jugé nécessaire de ménager un temps d'arrêt dans le déroulement chronologique des événements afin de brosser le tableau du décor où se meuvent les acteurs de l'histoire : institutions, environnement urbain, économie, société et pratiques sociales, culture, arts. Un quatrième volume était annoncé, sur le siècle des *taifas* (XI[e] siècle), mais la disparition brutale de l'historien, en 1956, coupa net sa réalisation. Personne n'ayant remis l'ouvrage sur le métier depuis cette date, l'histoire d'al-Andalus, dans sa version en langue française, s'arrête en 1031, en même temps que le califat omeyyade !

La fin des années 1950 et le début des années 1960, marquées sur le plan politique par la décolonisation des pays du Maghreb, voient s'amorcer une rétractation de l'arabisme français : le pays n'a plus besoin d'autant d'arabisants que par le passé et la discipline attire moins les étudiants, qui n'ont plus devant eux le débouché colonial. Quant aux jeunes Maghrébins, ils n'ont pas encore la France en point de mire. Ceci va entraîner une double conséquence dont les effets vont s'accentuer au fil du temps :

1. L'arabisme français se concentre sur son noyau dur, c'est-à-dire sur la linguistique, sur l'islamologie et sur la littérature (classique, de préférence). Les thèses d'histoire se raréfient. Finalement, les études arabes s'alignent sur ce qui se pratique dans les autres langues.

2. Comme il a été indiqué plus haut, les historiens de formation investissent le terrain laissé en friche par le retrait des arabisants. À partir des années 1980, la plupart des thèses d'histoire sur le monde arabe ne sont plus soutenues dans la 15[e] section du CNU (langue et littérature arabes)[14], mais dans la 21[e] (histoire médiévale)[15].

Cette situation ne présente pas que des avantages. En effet, on voit d'un côté des arabisants qui ne sont pas assez historiens (c'est notamment le cas des doctorants venant de pays arabes), et de l'autre des historiens qui ne sont pas assez arabisants (cas de la plupart des doctorants issus des départements d'histoire). Avec le temps, cette anomalie a fini par atteindre le corps professoral, si bien qu'on en arrive à tolérer des thèses réalisées à partir de sources non arabes, ou à partir de traductions ; ou encore, on admet qu'un jury de thèse ne compte aucun arabisant. Voilà pour l'aspect négatif.

---

13 Il s'agit de l'édition définitive. Une première version, en un volume, avait paru au Caire, dans les publications de l'IFAO, en 1944.

14 L'intitulé complet de la 15[e] section du Conseil national des Universités est « Langues et littératures arabes, chinoises, japonaises, hébraïques, d'autres domaines linguistiques ».

15 Intitulé complet : « Histoire et civilisations : histoire et archéologie des mondes anciens et des mondes médiévaux ; de l'art ».

L'aspect positif, c'est le renouveau des approches depuis la fin des années 1970. Un nom se détache, déjà cité, celui de Pierre Guichard. De même qu'il y a eu les années Lévi-Provençal, il y a les années Guichard. Entre les deux séquences, c'est-à-dire au cours des années 1960-1970, ou parallèlement, quelques chercheurs ont prolongé sans démériter la période précédente : Rachel Arié, spécialiste du royaume nasride (les XIII^{e}-XV^{e} siècles sont, curieusement, une période orpheline de l'historiographie française) ; Lucie Bolens, spécialiste de la cuisine andalouse et de ce qu'elle a appelé la « révolution agricole » du XI^{e}-XII^{e} siècle ; Hady Roger Idris, historiens des Zirides ifrîqiyyens et grenadins ; Abdel Magid Turki, qui fut un spécialiste de l'histoire des idées, à la jonction entre l'historiographie et l'islamologie – codirecteur, par ailleurs, de la revue *Studia islamica*.

Ce nouveau départ des études arabo-andalouses est concomitant, voire coordonné des deux côtés des Pyrénées. Une institution en symbolise le pivot : la Casa de Velázquez. Moins la maison en elle-même, que ce qui gravite autour d'elle, de près ou de loin. Il est donc nécessaire de revenir aux querelles espagnoles.

La controverse historiographique sur l'identité culturelle et civilisationnelle d'al-Andalus est ancienne. Contre l'école « hispaniste » menée par Sánchez-Albornoz ou, en France par Pérès et Terrasse[16], laquelle défend l'idée d'une continuité de la civilisation espagnole et donc le caractère national de l'Islam ibérique (en bref : l'élément exogène s'est acculturé au contact des Espagnols, il s'est hispanisé, thèse édifiée en barrage face aux « théories fantaisistes » du « pseudo-historien » Américo Castro sur l'arabisation et l'orientalisation de l'Espagne)[17], contre ce nationalisme historiographique va se dresser, dans les années 1970, un groupe de jeunes chercheurs dont les figures de proue se nomment Pedro Chalmeta (Madrid), Miquel Barceló (Barcelone) et Pierre Guichard (Lyon). Qualifiés de marginaux par l'establishment des études arabes en Espagne, ces historiens vont s'attacher à mettre en évidence la double rupture que constituent, selon eux, la conquête arabo-musulmane de 710, puis la *Reconquista* chrétienne. Autrement dit, ils vont prendre en compte l'intégration politique, économique, sociale, linguistique et culturelle d'al-Andalus au sein du monde arabo-musulman et en tirer les conséquences – notamment, que l'acculturation s'est faite en direction de l'Islam et non en sens inverse. Deux études fondatrices, toutes les deux dues à Pierre Guichard, jalonnent ce tournant historiographique : *Structures sociales « orientales » et «*

[16] Voir BOUMAHDI, Safia. « Al-Andalus dans les travaux d'Henri Pérès et d'Henri Terrasse (1932-1966) », in *Al-Andalus / España. Historiografías en contraste. Siglos XVII-XXI*, sous la dir. de Manuela MARÍN. Madrid, Casa de Velázquez, 2009, pp. 83-104.

[17] Voir SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. « Espagne préislamique et Espagne musulmane », in *Revue historique*. Paris, 1967, vol. 237, pp. 295-338 (p. 298 pour les citations) ; CASTRO, Américo. *España en su historia : Cristianos, Moros y Judios*. Buenos Aires, Editorial Espasa, 1948. Sur l'histoire de l'arabisme espagnol, voir MONROE, James T. *Islam and the Arabs in Spanish scholarship (sixteenth century to the present)*. Leyde, E. J. Brill, 1970.

occidentales » dans l'Espagne musulmane (1977) ; et, dix ans plus tard, *La société musulmane valencienne et sa destruction à l'époque de la reconquête* (thèse d'État publiée en 1990 sous le titre *Les musulmans de Valence et la Reconquête*).

Si l'orientalité de l'Espagne musulmane semble aujourd'hui admise par la majorité des chercheurs, le débat n'est pas clos. Il porte, par exemple, sur les questions démographiques, comme celle de l'importance de l'élément d'origine allogène dans la péninsule Ibérique. Je pense, en particulier, à la dispute des années 80 autour de la berbérisation de la région valencienne, qui opposa d'un côté Pierre Guichard, Miquel Barceló et Angel Poveda, défenseurs de la thèse, à M[a] del Carmen Barceló Torres, Mikel de Epalza et surtout M[a] Jesus Rubiera, qui la critiquèrent souvent violemment.

La thèse de l'hispanité foncière d'al-Andalus n'est toutefois pas morte, elle a refait surface à la fin des années 1990, comme une sorte de retour du refoulé, cette fois-ci relooké sous une forme présentable : je veux parler du concept d'« identité andalouse » développé par Gabriel Martinez Gros[18]. Les attaques que ce denier a lancées contre les travaux de Pierre Guichard ont parfois viré à une charge systématique frappant les chercheurs qui, depuis quarante ans, se sont efforcés de faire échapper l'histoire d'al-Andalus à une vision essentialiste des peuples et des sociétés.

Un des facteurs ayant contribué à la nouvelle histoire d'al-Andalus tient au développement de l'archéologie, dont les données compensent en partie l'absence des sources archivistiques. Trois noms sont à citer : ceux d'André Bazzana, de Pierre Guichard (à nouveau) et de Patrice Cressier. Et un modèle : celui du *hisn*, en tant qu'entité de base dans la structuration politique, économique et sociale des zones rurales.

À l'écart du bouillonnement franco-espagnol, quelques chercheurs ont poursuivi, durant les années 1980-2000, une œuvre plus classique. Parti d'un travail de sociologie historique sur *Le monde des ulémas andalous du V/XI[e] au VII/XIII[e] siècle* (1978), Dominique Urvoy a ensuite évolué vers l'histoire des idées et l'islamologie, mais sans abandonner l'espace péninsulaire. Chercheur tout aussi solitaire, Vincent Lagardère s'est spécialisé dans l'exploitation des sources jurisprudentielles et l'histoire de la paysannerie andalouse. Quant à Marianne Barrucand, elle a maintenu à la Sorbonne la tradition de l'histoire de l'art, avec des travaux sur l'architecture andalouse. Signalons également David Wasserstein – pour autant qu'on puisse l'inclure parmi les historiens européens[19]. Sa monographie sur les *Party kings* (1985), c'est-à-dire les rois de taifas du XI[e] siècle, fut la première et longtemps la seule sur le sujet.

---

18 Cf. son ouvrage éponyme, *Identité andalouse*. Arles, Sindbad-Actes Sud, 1997.

19 Actuellement professeur à la Vanderbuilt University (Nashville, Tennessee), Wasserstein a soutenu sa thèse de doctorat à l'Université d'Oxford, puis il a enseigné au University College de Dublin et à l'Université de Tel Aviv.

Où en est-on aujourd'hui en France ? Mon critère sera d'ordre géographique (ou, plus exactement, géopolitique).

A tout seigneur tout honneur, il y a Paris et les Parisiens (y compris ceux qui sont exilés en province pour des raisons administratives). Leur point de ralliement est l'équipe « Islam médiéval », qui appartient à la doublement sorbonnarde UMR « Orient et Méditerranée » (Paris I et Paris IV). Elle comporte en son sein plusieurs chercheurs dont les travaux concernent, à des titres divers, l'histoire d'al-Andalus : par ordre alphabétique, Pascal Buresi, chercheur du CNRS qui conduit une discrète mais solide enquête sur la chancellerie almohade ; Martinez Gros, déjà cité, professeur à l'Université de Paris X Nanterre, qui officie également à l'EHESS et autres lieux de notoriété ; Christophe Picard enfin, professeur à l'Université de Paris I et spécialiste de la navigation arabe dans l'Océan Atlantique. Un séminaire intitulé « Islam médiéval d'Occident » réunit Cyrille Aillet, Sophie Gilotte, Annliese Nef, Christophe Picard, Dominique Valérian, Jean-Pierre Van Staevel et Elise Voguet, les plus jeunes étant les filleuls des moins jeunes, conformément aux règles de l'endogamie. Dans ce groupe, seul Picard et Aillet, spécialiste des mozarabes, ont un lien de recherche avec al-Andalus. Ce qui, en fin de compte, ne fait pas grand monde.

Deuxième lieu, Toulouse, où Philippe Sénac, au sein du laboratoire Framespa (dont il dirige l'équipe Al Andalus Hispaniae), poursuit ses travaux sur la transition entre l'époque wisigothique et l'époque arabe, travaux de nature historiographique et archéologique (avec, notamment, la fouille du site de Las Sillas, à Marcén, en Aragon). Sénac encadre plusieurs doctorants[20] dont l'un, Travis Bruce, a soutenu en janvier 2009 une thèse sur la taifa de Dénia.

Troisième lieu, quasi miraculeux, Nantes, où le hasard des concours de recrutement a mené deux chercheurs estampillés 100 % Andalus : Christine Mazzoli-Guintard, spécialiste reconnue de l'histoire urbaine (une de ses doctorantes, Caroline Fournier, a soutenu en mai 2010 une thèse sur les bains d'al-Andalus) ; et l'auteur du présent article, lequel dispose également d'un rond de serviette au CESCM, grâce à l'amabilité de Stéphane Boissellier, directeur de l'équipe Péninsule Ibérique-Méditerranée – ce qui fait de Poitiers, par voie de conséquence, le quatrième lieu de la recherche française sur l'histoire de la péninsule Ibérique à l'époque musulmane.

Cinq étant le nombre magique des Arabes, il convient de ne pas oublier un dernier lieu, hors les murs, c'est-à-dire hors du territoire national : la Casa de Velázquez à Madrid. Ce n'est certainement pas le moindre. Et c'est tout. Lyon est désactivé depuis le départ à la retraite de Pierre Guichard. Et à Bordeaux, Lagardère ne donne plus signe d'activité depuis une grosse décennie.

[20] Sébastien Gasc (numismatique arabe, de la conquête à l'émirat omeyyade), Marie-Béatrice Mounier (genèse de la frontière entre l'Islam et la Chrétienté, Rioja et Navarre méridionale, VIII^{e}-XII^{e} siècle), Alexandra Billon (Tudèle et ses campagnes, IX^{e}-XII^{e} siècle).

De cette recherche des vingt dernières années, on ne voit pas se dégager de véritables lignes de force si ce n'est, peut-être, avec Picard et Aillet, une réévaluation à la hausse de l'importance de l'élément chrétien dans la population d'al-Andalus avant la brutale déflation post-almoravide – ce qui, une nouvelle fois, me semble révélateur de la difficulté à accepter pleinement que les Arabes ont bien « envahi l'Espagne ». En France comme en Espagne, les études mozarabes ont le vent en poupe, alors qu'on manque de travaux sur ce qui, partout ailleurs, fait la richesse de la médiévistique contemporaine : la famille, la parenté, l'enfant, la femme, le corps, le jeu, le plaisir, la mort, la compassion, la marginalité, etc.

Il y a donc du pain sur la planche. Les sources littéraires – pour me limiter à elles – sont loin d'avoir livré toute leur matière. Mais, faut-il le répéter ? leur exploitation optimale nécessite d'être arabisant autant qu'historien : car il ne s'agit pas seulement de gîtes documentaires desquels on va extraire telle ou telle donnée utile, mais de *textes*, c'est-à-dire de processus discursifs répondant à une intention, obéissant à une poétique et contraints par les mots, avec ce que cela comporte de dicibilité et d'indicibilité. Et c'est là que le bât blesse. Sans une connaissance de la langue aussi fine que possible, sans un minimum de sensibilité littéraire, on passe à côté de beaucoup de choses.

Annexe

Bref historique des études arabes en France

La création d'un enseignement stable de la langue arabe date de la Renaissance. Deux noms sont à citer à cet égard :

– celui d'Agostino Giustiniani (1470-1536), moine dominicain né à Gênes, évêque de Nebbiu en Corse, éditeur du troisième livre arabe jamais imprimé (Gênes, 1516). Sur l'invitation de François I^{er}, il occupa de 1517 à 1522 la chaire d'hébreu, de chaldéen et d'arabe de l'Université de Paris.

– celui de Guillaune Postel (1510-1581), qui fut nommé en 1539, peu après son retour d'Orient (où il avait collecté des manuscrits orientaux, notamment les œuvres d'Abû l-Fidâ'), professeur de mathématiques et de langues orientales (dont l'arabe) au Collège des Lecteurs royaux (futur Collège de France).

En 1614, on fit venir du Collège maronite de Rome les prêtres Gabriel Sionite (Sionita = Jabrâ'îl al-Sihyûnî) et Jean Hesronite (Hesronita = Yûhannâ Qiryâqus al-Hasrûnî), pour devenir professeurs d'arabe et traducteurs du roi. Vers la même date (ou un peu avant), le moine copte Joseph Barbatus (Abudacnus = Abû Daqn) fut également invité en France. À eux trois, ils allaient former plusieurs cohortes d'arabisants, dont le Hollandais Erpenius (Thomas Van Erpe, 1584-1624), l'auteur de la *Grammatica arabica* (1613) et des *Rudimenta linguae arabicae* (1620). Erpenius implanta les études arabes à Leyde, ville dans laquelle Franciscus Raphelengius (Frans Van Ravelingen, 1539-1597), neveu de l'humaniste Plantin et imprimeur de l'Université, s'était doté de fontes arabes dès 1595, et où le libraire Jordaan Luchtmans allait ouvrir en 1683 une maison d'édition spécialisée, entre autres domaines, dans les langues orientales (elle changea de nom en 1848 pour devenir E. J. Brill).

L'arabisme français, jusqu'alors confiné au Collège royal, se structura dans la deuxième moitié du XVII^{e} siècle, grâce à la création par Colbert, en 1669, de l'École des Jeunes de Langues, destinée à former de jeunes Français au métier de drogman. L'établissement fut rattaché en 1700 au Collège des Jésuites (futur lycée Louis-le-Grand), dont il subit les vicissitudes : rebaptisé en 1820 École des Langues orientales, il finit par disparaître en 1893. Car une nouvelle institution, créée sous l'impulsion de Lakanal par le décret-loi du 10 germinal de l'an III (30 mars 1795), avait pris le relais : l'École spéciale des Langues orientales vivantes, autrement dit Langues'O, l'actuel Institut National des Langues et Civilisations Orientales (INALCO).

Avec la conquête de l'Algérie (1830), puis les protectorats imposés à la Tunisie (1881) et au Maroc (1912), la France s'attacha à développer l'enseignement de l'arabe afin de former ses futurs

fonctionnaires civils et militaires en poste au Maghreb. C'est ainsi que des chaires d'arabe furent érigées dans différentes universités, en plus de la Sorbonne, à Alger et Bordeaux notamment, et que l'agrégation d'arabe fut ouverte en 1905 (ce qui en fait l'une des plus anciennes dans le paysage académique).

Cet effort s'est accompagné, jusqu'à une époque récente, de la création de centres d'étude et de recherche implantés dans le monde arabe : à Rabat, l'Institut des Hautes Études Marocaines (IHEM, 1920)[21] ; au Caire, l'Institut Français d'Archéologie Orientale (IFAO, 1898) et le Centre d'Études et de Documentation Économiques, Juridiques et Sociales (CEDEJ, 1968) ; à Damas, l'Institut Français d'Études Arabes (IFEAD, 1922) et à Beyrouth, le Centre d'Études et de Recherches sur le Moyen-Orient Contemporain (CERMOC, 1977), tous les deux fondus en 2003 dans l'Institut Français du Proche-Orient (IFPO) ; à Sanaa, le Centre Français d'Études Yéménites (CFEY, 1982), devenu en 2001 le Centre Français d'Archéologie et de Sciences Sociales (CEFAS). On ajoutera à cette liste l'Institut des Belles-Lettres Arabes (IBLA), installé par les Pères Blancs à Tunis en 1931, et dont le centre d'études a fonctionné jusqu'en 1964, date à laquelle les autorités vaticanes l'ont transféré à Rome où il se perpétue sous la nouvelle appellation d'Istituto Pontificio di Studi Arabi e d'Islamistica. Tous ces organismes ont accueilli depuis leur création – et ils continuent d'accueillir – des arabisants et des historiens travaillant sur la zone géographique de leurs ressorts respectifs.

[21] L'IHEM est un établissement marocain institué par arrêté viziriel. Mais il a été voulu par la France, son directeur était français et il a fonctionné sous le contrôle de la Résidence générale jusqu'à l'indépendance du Maroc en 1956. Depuis 1957, il relève de l'université Mohammed V-Agdal.

Les inscriptions médiévales de la Péninsule ibérique et les recherches européennes en épigraphie[1]

As inscrições medievais da Península ibérica e as pesquisas européias em epigrafia

Vincent Debiais
Université de Poitiers

Resumo

Os estudos epigráficos cada vez mais ganham espaço no ambiente acadêmico europeu de análises sobre o medievo, atraindo assim a atenção de jovens pesquisadores interessados numa abordagem cultural da história da Idade Média. O presente artigo debate essa tendência em curso, com especial atenção às análises sobre as inscrições medievais no espaço da Península ibérica.

Palavras-chave: Idade Média; Epigrafia; Península ibérica.

Abstract

The epigraphic studies are increasingly gaining ground in the European academic ambient of analyzes about the Middle Ages, thus attracting the attention of young researchers interested in a cultural approach of the history of the Middle Ages. The present article discusses this ongoing trend, with special attention to the analyzes of the medieval inscriptions in the Iberian Peninsula.

Keywords: Middle Ages; Epigraphy; Iberian Peninsula.

- **Enviado em: 28/09/2011**
- **Aprovado em: 29/11/2011**

[1] Vincent Debiais, ingénieur de recherche au CNRS – Centre d'études supérieures de civilisation médiévale (CNRS/Université de Poitiers), 24 rue de la chaîne, 86 022 POITIERS cedex ; vincent.debiais@univ-poitiers.fr

Introduction

L'épigraphie est certes l'une des sciences auxiliaires les plus jeunes au sein du paysage de la médiévistique en Europe, mais c'est également l'une des plus dynamiques[2] ! Si elle n'atteint pas encore, par ses publications ou le nombre de chercheurs engagés dans des programmes à grande échelle, le niveau de l'épigraphie classique (grecque et romaine), l'épigraphie médiévale peut toutefois aujourd'hui s'enorgueillir d'avoir attiré l'attention des médiévistes européens sur l'importance du document épigraphique, source encore mal connue et parfois difficilement accessible, dans les recherches sur l'histoire culturelle du Moyen Âge en général, et des pratiques graphiques en particulier. Il faut cependant reconnaître que les différentes entreprises de publication des inscriptions ou de recherche sont encore très éclatées, réparties, parfois isolées au sein d'institutions nationales[3] ; et il est encore trop tôt sans doute pour envisager une fédération des initiatives épigraphiques en Europe pour le Moyen Âge, à la différence de ce qui se fait depuis déjà plusieurs décennies pour l'Antiquité. La réunion à Poitiers en septembre 2009 du troisième congrès international d'épigraphie médiévale a pourtant jeté les bases d'un « Comité international d'épigraphie médiévale et moderne » et l'on ne peut qu'encourager cette initiative permettant de faire connaître les travaux en épigraphie, de valoriser les publications des chercheurs et d'inciter les médiévistes d'une part, mais aussi les professionnels du patrimoine, de la restauration et la médiation culturelle d'autre part, à prendre en compte les nombreux vestiges épigraphiques encore en place dans la plupart des monuments européens.

La Péninsule ibérique ne fait pas exception dans ce panorama général. Riche d'une très grande quantité d'inscriptions, localisées pour la plupart dans des édifices religieux occupés et utilisés sans solution de continuité depuis la mise en place des épigraphes, elle présente un intérêt tout à fait exceptionnel pour comprendre le fonctionnement *in situ* du document et l'inscrire ainsi dans la vie et l'usage (liturgique, communautaire, social) du bâtiment. Comme en France, en Allemagne ou en Italie, les chercheurs sont malheureusement très peu nombreux pour exploiter cette masse documentaire considérable, et les pouvoirs publics ne semblent pas disposés à fournir des moyens supplémentaires pour donner une impulsion nouvelle aux recherches en épigraphie médiévale. Il n'est pas le lieu de juger ici des orientations scientifiques (celles des Universités) et

[2] Pour une vision générale de la discipline épigraphique, voir FAVREAU, Robert, « L'épigraphie médiévale : naissance et développements d'une discipline » In *Comptes rendus de l'Académie des inscriptions et belles-lettres*, Paris, 1989, p. 328-363 ; voir aussi FAVREAU, Robert, *Épigraphie médiévale*, Turnhout, Brepols, 1995, p. 5-10.

[3] L'éclatement des entreprises de publication est particulièrement clair dans les recensements bibliographiques suivants : FAVREAU, Robert, *Épigraphie médiévale*, Turnhout, Brepols, 1995, p. 10-26 ; KOCH, Walter, BORNSCHLEGEL, Franz-Albrecht, *Literaturbericht zur mittelalterlichen und neuzeitlichen Epigraphik (1998-2002)*, Hannovre, MGH, 2005 ; BERARD, Françoise, FEISSEL, Denis *et al.*, *Guide l'épigraphiste : bibliographie choisie des épigraphies antiques et médiévales*, ENS, Paris, 2010.

budgétaires (celles des institutions de financement) ; nous constatons simplement que ce manque d'intérêt et de moyens conduit à une méconnaissance, au sein des pays eux-mêmes, de la documentation épigraphique qui est, de façon générale, peu exploitée, citée ou même connue des médiévistes portugais ou espagnols. Les inscriptions restent confinées aux travaux des spécialistes locaux qui se chargent tout à la fois des entreprises de publication et des initiatives de recherche. Elles apparaissent ainsi plus fréquemment dans les travaux des épigraphistes étrangers, français et allemands surtout, qui connaissent parfois mieux le travail de leurs collègues ibériques que les médiévistes péninsulaires eux-mêmes !

Les sources épigraphiques au Portugal et en Espagne

Un rapide survol de la documentation conservée aujourd'hui matériellement ou sous forme de mentions permet de comprendre pourquoi l'intérêt pour les inscriptions ibériques dépasse largement les frontières de la péninsule. Il ne s'agit pas seulement d'un aspect quantitatif. Le Portugal possède en proportion moins d'inscriptions médiévales que la France ou l'Allemagne par exemple ; l'Espagne possède quant à elle effectivement un très grand nombre de textes ; pensons par exemple que la seule province de Burgos possède sans doute plus 400 inscriptions médiévales).

Première caractéristique de cette documentation : les ensembles conservés sont considérables ; il suffit de citer le corpus des inscriptions du monastère d'Alcobaça au Portugal[4], ou celui de la cathédrale de León[5], du cloître de San Juan de la Peña ou de celui de la cathédrale de Roda en Espagne[6]. Cette concentration, sur un même site, d'un grand nombre de textes épigraphiques n'est pas très courant dans le reste de l'Europe, que ce soit en France ou en Italie, encore moins en Allemagne. Les circonstances historiques propres à chaque pays peuvent sans doute être à l'origine ces concentrations, mais il faut probablement davantage relier ce phénomène au développement d'ateliers épigraphiques spécialisés, dans les grands centres urbains ou monastiques espagnols et portugais. Elles donnent en tout cas l'occasion d'entrevoir une production épigraphique « en série », ce qu'en France par exemple on ne devine qu'à peine à Toulouse ou à

4 Sur Alcobaça, voir l'article de BARROCA, Mário Jorge, « L'atelier épigraphique de l'abbaye d'Alcobaça au Portugal (XIII[e] siècle) » In *Épigraphie médiévale et culture manuscrite. Actes du troisième congrès international d'épigraphie médiévale (Poitiers, septembre 2009)*, Vincent Debiais (éd.), Rennes, PUR, 2011 (à paraître).

5 Les inscriptions de la cathédrale de León ne sont pas encore publiées ; pour une première approche, on verra GARCÍA LOBO, Vicente, « De epigrafía medieval. Cuestiones de método », In *Centenario de la cátedra Epigrafía y Numismática de la Universidad Complutense de Madrid (1900/0-2000/01)*, Madrid, UCM, 2002, p. 77-119.

6 Pour San Juan de la Peña et la cathédrale de Roda, voir DURÁN GUDIOL, Antonio, « Les inscripciones medievales de la provincia de Huesca » In *Estudios de edad media de la Corona de Aragón*, Madrid, CSIC, 8, 1967, p. 45-153.

Vienne[7]. C'est pourquoi les grands ensembles ibériques sont repris par les chercheurs européens dans les travaux concernant la genèse du document épigraphique, dans lesquels on envisage la suite des tâches, la répartition des travaux entre artisans, l'organisation concrète des différentes phases de création[8] (de l'*ordinatio* du texte sur le support à la gravure définitive). Ces grands ensembles permettent d'autre part de percevoir le paysage épigraphique tel qu'il se présentait à la fin du Moyen Âge et de mesurer ainsi l'impact visuel de l'écriture dans l'environnement des hommes et des femmes qui fréquentaient ces espaces d'affichage à échelle monumentale. C'est une chose qu'il est difficile d'apprécier aujourd'hui, à l'exception de quelques sites italiens peut-être. C'est pourquoi on a pu par exemple étudier les inscriptions du Panthéon des rois à San Isidoro de León[9] où la mise en scène épigraphique de l'institution monarchique constitue un laboratoire exceptionnel pour déterminer les modalités de la propagande dynastique par le texte et l'image au cours des XI^e^-XIII^e^ siècles.

La variété des formes et des fonctions des textes est tout à fait extraordinaire et, si la plupart se rencontre également dans le reste de la documentation européenne (on pense en particulier au domaine funéraire), on trouve en Péninsule ibérique un certain nombre de documents inconnus par ailleurs et qui méritent une attention particulière à l'heure de dresser l'éventail des fonctions mémorielles, sociales ou politiques du document épigraphique en Occident médiéval. On pense en particulier aux inscriptions d'autel de Catalogne pour les X^e^-XI^e^ siècles[10], aux ardoises et aux stèles discoïdales du haut Moyen Âge[11], au Pays basque et en Castille, aux marques de propriété de sépulture[12] (type funéraire inconnu ailleurs en Europe), aux décrets épigraphiques d'indulgence[13], etc. Ces différentes spécificités ibériques justifient que les chercheurs extra-péninsulaires utilisent la documentation portugaise ou espagnole au moment d'envisager, notamment pour les questions funéraires, les rapports entre l'inscription, le droit et la sépulture. De même faut-il signaler l'extraordinaire richesse des inscriptions peintes ou gravées sur le mobilier liturgique de la fin du Moyen Âge (retable, armoire, lutrin, chaire). La France, pour prendre un seul exemple, n'a pour le

7 *Corpus des inscriptions de la France médiévale.* Volume 7 : *La ville de Toulouse*, Paris, CNRS, 1987 et *Corpus des inscriptions de la France médiévale.* Volume 15 : *La ville de Vienne en Dauphiné*, Paris, CNRS, 1990.

8 Sur la notion d'atelier ou de centre épigraphique, on verra l'article important de MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación, « Centros escriptoricos epigráficos de la provincia de Palencia », In *De litteris, manuscriptis, inscriptionibus… Festschrift zum 65. Geburtstag von W. Koch*, Vienne, Bohlau, 2007, p. 203-228.

9 DEBIAIS, Vincent, « Afficher pour convaincre. La construction et la promotion de la mémoire dans les inscriptions comme instrument de la propagande médiévale », In *Convaincre et persuader : communication et propagande aux XII^e^ et XIII^e^ siècles* Martin Aurell (dir.), Poitiers, CESCM, 2007, p. 649-702.

10 DE SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier, *La epigrafía látina medieval en los condados catalanes (815-c. 1150)*, Madrid, UCM, 2003.

11 VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel, *Las pizarras visigodas : edición crítica y estudios*, Murcia, UM, 1989.

12 On verra les exemples rassemblés pour la cathédrale de León par Vicente García Lobo.

13 Voir le décret d'indulgence publié à la façade de la cathédrale de León par l'évêque Pedro Cabeza de Vaca de 1456 ; GARCIA LOBO, Vicente, MARTIN LOPEZ, Maria Encarnacion, « La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones », www.ucm.es/centros/cont/descargas/documento 20963.pdf, p. 198.

moment attaché qu'une attention minimale à ces objets d'un point de vue épigraphique dans la mesure où l'aménagement des églises françaises a été fortement perturbé au cours des siècles et de nombreuses éléments mobiliers ont été déplacés, réemployés ou détruits. Les tables peintes des XIV^e^-XV^e^ siècles des églises et des musées espagnols ou portugais offrent un vaste champ d'étude pour qui veut comprendre les relations entre la paléographie traditionnelle et les formes monumentales de l'écriture[14].

On aurait tort de penser que l'utilisation des inscriptions ibériques par les épigraphistes européens constituent une ingérence intellectuelle, ou bien qu'elle est nécessaire parce que la recherche ne se fait pas, au Portugal ou en Espagne. C'est bien évidemment parce que la documentation est très riche et qu'elle fournit des exemples originaux, contradictoires parfois mais toujours stimulants, qu'on les retrouve dans la production bibliographique depuis le milieu des années 1990. Cette utilisation est en partie rendue possible grâce aux différentes entreprises de publication épigraphique en Péninsule.

La publication des inscriptions médiévales en Péninsule

Les entreprises de publication des corpus épigraphiques sont très différentes en Europe, dans leur méthode, dans leurs critères d'édition, dans leur état d'avancement et dans la nature des institutions pilotant les différents projets. Le Portugal et la Suisse sont aujourd'hui les deux seuls pays pouvant se féliciter d'avoir achevé la publication de leur corpus. Au Portugal, le mérite en revient à Mario Jorge Barroca qui a publié en 2000 les 5 volumes de sa thèse de doctorat consacrée à l'épigraphie médiévale portugaise entre 862 et 1422[15]. L'édition se trouve au volume 2 de son ouvrage et propose des notices très détaillée et fort bien construites de chacun des 761 textes retenus pour la publication. Le lecteur y trouvera de précieux commentaires historiques permettant de replacer chacune des inscriptions dans son contexte politique, religieux, généalogique, etc. Les normes choisies pour l'édition sont très simples mais particulièrement efficaces ; elles rendent la lecture des notices fluide et devraient permettre l'utilisation de ce précieux corpus par de nombreux chercheurs, aidés dans leur tâche par des index très complets, au volume 3 de l'ouvrage. Comme toute opération visant au rassemblement d'un corpus, celui de Mario Jorge Barroca a dû procéder à un certain nombre de choix ; la présentation des notices dans un ordre chronologique strict rend par exemple l'ouvrage peu maniable pour un européen plus habitué à un classement géographique ; ajoutons à cela que certaines datations étant discutables, le critère d'ordre établi sur la date se trouve

[14] Nous nous permettons de renvoyer ici à notre article : DEBIAIS, Vincent, « Construcción epigráfica y uso funerario del retablo de la Pasión de los Caparroso. Herencia isidoriana e influencia litúrgica », *Príncipe de Viana*, Pampelune, SEHN, n° 242, décembre 2007, p. 797-813.

[15] BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisbonne, FCG-FCT, 2000, 4 vols.

alors fragilisé. Il s'agit toutefois là de détails qui ne sont pas discutables dans la mesure où ils appartiennent à la part d'arbitraire présente dans tout corpus, et l'on ne saurait trop saluer le travail accompli par Mario Jorge Barroca pour mettre à disposition de façon remarquable le beau corpus des inscriptions médiévales portugaises, encore assez peu diffusé dans les bibliothèques européennes, ce qui explique sans doute pourquoi les inscriptions portugaises apparaissent très peu dans les travaux d'épigraphie en dehors de la Péninsule. W. Koch, dans sa dernière synthèse sur la paléographie des inscriptions de l'Occident médiéval, ne mentionne, sauf erreur de ma part, aucune inscription portugaise[16].

La situation en Espagne est tout à fait différente. La tradition des études épigraphiques y est ancienne et prestigieuse, et les publications consacrées aux inscriptions, dispersées et inégales dans leur qualité, sont nombreuses depuis les années 1980. Toutes les conditions étaient donc réunies pour qu'émerge une entreprise collective de publication, celle d'un grand *Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium* autour de la chaire de sciences et techniques historiographiques occupée par Vicente García Lobo à l'Université de León[17]. Organisée par province ou communauté autonome, la publication compte pour le moment un seul volume publié, consacré à la région de Zamora[18]. Plusieurs volumes sont prêts et devraient paraître dans les mois à venir. Chaque publication est confiée à un chercheur, membre du programme collectif qui décide des normes de publication, des critères d'organisation à l'intérieur du volume, etc. Chaque notice propose une transcription, une édition critique et une traduction du texte ainsi que quelques commentaires, très brefs, principalement consacrés à la paléographie et aux aspects formels de l'épigraphe. Le volume de Zamora s'accompagne d'un tome d'étude analysant dans le détail l'écriture, la langue, la typologie fonctionnelle et la datation des inscriptions. À la différence de ce que l'on voyait au Portugal, ce programme de recherche n'est pas une entreprise individuelle ; elle est le fruit d'un groupe de travail qui interroge en permanence l'objet épigraphique afin de comprendre ses spécificités au sein de la documentation écrite médiévale et d'améliorer en ce sens les critères de publication. C'est cette réflexion constante et pointue qui modère le rythme de publication et qui conduit les chercheurs européens à utiliser encore, pour les provinces du nord de l'Espagne notamment, des publications anciennes mais fort utiles pour l'Aragon, la Catalogne et la Castille principalement. Pour le sud du pays s'ajoute la difficulté des inscriptions arabes, très nombreuses en Andalousie et en Extremadura ; elles ont été étudiées en deux volumes dans les années 1930 par un

16 KOCH, Walter, *Inschriftenpaläographie des abendländischen Mittelalters und der früheren Neuzeit. Früh- und Hochmittelalter*, Vienne, Oldenbourg, 2007, p. 64-69.

17 On verra, pour une présentation générale du corpus espagnol, la notice que lui a consacrée POULLE, Emmanuel, « Bibliographie » In *Bibliothèque de l'École des chartes*, Paris, ENC, 1998, t. 148-1, p. 594-596.

18 GUTIÉRREZ ALVAREZ, Maximino, *Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium*, I : *Zamora*, Turnhout, Brepols, 1997, 2 vols.

historien extra-péninsulaire[19], et non des moindres : Évariste Levi-Provençal ; mais peut-on dire encore que l'ancien directeur de l'Institut des études islamiques était non-ibérique tant ses travaux ont apporté à la connaissance de l'Espagne musulmane ! Il n'en reste pas moins que, pour ces régions, les textes arabes sont au moins aussi bien connus que les textes latins qui attendent encore pour la plupart leur édition dans le cadre du *Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium*.

La faible diffusion en bibliothèque du corpus de Mário Jorge Barroca pour le Portugal et le caractère très fortement partiel du corpus dirigé par Vicente García Lobo font qu'il est encore très difficile pour des chercheurs extra-péninsulaires d'utiliser, même ponctuellement, les inscriptions ibériques dans la réalisation de leur travaux. Fort heureusement, les relations institutionnelles cordiales qu'entretiennent les épigraphistes de León, Porto, Poitiers, Venise et Munich sont l'occasion de nombreux échanges bibliographies et de séjours, en Espagne principalement dans le cadre d'échange sous l'égide du Ministère des affaires étrangères (pour la France) ou le Ministère de l'éducation et des sciences (pour l'Espagne), séjours au cours desquels les collègues ne manquent pas de faire découvrir *in situ* les richesses épigraphiques conservées dans les monuments de leur pays.

La complémentarité des approches

Les réflexions collectives engagées lors de la tenue des congrès internationaux d'épigraphie médiévale[20] (à Poitiers en 1995, à León en 2007, de nouveau à Poitiers en 2009) et lors des échanges bilatéraux Espagne-Allemagne (2000-2002) et France-Espagne (2007-2008) ont mis en exergue un certain nombre de divergences méthodologiques entre les différentes entreprises de publication. Elles naissent pour la plupart des traditions disciplinaires dans lesquelles elles s'inscrivent. L'attachement à la classification fonctionnelle des inscriptions en Espagne provient ainsi par exemple des liens très étroits entre diplomatique, codicologie, épigraphie et paléographie au sein des chaires de sciences et techniques historiographiques. L'attention à la dimension textuelle de l'inscription avec la recherche des sources et des formules dans le cadre du *Corpus des inscriptions de la France médiévale* s'explique par le fait que l'équipe a été accueillie depuis sa création au sein d'un laboratoire pluridisciplinaire, très attaché à l'histoire des textes. Ces choix méthodologiques, qui transparaissent dans la structure des notices et la teneur des commentaires, sont évidemment discutables mais ils sont surtout complémentaires pour une compréhension

[19] LEVI-PROVENÇAL, Évariste, *Inscriptions arabes d'Espagne*, Paris-Leyden, 1931, 2 vols.

[20] Voir les actes de ces colloques : *Épigraphie et iconographie. Actes du colloque tenu à Poitiers en 1995*, R. Favreau (éd.), Poitiers, CESCM, 1996 ; *Las inscripciones góticas. Actas del segundo coloquio internacional de Epigrafía medieval (León, 11-15 de septiembre 2006)*, V. García Lobo, M.E. Martín López (éds.), León, CIHM, 2010 ; *Épigraphie médiévale et culture manuscrite. Actes du troisième congrès international d'épigraphie médiévale (Poitiers, septembre 2009)*, Vincent Debiais (éd.), Rennes, PUR, 2011 (à paraître).

générale de l'inscription en ce qu'elle constitue toujours un objet complexe, constitué d'une forme, d'une graphie, d'une langue, d'un contenu, d'un contexte, d'un public, etc. Nous prendrons ici deux exemples tirés de la production bibliographique du plus grand spécialiste d'épigraphie médiévale en dehors de la Péninsule, Robert Favreau, qui a consacré plusieurs de ses travaux à des inscriptions espagnoles, pour voir comment le dialogue entre chercheurs de formation et de tradition universitaire différentes permet de résoudre les difficultés éventuelles de compréhension des objets épigraphiques.

Le calice et la patène de l'abbé Pélage au Musée du Louvre

En 1993 a été publié le texte d'une conférence prononcée par Robert Favreau devant l'Académie des inscriptions et belles-Lettres au sujet de deux objets conservés au Musée du Louvre[21] ; le calice et la patène sont d'origine espagnole, comme le montre définitivement l'article, et peuvent être datés de la première moitié du XII^{e} siècle. Les deux objets portent une inscription que Robert Favreau analyse avec son érudition habituelle. Nous donnons ici le texte de l'inscription tracée sur le pied du calice : *Pelagius abbas me fecit ad honorem s(an)c(t)i Iacobi ap(osto)li* ; l'épigraphe autour de la patène (qui porte en son centre l'Agneau) se lit ainsi : *Carnem qu(a)m gustas non adterit ulla vetustas ; perpetuus cibus et et regat hoc reus amen*. Cette seconde inscription avait fait l'objet de plusieurs discussions quant à sa lecture et son sens exact, notamment au sujet du verbe *regat*. Grâce à sa connaissance des formules épigraphiques et des textes liturgiques, Robert Favreau a pu assurer sa transcription en rétablissant le verbe *negat* qui permet de comprendre l'inscription dans le contexte des controverses sur l'eucharistie et la présence réelle du corps du Christ au moment de la consécration. Pour la compréhension de cette pièce espagnole (léonaise, probablement), le chercheur français apporte des éléments de réponses puisés chez Suger de Saint-Denis, mais également dans des documents épigraphiques provenant de Götene, en Suède, ou de Fritzlar en Allemagne, dans des manuscrits dispersés à travers toute l'Europe… C'est donc grâce à une appréhension globale de la culture écrite médiévale que Robert Favreau a pu mener à terme sa recherche concernant les deux objets conservés au Louvre.

Si les restitutions proposées par Robert Favreau sont tout à fait convaincantes et si elles permettent se situer chronologiquement et géographiquement les objets, on doit admettre que les explications fournies pour expliquer ces « erreurs de transcription » - qui ne peuvent être anodines sur des objets de cette qualité – sont plus discutables. Le chercheur français signale en effet que « les erreurs, *qum* pour *quam*, *et* pour *est*, et surtout *regat* pour *negat* montrent que [le commanditaire] ou le graveur a bien mal compris le texte ». Il paraît difficile d'envisager des

[21] FAVREAU, Robert, « Les inscriptions du calice et de la patène de l'abbé Pélage au Louvre » In *Comptes rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres*, Paris, t. 137, n° 1, 1991, p. 31-48.

erreurs de transcription reposant sur une mauvaise compréhension du texte dans la mesure où c'est justement le contenu très particulier de l'inscription qui accorde toute son originalité à cette patène. Il faut sans doute, comme le fait également Robert Favreau, chercher du côté de la prosodie pour expliquer les erreurs de copie ou de composition faussant la métrique. Il fallait sans doute de façon plus pertinente encore chercher à repérer du côté de la paléographie, les circonstances graphiques ayant pu entraîner les variations entre les textes de la controverse autour de Bérenger de Tours, les inscriptions tracées sur d'autres patènes contemporaines et l'épigraphe de l'abbé Pélage. L'étude de Robert Favreau propose certes un paragraphe consacré à la paléographie de l'inscription dans lequel il met très justement en évidence la persistance des caractères de l'écriture wisigothique pour le *T* de *regat* notamment, en signalant que l'ensemble des autres lettres renvoie « à la fin du XI^{e} ou au début du XII^{e} siècle », datation aujourd'hui admise pour le calice et la patène de l'abbé Pélage au Louvre.

Le fait que ces deux objets soient conservés au Musée du Louvre à Paris ne pouvait qu'attirer l'attention d'un chercheur français, mais la formation et l'habitude des universitaires espagnols au maniement de l'écriture wisigothique, véritable perle rare dans l'histoire de l'écriture épigraphique, pouvaient seuls venir à bout des difficultés soulevés par la lecture de l'inscription de la patène notamment. Le mérite revient finalement à deux chercheurs léonais, Vicente García Lobo et María Encarnación Martín López, d'avoir montré comment passer de *regat* à *negat*, en prenant en compte la forme minuscule du *N* dans la graphie wisigothique[22]. L'erreur ne vient plus d'une incompréhension du texte de la part de l'artisan qui a entaillé le métal, mais d'une difficulté survenue au moment de la translittération (le passage d'un même texte d'une graphie à une autre), phase d'écriture au cours de laquelle une confusion a pu s'installer entre les deux signes. Un examen attentif de la patène montre d'ailleurs que la lecture d'un *N* ne serait pas absolument impossible. L'analyse de Robert Favreau, aussi remarquable soit-elle, ne pouvait se passer *in fine* de l'expertise des épigraphistes péninsulaires. Ce cas ponctuel montre à quel point on doit encourager la complémentarité des démarches (textuelle pour le savant français, paléographique pour les deux chercheurs espagnols) et la création d'un réseau européens d'experts capables de valider ou de nuancer les propositions de chacun dès qu'elles concernent un espace où la formation ou la pratique du chercheur peut être défaillante.

[22] GARCÍA LOBO, Vicente, MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación, « Errores de rogatorio en una inscripción del siglo XII : a propósito de Les inscriptions du calice et de la patène de l'abbé Pélage au Louvre de Robert Favreau », In *Estudios humanisticos geografia, historia, arte*, León, t. 17, 1995, p. 151-162.

Armentia et Jaca : histoires de tympan…

Parmi les très belles inscriptions du corpus espagnol, on pense tout de suite aux textes, parfois longs et denses, sculptés au tympan des églises romanes d'Aragon, de Castille, du Pays basque. San Miguel d'Estella ou l'ermitage San Bartolomeo d'Aguilar de Codés en Navarre, la cathédrale de Jaca en Aragon, le tympan roman d'Armentia près de Vitoria constituent quelques-unes des œuvres maîtresses de l'épigraphie des XI^e^-XII^e^ siècles dans le nord de la Péninsule, et ont fait l'objet de très nombreuses études de la part des historiens de l'art espagnols depuis les années 1950. Concentrant leur attention sur le style de la sculpture et l'identification des maîtres et des ateliers, l'iconographie et l'étude des textes en lien avec les images ne sont apparues que récemment dans la bibliographie et il faut signaler les travaux très influents à ce sujet de D. Ocón Alonso[23].

Les tympans cités ci-dessus présentent une particularité que l'on retrouve de l'autre côté des Pyrénées, dans les départements français du piémont et jusqu'au nord de l'Aquitaine : la présence d'un chrisme. Reprenant l'héritage paléochrétien du *labarum*, il présente une forme originale avec les lettres grecques *chi* et *rhô* inscrites dans un cercle et cantonnées de l'alpha et de l'oméga, auxquelles s'ajoute un *S* latin ou un *sigma* grec. Ces différents signes entrent dans des compositions très diverses, plus ou moins complexes, qui donnent au motif une valeur particulière se déclinant très largement au sein du panorama des thèmes christiques. En raison de la répartition géographique du motif de part et d'autre des Pyrénéens, épigraphistes français et espagnols avaient l'occasion de développer une recherche collective de grande ampleur mais les circonstances académiques n'ont malheureusement pas permis de réaliser ce projet. Les directions de recherche ont donc toujours été très différentes au sujet du chrisme pyrénéen.

Principalement menées par des historiens de l'art, spécialistes du style de la sculpture romane du nord de la Péninsule, les tympans à chrisme ont surtout été analysés en Espagne d'un point de vue formel ; ce fut également la direction choisie par les historiens de l'art français pendant de nombreuses décennies. Les variations dans la construction alphabétique entre les chrismes ou leur lien avec les éventuelles images qui les accompagnent n'ont que peu été exploitées pour la compréhension génétique du motif, ou pour dresser l'éventail de ses significations. Forcément polysémique en raison de sa construction sémiologique, le chrisme ne peut être univoque ; il constitue toujours une variation (relevant de la *poesis* donc) sur une série de thèmes propres à chaque programme sculpté, à chaque édifice, à chaque région[24]. Il est très difficile dès lors de

[23] OCÓN ALONSO, Dulce, *Tímpanos románicos españoles : reinos de Navarra y Aragón*, Madrid, UCM, 1987, 2 vols.

[24] DEBIAIS, Vincent, « Du monogramme du Christ à l'image de Dieu. Contribution épigraphique à la compréhension du chrisme monumental (France-Espagne, XI^e^-XIII^e^ siècle) », In *La lettre dans tous ses états. Actes des journées d'études organisées par le CESCM (2005-2008)*, L. Habot, V. Debiais (éds.), Poitiers, CESCM, 2012 (à paraître).

produire des ouvrages d'ensemble sur la question sans risquer de généraliser le sens ou la fonction d'un phénomène trop riche sémantiquement pour se passer d'études de cas très approfondies. Aussi le chrisme est-il analysé comme le sont les autres images dans les catalogues dressés remarquablement par D. Ocón Alonso mais on regrette l'absence de prise en compte, dans la plupart des cas, des inscriptions accompagnant le chrisme et fournissant de nombreuses pistes d'interprétation pour le motif, mais également pour l'ensemble du programme sculpté au tympan en question.

Robert Favreau s'est quant à lui aventuré dans les beaux paysages pyrénéens pour étudier trois tympans romans comportant des chrismes et des inscriptions : San Miguel d'Estella en Navarre, en 1975[25] ; la cathédrale de Jaca en Aragon, en 1996[26] ; San Andrés d'Armentia, au Pays basque, en 2006[27]. Sans négliger l'apport des travaux réalisés avant lui par les historiens espagnols, Robert Favreau propose, dans ces trois contributions, une analyse renouvelée des textes et des images sculptés au tympan et on voit à quel point les écrits des auteurs médiévaux circulent entre France et Espagne pour la réalisation de programmes iconographiques dont la portée théologique (et théorique dans le cas d'Estella) est tout à étourdissante. L'auteur n'évoque que très rapidement les chrismes, représentés deux fois à Estella et une fois à Armentia ; son analyse se consacre plutôt ici à l'interprétation des inscriptions, en replaçant les textes dans la perspective plus générale de la production poétique médiévale du XII^{e} siècle. Les travaux récents d'H.L. Kessler, brillamment menés à propos des vers d'Estella, confirment qu'il s'agissait d'une piste de recherche très fructueuse[28].

Le chrisme est en revanche pleinement concerné par l'étude de Robert Favreau sur le tympan de Jaca, dans la mesure où l'auteur a pu montrer que le motif est justement au centre du programme iconographique et des inscriptions qui l'accompagnent. Si les textes placés au-dessus des lions et dans le bandeau à la base du tympan concernent davantage le thème de la résurrection de la chair, l'inscription circulaire propose une lecture symbolique des lettres formant le motif du chrisme. Nous reproduisons les 3 vers de Jaca : *Hac in sculptura, lector, sic noscere cura : P pater, A genitus, duplex est spiritus almus. Hii tres jure quidem Dominus sunt unus et idem*. Après avoir fait état des différentes interprétations proposées pour ce texte difficile, Robert Favreau émet l'idée qu'il faut comprendre les lettres du chrisme comme des lettres latines et lire ainsi dans l'inscription

[25] FAVREAU, Robert, « L'inscription du tympan nord de San Miguel d'Estella » In *Bibliothèque de l'École des chartes*, Paris, ENC, 1975, t. 133-2, p. 237-246.

[26] FAVREAU, Robert, « Les inscriptions du tympan de la cathédrale de Jaca », In *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, Paris, 1996 (avril-juin), p. 535-558.

[27] FAVREAU, Robert, « Le tympan roman d'Armentia. Iconographie et épigraphie », In *Artem quaevis alit terra : studia professori Piotr Skubiszewski anno aetatis suae septuagesimo quinto oblata, Ikonetheka*, Varsovie, 2006, n° 19, p. 93-102.

[28] Voir son ouvrage remarquable : KESSLER, H.L., *Neither God nor Man. Words, Images and the Medieval Anxiety about Art*, Berlin/Vienne, 2007

le mot *pax*. La paix deviendrait alors un symbole trinitaire mis en image au tympan dans le motif du chrisme ; il apporte en appui un cela un texte d'Atton de Verceil qui identifie clairement le mot *pax* (dont les lettres latines désignent le Père, le Fils et l'Esprit-Saint) et la Trinité[29].

Cette interprétation est extrêmement convaincante, surtout quand on ajoute à l'article de 1996, la courte note que publia Robert Favreau en 2004[30] en donnant à connaître les sources utilisées par Atton de Verceil et qui sont encore plus claires que sa propre compilation ! Elle ébranlait pourtant un acquis de l'historiographie espagnole qui faisait implicitement du chrisme pyrénéen (appelé *crismon trintario* en espagnol) un symbole de la Trinité, notamment par l'introduction du *S* sur la hampe du *chi*[31]. Le cas du tympan de Jaca montre que le chrisme est bien plus une image du Christ qu'une référence à la Trinité, et que seuls les compléments épigraphiques apportent, dans quelques exemples ponctuels, une dimension trinitaire à ce signe complexe mêlant lettres latines et lettres grecques dans une construction monogrammatique bien difficile à déchiffrer.

Le plus grand nombre de tympans à chrisme se trouve, pour le versant espagnol des Pyrénées, en Navarre. Près de la moitié des notices du volume du *Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium* consacré à cette communauté autonome concerne des pièces de ce type, qui ont déjà en partie été publiés en ligne par Juan Antonio Olañeta[32]. La prise en compte des travaux de Robert Favreau et de nos propres recherches sur ce signe invite à relire en grande partie les travaux anciens pour nuancer la dimension trinitaire du chrisme et proposer ainsi une édition nouvelle des objets encore conservés en Navarre[33]. L'éclairage proposé par les épigraphistes extra-péninsulaires sur cette question est donc tout à fait fondamental dans la mesure où le corpus des chrismes français est lui aussi considérable et qu'il permet d'analyser le motif en détail ; on regrette que les collègues espagnols n'aient pas encore franchi les Pyrénées pour étudier les chrismes septentrionaux ; leur expertise serait d'un grand secours pour les auteurs du *Corpus des inscriptions de la France médiévale* et tous les historiens de l'art étudiant les belles églises du sud-ouest de la France[34]. On constate toutefois avec plaisir que la production bibliographique ne doit pas se restreindre à une région donnée si la méthode est sérieuse et les présupposés valides. Il ne doit pas y avoir de « territoire protégé » ou de « domaine réservé ». Les compétences, l'expérience, le dialogue sur un objet commun sont autant d'occasions d'enrichir le point de vue de chacun et de faire progresser la

29 *Patrologia latina*, t. 134, c. 554-555.

30 FAVREAU, Robert, « À propos d'une inscription du tympan de la cathédrale de Jaca (Aragon) », In *Comptes rendus de l'Académie des inscriptions et belles-lettres*, Paris, 2004 (janvier-mars), p. 6-10.

31 Voir par exemple OCÓN ALONSO, Dulce, « Problemática del crismón trinitario » In *Archivo español de arte*, n° 233, 1983, p. 242-263.

32 http://www.claustro.com/Crismones/Webpages/Catalogo_crismon.htm. On trouvera sur ce site des références bibliographiques malheureusement inédites ou introuvables.

33 DEBIAIS, Vincent, *Corpus inscriptionum Hispaniae mediaevalium*, IV : *Navarra*, Turnhout, Brepols, 2012 (à paraître), 2 vols.

34 L'un des volumes du corpus français est justement consacré aux chrismes du sud-ouest du pays. *Corpus des inscriptions de la France médiévale.* Volume 10 : *Chrismes du Sud-Ouest*, Paris, CNRS, 1985.

recherche, dans un aller-retour intellectuel fructueux aussi bien sur le plan scientifique qu'humain. Les deux exemples que nous avons proposés ci-dessus le montre sans ambigüité : les démarches en épigraphie médiévale sont complémentaires en Péninsule et dans le reste de l'Europe, et la documentation ibérique fournit de magnifiques opportunités d'accélérer le rythme de nos connaissances sur les pratiques graphiques médiévales.

Perspective : pour une épigraphie médiévale européenne

Le deuxième colloque international d'épigraphie médiévale tenu à León en septembre 2006 avait pour thème « Las inscripciones góticas », en référence à l'écriture gothique que l'on voit apparaître dans les inscriptions espagnoles dès le début du XIII^e^ siècle. Les interventions des épigraphistes français et italiens ont porté très nettement sur des textes plus récentes, surtout du XIV^e^ siècle, dans la mesure où l'on comprenait dans le titre, non pas un type graphique donné (qui existe par exemple à peine dans la très maigre typologie paléographique française), mais plutôt une grande période correspondant d'un point de vue de l'histoire générale des formes à la fin du Moyen Âge. Il est de la même façon aujourd'hui impossible de reprendre les descriptions paléographiques d'une équipe de recherche à l'autre ; la typologie des inscriptions n'est absolument pas exportable entre la France, l'Italie et l'Espagne par exemple.

Il conviendrait donc d'harmoniser à l'échelle européenne quelques-uns des principes élémentaires de l'ecdotique en épigraphie médiévale. Si l'on demandait aujourd'hui à un épigraphiste français de publier, selon les critères du *Corpus des inscriptions de la France médiévale*, une inscription espagnole ou portugaise, les collègues péninsulaires reviendraient sans aucun doute sur la qualification de l'écriture, le choix de la nature du texte, de la fonction de l'inscription et sur l'interprétation historique ; et il se produirait la même chose dans le cas contraire ! On peut cependant espérer que le fait que les épigraphistes européens s'intéressent de plus en plus depuis quelques temps aux documents conservés en dehors de leurs frontières accélère ce processus d'harmonisation et permettent de structurer scientifiquement un réseau européen de l'épigraphie médiévale dans les prochaines années. Il ne peut pas en être autrement ; la circulation des idées et des modèles ne connaît au Moyen Âge pas plus qu'aujourd'hui de frontières. Le texte du tympan de San Miguel d'Estella avait également été tracé, à quelques variantes près, sur un retable de Saint-Denis en France, à la cathédrale de Ferrare et dans les peintures murales de Ceri en Italie[35]. La disposition en faisceau de l'inscription commémorant le déplacement en 1223 des

[35] Voir les références de ces inscriptions dans l'article de FAVREAU, Robert, « L'inscription du tympan nord de San Miguel d'Estella » In *Bibliothèque de l'École des chartes*, Paris, ENC, 1975, t. 133-2, p. 240.

moines d'Alcobaça au Portugal[36] se retrouve dans l'épitaphe d'un maître d'œuvre à Saintes, dans l'Ouest de la France dans le premier quart du XII^e^ siècle[37] et sur la plaque funéraire d'un évêque d'Elne, en Catalogne, en 1186[38]. Il s'opère à partir du milieu du XIII^e^ siècle, dans l'ensemble de l'Europe, un rapprochement et une harmonisation des formes épigraphiques de la majuscule gothique. Riche de variations géographiques et linguistiques, la culture graphique médiévale ne peut être comprise que dans une conception large des disciplines et des champs de recherche et c'est le dépassement des frontières politiques ou institutionnelles qui permet de générer la connaissance.

[36] BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisbonne, FCG-FCT, 2000, vol. 2, t. 1, n° 289, p. 711-717.

[37] *Corpus des inscriptions de la France médiévale.* Volume 1-3 : *Charente, Charente-Maritime, Deux-Sèvres*, Poitiers, CESCM, 1977, ChM 31, p. 116-117. Sur cette inscription, voir l'article de TREFFORT, Cécile, « De jeux de mots en jeux de pierre. Variation autour de l'inscription de Bérenger de Saintes », In *La pierre dans le monde médiéval*, D. James-Raoul, Cl. Thomasset (dir.), Paris, PUS, 2010, p. 67-83.

[38] *Corpus des inscriptions de la France médiévale.* Volume 11 : *Pyrénées-Orientales*, Paris, CNRS, Poitiers, CESCM, 1986, n° 49, p. 60-61.

Las crónicas de la Baja Edad Media Ibérica en la historiografía Europea (no ibérica), (1999-2010)

As crônicas da Baixa Idade Média Ibérica na historiografia Européia (não ibérica), (1999-2010)

Charles Garcia
Universidad de Poitiers - CESCM

Resumo

Acompanhando o desenvolvimento crescente dos estudos relacionados às crônicas da Baixa Idade Média, o presente artigo contempla um diagnóstico e análise da produção acadêmica européia (não ibérica) que trabalha, em seu foco investigativo, com a cronística medieval ibérica (1999-2010).

Palavras-chave: Baixa Idade Média; Cronística Medieval; Península Ibérica.

Abstract

Accompanying the increasing development of the studies related to the late Middle Ages chronicles, the present article includes a diagnosis and analysis of the European academic production (non Iberian) which works, in their investigative focus, with the medieval Iberian chronicles (1999-2010).

Keywords: Late Middle Ages; Medieval Chronicles; Iberian Peninsula.

- **Enviado em: 28/09/2011**
- **Aprovado em: 29/11/2011**

Desde hace varios años, en el escenario científico internacional, las crónicas medievales cuentan con un congreso periódico a ellas exclusivamente dedicado[1]. La primera sesión de estos encuentros se celebró en la ciudad de Utrecht, en 1986, y se ha anunciado la próxima, que llevará el número seis, para el 2011, en la ciudad húngara de Pécs. La constante presencia de un número cada vez más importante de investigadores en estos eventos se ha plasmado, muy naturalmente, en la creación de la llamada: "Sociedad de la crónica medieval"[2]. Sin embargo, y a pesar de la evidente afición por las crónicas medievales como tema de estudio, es preciso reconocer que la presencia de los investigadores que trabajan con la "materia" ibérica es de lo más discreta en estos foros. Así pues, en el primero de los congresos, el de 1986, se presentaron, como recuerda Aengus Ward, un total de ciento cincuenta comunicaciones, de las cuales no se seleccionó ninguna del ámbito castellano para la publicación de las actas. Desde la fecha, las cosas han mejorado afortunadamente, merced sobre todo a la implicación de los investigadores portugueses en tales encuentros. Antes de pasar a analizar los lugares de la producción y los resultados a los que han llegado los autores europeos, nos parece necesario recordar los principales hitos — o sea el contexto histórico— de las crónicas generales hispánicas escritas en la Edad Media.

1. El contexto histórico de las fuentes.

La *Crónica de Alfonso III*, de finales del siglo IX, cierra el ciclo de las llamadas crónicas "asturianas" [3]. Hubo que esperar luego el principio del siglo XIII para volver a recuperar la vieja tradición, al amparo ahora de la monarquía castellana, en la época de Fernando III[4]. Es posible seguir el compromiso real con la empresa cronística a través de la protección que los miembros de la familia reinante prodigaron a los autores de las crónicas cuyos nombres nos son conocidos. Lucas de Tuy es uno de ellos. Canónigo de la colegiata de San Isidoro de León, el Tudense escribió su obra magna, el *Chronicon Mundi*, que concluiría en el año 1236, a pedido de Berenguela de Castilla, entonces madre del rey. En su amplísimo relato, el clérigo agustino reivindica lo que según él era el ideal de la realeza imperial leonesa, aquella que había sabido buscar el apoyo de la Iglesia y conseguido doblegar a la nobleza. Poco después de que el canónigo terminase lo que luego sería una obra de referencia, Rodrigo Jiménez de Rada escribió el *De rebus Hispanie* por orden de Fernando III, entre1243 y 1246. Pero si bien es cierto que el libro de Lucas era pro-leonés, el de

1 http ://medievalchronicle.org
2 « The Medieval Chronicle / La chronique médiévale / Die Mittelalterliche Chronik ».
3 Estas crónicas han sido traducidas al francés desde hace algunos años; Yves Bonnaz (ed.), *Chroniques asturiennes (fin du IX^e siècle)*, París : CNRS, 1987.
4 Remitimos para el tema a la lectura del artículo de Jean-Pierre JARDIN y de Patricia ROCHWERT, « Historiographie (Moyen Âge) », *Dictionnaire des littératures hispaniques. Espagne et Amérique Latine*, Jordi Bonells (dir.), París : Robert Laffont, « Bouquins », 2009, pp. 665-668.

Rodrigo fue, en plena conciencia, pro-castellano. El Toledano, que defiende en su obra una opinión contraria a la de su predecesor, aboga en el libro por un modelo de realeza que estuviera basado en un pacto por el poder entre el rey y los magnates del reino. Ambas crónicas, escritas en latín, fueron los cimientos sobre los que los *scriptores* del taller de Alfonso X asentarían, a finales del siglo XIII, las historias generales, si bien ahora lo harían en castellano.

El rey Sabio (1252-1284) fue quien introdujo cambios descollantes en la manera de escribir la historia. Además de imponer el castellano como lengua des escritura y de difusión del saber, el rey recuperó, en provecho propio, la autoría de una obra que era colectiva, en cuanto a efectos materiales se refiere. Para Alfonso, el monarca era efectivamente la única persona capacitada para dirigir una empresa de tamaño alcance político. La historia, tal y como se la imaginaba el hijo de Fernando III, debía ser total. El proyecto inicial contemplaba que la historia por escribir debería remontarse a los más remotos orígenes, para finalizar con el reinado del rey Sabio. Fue en este contexto de afirmación de la realeza cuando, sobre todo a partir de 1270, el taller alfonsí dio a conocer sus relatos más importantes: la *Grande e general estoria* y la *Estoria de Espanna*, obras ambas escritas con el designio de reforzar la unidad y la centralización del reino de Castilla.

La llamada *Versión amplificada* salió a la luz en 1289, durante el reinado de Sancho IV. Dicha narración fue seguramente escrita en Toledo, bajo la dirección del arzobispo Gonzalo García Gudiel, y en ella se ve cómo los nuevos poderes entonces en alza: caballeros, nobles y alto clero, afirman su presencia en el entorno del monarca. La *Crónica de Castilla* salió a principios del siglo XIV, durante la minoría de Fernando IV, y en ella se escenifican los acontecimientos históricos que parten del reinado de Fernando I y llegan hasta el de Fernando III. Respecto de las crónicas anteriores, esta obra se distingue por introducir en ella un giro novedoso calificado de "novelesco", por lo que al modo de escritura de la historia se refiere, como se puede observar a través del papel que en ella desempeña el personaje del Cid. Cuando se estaba escribiendo el texto, la gente consideraba simbólicamente entonces al héroe guerrero castellano como el representante de los intereses de la pequeña y mediana nobleza, que por aquellos años pretendía acceder al servicio del rey y anhelaba medrar rápidamente en el colofón de la jerarquía nobiliaria. No se debe olvidar que este grupo social, junto a las ciudades, fue el principal respaldo de María de Molina durante los largos periodos de las minorías regias. Ahora bien, una vez terminadas las minorías, los cronistas, en sus relatos, se despreocuparon de la monarquía para dar mayor protagonismo a la aristocracia, tal y como lo prueba la *Crónica abreviada* de don Juan Manuel, libro en el que el autor recuerda con insistencia los privilegios que debían tener los *ricos hombres* en la corona de Castilla.

Al filo del siglo XIV, los demás reinos ibéricos también cultivaron el género de las crónicas, con un afán similar al del caso castellano. En Portugal, Pedro Alfonso (1287-1354), conde de

Barcelos, escribió la *Crónica Geral de Espanna de 1344* a partir de la versión galaico-portuguesa de la *Estoria de Espanna* alfonsí. En Aragón, se compuso, entre 1369-1372, y a pedido de Pedro IV el Ceremonioso, la *Crónica de San Juan de la Peña*, un relato que se inspiró en muchos aspectos del *De rebus Hispanie* del arzobispo de Toledo. Por aquellas mismas fechas, Juan Fernández de Heredia (1310-1395), consejero de Pedro IV, escribió, en aragonés, la *Grant crónica de España*, un texto que la crítica conoce bien por encerrar en sus páginas las *Gestas del rey don Jaime de Aragón* y la *Gran crónica de los conquiridores*. Por fin, una tarea de semejante escritura fue acometida en Navarra, reino en el que fray García de Erguí compuso una *Crónica de España*, igualmente basada en la *Estoria de Espanna* de Alfonso X y en una traducción del *De rebus Hispanie*.

A mediados del siglo XIV se produjeron en Castilla dos cambios relevantes: el triunfo de la nueva dinastía Trastámara y la nueva forma de escribir las crónicas. El viejo modelo de la llamada crónica general tardó pocos años en agotarse, siendo sustituido por las crónicas "reales", al tiempo que los autores salieron de nuevo del anonimato para afirmarse plenamente como escritores. Ferrán Sánchez de Valladolid fue uno de los autores que se arrogó el derecho de juzgar y de interpretar en sus libros los hechos históricos. Durante el reinado de Alfonso XI compuso la *Crónica de los tres reyes* (Alfonso X, Sancho IV y Fernando IV), pero no le alcanzó el tiempo para poder concluir la *Crónica de Alfonso XI*. Tras la muerte de Pedro I, y la consiguiente llegada al trono castellano de la nueva dinastía Trastámara, se produjo una serie de cambios importantes en la producción historiográfica. Es la época en la que aparecieron las *summas* y demás *compendia*, o sea unos epítomes que se inspiraron del modelo alfonsí pero cuyo principal objetivo iba orientado a legitimar el linaje de los nuevos monarcas, razón por la que esta peculiar forma de escritura se mantendría vigente durante varias décadas.

El siglo XV ve por fin despuntar una nueva historiografía en Castilla, concretamente a la sombra de Juan II. Durante el reinado de éste apareció efectivamente la figura del cronista real, entre los cuales descuellan, por la importancia de sus obras, autores como: Alvar García de Santa María (1370-1460); Fernán Díaz de Toledo (1385-1457) y Pedro Carrillo de Huete, autor de la *Crónica del halconero*. Durante el reinado de Enrique IV, el puesto de cronista oficial fue detentado durante largos años por Diego Enríquez del Castillo (1443- c. 1503). Este escritor, que siempre mantuvo un fervoroso apoyo al monarca, alentándolo en los momentos políticos más difíciles, alcanzó a ver cómo le sucedieron en el cargo sus adversarios, los partidarios de Isabel I, después de la muerte de su protector. Entre los distintos sucesores, destacaremos los tres más insignes: Alfonso de Palencia, autor de la muy conceptual *Gesta hispaniensia*, escrita en latín en 1477; Diego de Valera, autor de la *Crónica castellana* (1480-1482) y del *Memorial de diversas hazañas* (1486) y, por fin, Fernando del Pulgar. Durante el pródigo siglo XV, varias obras salieron a su vez a la luz en

Portugal. La más conocida es sin lugar a dudas la *Crónica de dom João I*, escrita en 1443 por Fernão Lopes, en la que el autor enfatiza el papel del "poboo menudo" que se opuso a la alta nobleza y al gobierno cuando ambos estuvieron dispuestos a rendirse ante Castilla durante la revolución de 1383-1384. Para Lopes, quienes habían alzado la dinastía de Avís al poder eran la burguesía y el pueblo, mientras que la nobleza y las elites habían traicionado el reino. A finales del siglo XV, Rui de Pina, consejero-embajador del rey Juan II escribió, además de la crónica de su protector, la historia de otros reyes de Portugal como: Pedro I, Eduardo I y Alfonso V.

2. Los lugares europeos de la investigación sobre la Edad Media hispánica

Siempre es difícil obviar el peso del pasado en las tradiciones historiográficas nacionales. Si bien es cierto que los historiadores alemanes están actualmente muy presentes en la investigación relacionada con las crónicas de la alta Edad Media peninsular, lo cierto es que hay que admitir su despreocupación por los relatos cronísticos de las épocas posteriores. La razón de la falta de curiosidad por lo tardo-medieval debe ser seguramente imputada al giro "romanista" que dio Alfonso X a expensas del elemento jurídico germánico, el cual se vio congruentemente relegado en el corpus alfonsí y en los textos que en él se inspiran. También resulta interesante analizar el cambio de enfoque que los investigadores franceses han dado respecto a las crónicas hispánicas. Para entender este vuelco, es imprescindible acudir a las transformaciones institucionales que se han producido en las últimas décadas en el sistema educativo nacional francés. Hace un siglo, los filólogos galos estaban a la punta de la investigación sobre los manuscritos de la alta Edad Media hispánica. Entre los autores más destacados de entonces nos encontramos a Alfred Morel-Fatio, Louis Barrau-Dihigo o Georges Cirot. Hoy día, el periodo altomedieval se ve desechado por los universitarios "literarios", siendo sustituidos en dicha especialidad por los historiadores, como si a modo de un reparto de papeles institucional se tratase. Pero antes de volver sobre el tema, es preciso que nos detengamos a examinar los lugares académicos de la difusión de la investigación francesa.

Desde el número 28, la principal revista francesa especializada en la Edad Media hispánica lleva por título: *Cahiers d'études hispaniques medievales*. Esta revista anual no es sino la continuación de los *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales*, inaugurado bajo ese apelativo en el 2001, con el número 24, que a su vez habían sustituido a los *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, revista fundada por Jean Roudil, en 1976. Los sucesivos cambios de apelación reflejan abiertamente los cambios de los enfoques teóricos que se vienen contemplando en el medievalismo "literario" francés desde hace unos treinta años. Si bien la primera fase fue básicamente de cariz lingüístico, ese paradigma se vio progresivamente desplazado para acabar siendo remplazado por un enfoque de corte filológico o literario, cuando no histórico.

La revista puede ser actualmente consultada en línea, en el portal electrónico *Persée*[5], desde el número 1, y ello de forma gratuita. Aunque la revista les *Cahiers* sea hoy el principal vector de la investigación francesa sobre el Medioevo peninsular, no es el único. Desde hace unos quince años, el medievalismo hispánico en Francia ha experimentado un crecimiento muy elevado. El desarrollo ha sido tal, que ha acabado acarreando problemas de saturación editorial puesto que la revista física, impresa en "papel", llegó a la situación de no poder dar abasto a la creciente producción. Para salvar el obstáculo, Georges Martin, catedrático de la universidad de la Sorbona, París-IV, ha sacado provecho de las posibilidades que ofrecen las nuevas tecnologías para fundar, en junio de 2006, una nueva revista electrónica llamada: *e-spania*[6], complementaria de la anterior. Parece ser que la hermanita de los *Cahiers* está destinada a medrar a breve plazo puesto que, con dos números anuales, ya ha alcanzado, en junio de 2010, el número 9 monográfico que recoge las actas de un coloquio anterior dedicado al *Liber regum* (o *Libro de las generaciones y linajes de los reyes*). Por fin, hay que precisar que, en enero de 1991, Michel Garcia, siendo a la sazón catedrático de la universidad de París-III, fundó la revista *Atalaya* para dar a conocer las investigaciones francesas sobre la literatura medieval hispánica. El periódico llegó a tener diez números y dejó de publicarse en 1999. Desde entonces, la dirección de la revista es asumida por Carlos Heusch, catedrático de la ENS de Lyon, quien ha decidido volver a publicarla en línea a partir del 2009, con una periodicidad anual.

Como complemento a tan rápido repaso, es preciso añadir que, en lo que a las crónicas medievales hispánicas se refiere, los estudios más importantes sobre el tema, a nivel mundial, son actualmente publicados por estas revistas, como para recalcar con ello el peso dominante del hispanismo francés en este ámbito. Habrá que tener cuenta de ello a la hora de hacer el balance, a pesar del riesgo que conlleva el dedicar un espacio sumamente leonino a los investigadores galos. El desequilibrio, real, no es sino el reflejo de la dedicación de Georges Martin y de sus discípulos al tema cronístico. En cuanto al balance general de publicaciones registradas, es posible afirmar que la producción francesa no puede ser actualmente comparada con ninguna otra en Europa, y quizás en el mundo. En efecto, hoy por hoy, y fuera de la Península ibérica y de Francia, las únicas revistas de investigación exclusivamente dedicadas a la Edad Media hispánica son estadounidenses: la *Corónica* y el *Journal of MIS*, ambas semestrales. La *Corónica : A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures and Cultures* es una revista impresa tradicional, de corte literario, que existe desde 1972. La segunda, mucho más reciente, es una revista en línea cuyo título completo es: *Journal of Medieval Iberian Studies*[7], se edita desde el 2009 y su consulta, electrónica, es de pago.

5 http://www.persee.fr
6 http://e-spania.revues.org/
7 www.informaworld.com

Por evidentes razones de cohesión con las demás comunicaciones de estas jornadas poitevinas "Francia-Brasil", en nuestro trabajo solo trataremos los estudios europeos dedicados a las crónicas hispánicas, sin hacer distinciones entre la naturaleza de las perspectivas, tanto la literaria como la histórica, que hayan empleado sus respectivos autores. Sobra decir que ello no agota el tema puesto que también existe otro tipo de problemática, el de la lingüística, muy activo por ejemplo en Francia, como lo prueban las contribuciones que se publican regularmente en las revistas arriba señaladas: *Cahiers d'études hispaniques médiévales*, *e-spania* y *Atalaya*, pero que por los motivos ya aludidos no evocaremos aquí.

3. El caso francés, o el singular dominio del escenario europeo

A) Los estudios sobre las crónicas castellanas

En diciembre de 1999 se organizó un coloquio en la Sorbona en torno a la figura del cronista Lucas de Tuy, el primero de los jamás celebrados sobre este autor. En el encuentro participaron principalmente, fuera del propio promotor: Patrick Henriet, Peter Linehan, catedrático de la universidad de Cambridge, y Georges Martin, destinado por entonces en la ENS de Lyon. Si destacamos estos tres nombres, es porque nos parecen reflejar con fidelidad el peso de las diferentes ramas europeas involucradas en el tema de las crónicas y el equilibrio, a menudo constante, que se volverá a repetir en los siguientes encuentros científicos organizados en torno a las narraciones hispánicas de la baja Edad Media. Varios han sido los coloquios celebrados en la Sorbona durante la década 1999-2010. Los dedicados a los tres principales cronistas "latinos" del siglo XIII han permitido definir los rasgos, por así decir modélicos, de cada uno de los tres magnos autores en ellos estudiados. La escritura de la crónica de Lucas de Tuy se ha definido por ejemplo como "clerical", o "isidoriana", la de Rodrigo Jiménez de Rada ha sido tildada de "aristocrática", o "toledana", mientras que la de la *Chronica regum Castellae*, de Juan de Osma, ha sido acuñada como "burocrática", o "curial". Dejando de lado el caso de los universitarios hispánicos, siempre presentes en los simposios parisinos, pero de los que no nos incumbe hablar aquí, se suele regularmente encontrar en estos coloquios a historiadores y filólogos, por la parte francesa, y algunos universitarios británicos de tiempo en tiempo. Pasemos ya a analizar las aportaciones de los especialistas de las crónicas, empezando por los de nacionalidad francesa.

Ya apuntamos la participación en el coloquio sobre el *Tudense* de Georges Martin y de Patrick Henriet, siendo filólogo el primero e historiador el segundo. Esta catalogación sumamente artificial no tiene que ver ni con las personas, ni con el quehacer científico de los investigadores referidos, sino que con el enclaustramiento académico del sistema universitario francés vigente

desde hace más de un siglo. Fuera de la docencia, y no siempre de forma sistemática, la compartimentación no existe en los hechos como lo prueba la presencia alternada de unos y otros protagonistas en los mismos encuentros científicos y en los mismos tribunales de tesis. Los filólogos se vuelven historiadores y adoptan los métodos de la historia cuando lo precisan, y otro tanto hacen los historiadores cuando se vuelven filólogos para adentrarse en los textos, en su naturaleza y en la estructura del relato, porque las huellas materiales son idénticas para ambos, de manera que parece haberse recuperado en Francia la vieja tradición española que veía dialogar, hace un siglo, a figuras de formación académica tan diferentes como Claudio Sánchez-Albornoz y Ramón Menéndez-Pidal. Desde el coloquio sobre Lucas de Tuy, el diálogo entre historiadores y filólogos, o "literarios" [8], ha salido afortunadamente adelante y ahora se pueden contemplar sus logros en las publicaciones ya editadas, lo que nos conduce a decir que la interdisciplinariedad no es una palabra en vano. Para no repetir el esquema antes presentado, nos ceñiremos a recordar que en el segundo encuentro, dedicado a la obra del Toledano, participaron juntamente autores como Philippe Josserand, historiador, y Amaia Arizaleta, "literaria". Desde hace algún tiempo, la dedicación de ésta filóloga se ha orientado preferentemente al estudio de las crónicas, principalmente al de las del periodo pre-alfonsí[9]. El análisis que Amaia Arizaleta aplica a las crónicas castellanas está centrado en un tema muy a la moda en Francia desde hace unos veinte años: el de la forma de escribir los textos, el estilo y la escritura artística, concretamente el estudio del lenguaje "literario" o "poético".

En Francia, la producción alfonsí ha sido estudiada, casi de forma exclusiva, por los investigadores "filólogos", entre los que sobresale Georges Martin. La aportación de este autor al conocimiento de la obra de Alfonso X puede ser valorada de determinante. En efecto, el profesor parisino ha acometido una serie de trabajos que demuestran con agudeza la finalidad, los conceptos y el andamiaje general de la historiografía que se diseñó en los talleres del rey Sabio. Para ilustrar el método científico que emplea Georges Martin, hemos seleccionado dos artículos de su abundante bibliografía y publicados en la última década[10]. Para adentrase de la mejor manera posible en las entrañas del proyecto alfonsí, el profesor Martin ha definido su reflexión en torno a tres temas: la *intentio*, la *inventio* y la *dispositio*. Con la ayuda de estos tres ejes, el investigador francés ha podido demostrar el vínculo existente entre el programa cultural del rey, en el que la Historia —y por ende

[8] Utilizaremos indiferentemente uno u otro apelativo que, por supuesto, remiten a una misma formación académica.

[9] *Poétique de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Äge (péninsule Ibérique et France)*, Amaïa Arizaleta (éd.), Toulouse : Université de Toulouse, 2008.

[10] Georges MARTIN, « El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes", *La historiografía alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII - XV)*, Georges Martin (éd.), Madrid: Casa de Velázquez, 2000, p. 9-40; "El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes", *Alfonso X el Sabio y las crónicas de España*, Inés Fernández-Ordóñez (éd.), Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000, p. 37-59.

las crónicas— ocupa un puesto fundamental, y el proyecto político que anhelaba el monarca. Por lo que a la *intentio* se refiere, Martin ha dado a conocer el papel relevante que desempeñó la Historia, en un proyecto cultural global guiado por la utilidad pública, junto al saber natural, sobre todo el astrológico, y junto al saber jurídico, es decir la legislación. El resultado del proyecto regio hizo que el discurso histórico acabó modificándose, por la exclusiva voluntad del monarca, y, con él, el conjunto de la estrategia de comunicación del poder. Con Alfonso X, se observa por ejemplo que quien enunció el discurso fue el rey, mientras que los auténticos autores de los textos recayeron en el tradicional anonimato, y fue el monarca quien impuso que se hiciera en lengua vernácula por considerar que el pueblo era el destinatario final de lo que en el palacio se escribía. Por lo que a la *inventio* se refiere, la empresa alfonsí se caracteriza por la novedad de las creaciones historiográficas y por el afán exhaustivo que apuntaba a construir una historia total en la que se puso el acento en la materia histórica, vista como depósito de todo el saber anterior, la cual fue reelaborada para poner de manifiesto la concepción ideológica personal de Alfonso X. En consecuencia, se puede decir que el método que pusieron en práctica los miembros del taller real puede ser considerado como el de un vaivén comparativo entre el presente y el pasado, pero también como el de la escenificación de una serie de protagonistas históricos, modelos irrepetibles dignos de admiración, y, por fin, el de un comentario constante e intencional de los hechos que se exponían en la narración. El profesor Martin, para cerrar su demostración, en la parte que dedica a la *dispositio*, incide en la presentación del criterio analítico-señorial que organizaba la materia histórica en clave de cronología y de narración.

El movimiento no se acabó con la muerte de Alfonso X, puesto que se siguieron escribiendo nuevas crónicas generales, aunque ahora bajo la inspiración tutelar del modelo fijado en la *Estoria de España*. Casi todas las nuevas narraciones son textos refundidos, reconstruidos, combinados entre sí, cuando no lo son con fuentes del periodo anterior al del rey Sabio. A su vez, estos textos suelen desembocar en la plasmación de nuevos relatos que presentan unas concepciones ideológicas e historiográficas originales. Las llamadas crónicas post-alfonsíes son pues obras que traducen el pensamiento político y los valores culturales que se produjeron en un momento de transición. Tal es el caso por ejemplo de la *Crónica de Castilla*, un texto bastante complejo debido a que se configuró a partir de numerosas fuentes, entre las que se encuentra un borrón alfonsí, amañado con la *Crónica amplificada de 1289* y con un sinfín de fuentes de origen épico. La especialista francesa de esta crónica, que se escribió en el entorno de la reina María de Molina, es Patricia Rochwert-Zuili. Su trabajo puede ser consultado en la página web de la revista en línea *e-spania*[11]. Junto a ella, otra especialista contemporánea de las crónicas post-alfonsíes es Marta Lacomba, igualmente discípula

[11] *Crónica de Castilla*, Patricia Rochwert (ed.), París: SEMH - Sorbonne, 2010, *e-spania*, *sources* 1.

de Georges Martin. La profesora Lacomba ha dedicado buena parte de su tarea científica a la figura del Cid en las crónicas alfonsíes y post-alfonsíes, o, más exactamente, a la manera según la cual la *Versión de 1283* de la *Estoria de España*, la *Versión de 1289* y la *Crónica de Castilla* presentan al héroe castellano, una serie de conclusiones que pueden ser consultadas en su tesis publicada por la Casa de Velázquez en 2009[12].

Al filo del ecuador del siglo XIV, el "género" de las crónicas cambió de forma. Se trata del momento en el que las crónicas generales se agotaron como tales para dar paso a las sumas. Pese a todo, no sería acertado hablar de ruptura epistemológica dado que las *compendia* están enmarcadas en la continuidad de la transmisión de la escritura, un proceso común de la Historia que transcurre sin cesar a lo largo de la Edad Media. Debemos sin embargo relacionar la producción de estas sumas con la subida al poder de la nueva dinastía Trastámara, y con la defensa de las virtudes y de los valores caballerescos, tan característicos del ambiente cultural del periodo, por parte de unos autores que, a pesar de los cambios políticos acaecidos, seguían reivindicándose de la tradición alfonsí. En Francia, el principal especialista de las sumas bajomedievales es Jean-Pierre Jardin, como se puede ver en la copiosa producción científica que dedica a estos temas desde hace ya varios años[13]. Por lo que a las crónicas y a los cronistas del siglo XV se refiere, es indispensable hablar los investigadores de la generación anterior: Madeleine Pardo y Michel Garcia. Este último, especialista de la obra del canciller Pedro López de Ayala, ha escrito un número monográfico en la revista *Atalaya* dedicado al "oficio" de historiador en la Castilla del siglo XV[14]. La monografía, dividida en una serie de artículos, tiene como base material los manuscritos de las crónicas conservadas en la Biblioteca Nacional de París. Madeleine Pardo, filóloga como el anterior, ha dedicado la mayor parte de su tarea de investigación a un autor: Alfonso de Palencia, y más concretamente a las *Gesta hispaniensia*, mejor conocidas con el nombre de *Décadas*[15]. Es sabido desde hace tiempo que los investigadores, como los autores en general, son hijos de su época. A ello se debe que Madeleine Pardo haya dedicado una especial atención, tanto en su tesis como en varios de sus artículos, a la manera según la que los historiadores medievales escribieron la historia, fijándose con peculiar observación en los fundamentos teóricos y en las estrategias narrativas empleadas por los escritores medievales[16]. Esta forma de investigar, que actualmente domina la producción del medievalismo francés, es un punto común que comparten filólogos e historiadores, y

[12] Marta LACOMBA, *Au-delà du « Cantar de mio Cid ». Les épigones de la geste cidienne à la fin du XIII^e siècle*, Madrid : Casa de Velázquez, 2009.

[13] Jean-Pierre JARDIN, « Sommes et chroniques castillanes du XIV^e siècle. Une historiographie ignorée ? », *e-spania*, 6, décembre 2008.

[14] Michel GARCIA, « Le métier de l'historien en Castille au XV^e siècle », *Atalaya*, 10, 1999.

[15] Marie-Madeleine DUBRASQUET PARDO, *Alfonso de Palencia, historien. Études sur les « Gesta hispaniensia »*, Villeneuve d'Ascq : Septentrion, 2001.

[16] Madeleine PARDO, *L'historien et ses personnages. Études sur l'historiographie espagnole médiévale*, Lyon : ENS éditions, *Cahiers d'études hispaniques médiévales*. Annexe 17, 2006.

con ello queremos subrayar, una vez más, que la compartimentación entre unos y otros es más artificial —académica—que obviamente auténtica — o sea científica. La manera de escribir de los autores de la Edad Media es, no cabe duda, el denominador común de muchos de los investigadores franceses actuales. Y puestos a hablar de este tema, es imprescindible citar el estudio magistral — una de las últimas tesis de Estado de la universidad francesa— que Michel Zimmermann ha hecho sobre la escritura en la Cataluña altomedieval[17].

Aunque los historiadores franceses especializados en la baja Edad Media hispánica manejen regularmente las crónicas de este periodo, pocas veces lo han hecho con dedicación exclusiva. A ello se debe que solo citemos unos cuantos nombres, con la indicación para cada uno de ellos de su principal rama de investigación: Denis Menjot, historia urbana, fiscalidad, reino de Murcia; Adeline Rucquoi, historia urbana y cultural, Valladolid; François Foronda, la "palabra" de los monarcas castellanos, Daniel Baloup, religiosidad mendicante y cruzadas tardomedievales; Sophie Coussemacker, jerónimos, Guadalupe…

Antes de cerrar este apartado, quisiéramos recordar las traducciones de una serie de textos, muchos de los cuales están directamente relacionados con las crónicas aunque no pertenezcan al género. Béatrice Leroy, historiadora, especialista del poder político en Castilla y del gobierno en la Navarra de la baja Edad Media[18], ha sido la principal protagonista de estas traducciones, muchas de las cuales pertenecen al género de la literatura política castellana del siglo XV. Entre las obras traducidas, y en espera de otras que están por venir, contamos actualmente con el *Doctrinal de príncipes* de Diego de Valera; las *Generaciones y semblanzas* de Fernán Pérez de Guzmán y con los *Claros varones de Castilla* de Hernando del Pulgar[19], sin por ello olvidarnos de la traducción del *Victorial* llevada a cabo por el historiador Jean Gautier-Dalché[20].

B) Los estudios sobre las crónicas de la corona de Aragón

La observación que ya hemos visto para las crónicas castellanas, se repite de nuevo con los textos de idéntico corte que se escribieron en la corona de Aragón en la baja Edad Media. Una vez más, nos encontramos con que los filólogos franceses están mucho más presentes en el tema que los historiadores. Estos últimos, imitando en cierto modo a los universitarios especialistas de Castilla,

17 Michel ZIMMERMANN, *Écrire et lire en Catalogne. IX^e - XII^e siècle*, Madrid : Casa de Velázquez, 2003, 2 vol.

18 Béatrice LEROY, *Le « Livre des États » de don Juan Manuel de Castille. Un essai de philosophie politique vers 1330*, Turnhout : Brepols, 2005 ; *Le royaume de Navarre à la fin du Moyen Âge : gouvernement et société*, Aldershot : Variorum, 1990.

19 Béatrice LEROY, *De l'épée à l'écritoire : en Castille de 1300 à 1480, deux siècles de nobles écrivains*, Limoges : Presses universitaires, 2007 ; Hernando del PULGAR, *Histoire et politique en Castille au XV^e siècle. II. Les hommes illustres de Castille de Hernando del Pulgar*, Béatrice Leroy (éd), Limoges : Presses universitaires, 2001.

20 Jean GAUTIER-DALCHÉ, *Le Victorial. Chronique de don Pero Niño, comte de Buelna (1378-1453) par Gutierre Díez de Gámez son porte-bannière*, Turnhout : Brepols, 2001.

se satisfacen con la consulta puntual de las crónicas, pero sin hacer de ellas el objeto central de su estudio y, como también ocurre en el caso castellano, la famosa adscripción de unos u otros a un campo determinado no deja de ser anecdótica puesto que, sobre Aragón también, los investigadores de ambos ámbitos académicos trabajan juntos y comparan sus aportaciones sin que nadie se fije en el título de quien escribe.

Entre los filólogos, los principales especialistas de las crónicas son Frédéric Alchalabi y Sophie Hirel. El primero es autor de una tesis cuyo título indica claramente la problemática que en ella encierra: *L'écriture de l'histoire dans les chroniques de Pierre I^er^ et Pierre III*[21]. Como para Castilla, de nuevo nos encontramos sobre el cómo y el por qué de la escritura de los tratados políticos, sobre la función de los autores y sobre las estrategias narrativas que estos emplean. Sophie Hirel se ha interesado por las crónicas aragonesas a partir de una problemática historiográfica clásica basada en la tensión dialéctica entre la monarquía, aparentemente débil y que por ello busca legitimarse, y la nobleza, supuestamente considerada como levantisca y rebelde hacia la realeza. La tesis: *Les origines du royaume d'Aragon dans l'historiographie de l'Est péninsulaire (1369-1499)*, tiene como fundamento escrito los llamados « grandes » textos cronísticos de la España oriental: la *Crónica de San Juan de la Peña* (1372) ; la *Corónica de Aragón* (1499) de Vagad ; el *Sumari d'Espanya per Berenguer de Puigpardines* (1468); así como las cuatro grandes crónicas catalanas de los siglos XIII y XIV: el *Llibre dels feyts* de Jaime I; la crónica de Bernat Desclot; la de Muntaner y, por fin, la de Pedro IV. En contra de lo que a priori se hubiera podido pensar, la autora concluye afirmando que el modelo de las crónicas aragonesas sigue la pauta historiográfica de Navarra, por lo menos en lo que a los orígenes de la dinastía de la casa real aragonesa se refiere. Por otra parte, en lo tocante a la forma de la narración, las crónicas siguen un esquema similar al fijado en su día por Rodrigo Jiménez de Rada para el *De rebus Hispanie*, marco que todavía encontraremos en pleno siglo XV, en la obra del caballero Pere Tomich : *Histories e conquistes dels reyes d'Aragó e comtes de Catalunya* (1438).

Aunque las fuentes que maneja Isabelle Rousseau no pertenezcan exactamente al género cronístico, no se pueden silenciar sus trabajos sobre los tratados políticos de Arnau de Vilanova, el autor más importante de cuantos estudia, sabiendo que dichos textos son complementarios de las crónicas por la reflexión que en ellos se encuentra sobre la monarquía y el arte de gobernar. Como muchas de las crónicas ya aludidas, casi todas las narraciones con cargo "ideológico" son textos de legitimación, y por ello el enfoque que Isabelle Rousseau hace de ellos está encauzado por la

[21] Frédéric ALCHALABI, *L'écriture de l'histoire dans les chroniques de Pierre I^er^ et Pierre III*, Universidad de París IV, 2003.

"poesis" que ya definimos anteriormente[22]. Sobra decir que el terreno de este tema de investigación ya había sido abonado en Francia por Alain Milhou[23], y posteriormente cultivado durante algún tiempo por algunos historiadores hexagonales como Martin Aurell[24].

En Francia, también abundan los historiadores que se han especializado en la corona de Aragón y en las crónicas medievales, aunque ninguno de ellos lo haga como temática exclusiva de su investigación. Como para el ámbito castellano, nos ceñiremos a mencionar los nombres de tres investigadores seguidos de sus respectivos centros de especialización: Jean-Pierre Barraqué, historia urbana, Zaragoza[25]; Stéphane Péquignot, especialista del poder real a partir de las fuentes de la diplomacia escritas en el reinado de Jaime II de Aragón[26] ; y, por fin, Alexandra Beauchamp, especialista de la forma de gobernar en Aragón durante la ausencia del monarca en la época de Alfonso el Magnánimo[27].

4. La escuela británica

Muy a la zaga de la aplastante dominación francesa, el estudio de las crónicas medievales hispánicas mantiene una cuota de buen nivel en Gran Bretaña. Como sucede con lo analizado para resto del continente, en las islas también hay científicos formados en los dos tipos de canteras vigentes: los historiadores y los filólogos. En Inglaterra, los historiadores son tan minoritarios como en Francia en un tema de investigación en el que los principales puestos están copados por los "literarios". Peter Linehan sigue siendo la figura emblemática de los primeros, mientras que David Pattison, Robert Tate, reciente editor junto a Jeremy Lawrance de las *Décadas*[28]de Alfonso de Palencia, Aengus Ward y, en menor medida, Alan Deyermond son los más ilustres representantes de los segundos.

Peter Linehan ha dedicado buena parte de sus trabajos a indagar cómo se habían escrito las crónicas en la España medieval, y a escudriñar el papel que desempeñaron las fuentes latinas — Lucas de Tuy y Rodrigo Jiménez de Rada— en la redacción de la alfonsí *Estoria de España*.

22 Isabelle ROUSSEAU, *L'eschatologie royale de tradition joachimite en Aragon aux XIII^e - XV^e siècles*, Universidad de Lyon, 2003.

23 Alain MILHOU, « De Rodrigue le pécheur à Ferdinand le restaurateur », *L'Europe héritière de l'Espagne wisigothique*, Jacques Fontaine y Christine Pellistrandi (ed.), Madrid : Casa de Velázquez, 1992, pp. 365-382.

24 Martin AURELL, « La fin du monde, l'enfer et le roi : une prophétie catalane du XV^e siècle », *Revue Mabillon*, 1994, pp. 143-177 ; « Messianisme royal de la Couronne d'Aragon (XIV^e - XV^e s.) », *Annales HSS*, 1997, pp. 119-155.

25 Jean-Pierre BARRAQUÉ, *Saragosse à la fin du Moyen Âge : une ville sous influence*, París : L'Harmattan, 1999.

26 Stéphane PÉQUIGNOT, *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*, tesis, Universidad de París, 2004.

27 Alexandra BEAUCHAMP, *Gouverner la couronne d'Aragon en l'absence du roi. La lieutenance générale de l'infant Pierre d'Aragon (1354-1355)*, tesis, Universidad de Burdeos, 2005.

28 Alfonso de PALENCIA, *Gesta Hispaniensia : ex annalibus suorum dierum collecta*, Jeremy Lawrance y Robert B. Tate (éd.),.2 t., Madrid: Real Academia de la Historia, 1998-1999.

Además de ello, el profesor de Cambridge es el autor de un libro monumental, *History and Historians of Medieval Spain*[29], que, curiosamente, no ha sido traducido al español. La peculiaridad de Peter Linehan, como la de la mayoría de los autores extra peninsulares, en general, estriba en el análisis que aplica a los textos historiográficos, a los que no considera como fuentes de datos objetivos, sino que como materia que entraña un discurso muy pensado y con frecuencia puesto al servicio de intereses personales o institucionales. Los intereses de marras se vuelven, por consiguiente, la principal preocupación del investigador, fuera de lo que en ellos se diga abiertamente. Con este método, Peter Linehan ha demostrado que Lucas de Tuy escribió su crónica para defender los intereses de León y de la monarquía "absoluta", el famoso *imperium*, que era lo que simbolizaba al viejo reino frente al expansionismo castellano y frente al poder creciente de la nobleza ante el rey. En la misma línea, el historiador inglés ha puesto de manifiesto el quehacer del *Toledano* el cual, para diseñar el *De rebus Hispanie*, siguió la trama tejida por el *Tudense*, criticando unas veces las afirmaciones de su inspirador y, otras, recuperándolas para su propia cosecha. Así, mediante el estudio de la forma de escribir de los cronistas, Linehan apunta que, si bien Lucas fue un falsificador empedernido y calculador, también es cierto que don Rodrigo presenta al lector una revisión del *Chronicon Mundi* acorde con su intención de promocionar la Iglesia de Toledo y, a más largo plazo, un reino de Castilla que estuviese gobernado por una monarquía apoyada en la nobleza que había alcanzado el puesto que ostentaba por mérito propio.

David Pattison buscado los posibles paralelismos existentes entre la materia épica y las crónicas[30]. En esta línea, también el británico se ha parado a examinar la figura del Cid. Su estudio se centra en la costumbre que tenían los cronistas de mezclar las historias legendarias, sacadas con frecuencia de los cronistas latinos del siglo XIII, con las que procedían de la tradición oral popular, con lo cual el profesor inglés nos invita a contemplar la génesis de algunos de los principales personajes míticos, bien sean históricos como de ficción, de la literatura medieval castellana: Bernardo del Carpio, Fernán González, el infante Sancho o Sancho II. Con este análisis, el erudito británico demuestra cómo, en la baja Edad Media, se va borrando poco a poco la huella de los autores latinos a expensas de los más recientes que habían trabajado la materia novelesca. Alan Deyermond, filólogo, especialista del siglo XV, fallecido en el 2009, se propuso fijar el elenco de las obras historiográficas de la época Trastámara, actualmente perdidas, que ha valorado en unas cuarenta[31]. Del conjunto de las crónicas que se escribieron en la baja Edad Media, Deyermond ha

[29] Peter LINEHAN, *History and Historians of Medieval Spain*, Oxford: Clarendon Press, 1993.

[30] David PATTISON, *From Legend to Chronicle. The Treatment of Epic Material in Alphonsine Historiography*, Oxford: Society for the study of Mediaeval languages an d literature, 1983.

[31] Alan D. DEYERMOND, « La historiografía trastámara: ¿Una cuarentena de obras perdidas?», *Estudios en homenaje a don Claudio Sánchez-Albornoz en sus 90 años*, 4 t., Buenos Aires: Instituto de historia de España, 1983, t. 4, pp. 161-194.

destacado una serie de características comunes como: el peso descollante de los cronistas reales en el oficio de escribir, el renacer visigótico tardío, la imposición del castellano y, por fin, la voluntad compartida por los escritores consistente en orientarse hacia un modelo de Estado centralizado[32].

Aengus Ward es uno de los jóvenes autores británicos que estudia las crónicas en la línea abierta por Georges Martin. Siguiendo el método arriba comentado, Ward busca diferenciarse de los estudios cronísticos tradicionales que, según él, se preocupan con exceso por el mero análisis filológico de los textos, caso por ejemplo de la reconstrucción generalizada de *stemmas* o de las relaciones lingüísticas que los códices mantienen entre sí. Por oposición a ese tipo de enfoques, relativamente reductores, el investigador de la universidad de Birmingham ha optado por detenerse en estudiar los indicios que las crónicas medievales arrojan sobre las estructuras del poder y sobre los contextos que influencian las narraciones en un momento dado. Con esa práctica, Ward deja de estudiar los documentos de forma aislada, es decir teniendo en cuenta la temporalidad, un modo de actuar gracias al que se aproxima al trabajo del historiador, porque sabe que las crónicas son una categoría de textos que se sitúan en la confluencia de la historia y de la ficción. Con ello, nos encontramos, al otro lado del canal de la Mancha, con una misma preocupación por el análisis de la "poesis" de las crónicas, una preocupación cada vez más compartida por los investigadores continentales europeos. Mientras la generación anterior, tan frecuentemente positivista, se preocupaba por separar los hechos cronísticos "verídicos" de aquellos que se les antojaban "fantásticos", Aengus Ward demuestra la inanidad de ese tipo de cuestionamientos porque toda escritura, inclusa la más fantasiosa e inverosímil, participa de la economía de las obras, de modo que, y porque: "*la historia es siempre discurso*", las crónicas medievales resultan ser, por antonomasia, el mejor exponente del discurso histórico[33].

Aunque la mayor parte de su producción sea anterior al año 2000, resulta difícil silenciar los trabajos de Robert B. Tate, y más que nada aquellos relacionados con los cronistas reales del siglo XV y la forma de escribir de estos[34]. Entre las principales aportaciones del filólogo inglés, cabe destacar la distinción que establece entre los cronistas castellanos y sus homólogos aragoneses. Así pues, mientras que en la Castilla y Portugal del siglo XV los cronistas no vacilaban en comentar, para criticarlos, muchos de los temas de finales del cuatrocientos como la guerra civil, cuando no

[32] Alan D. DEYERMOND, « La ideología del Estado moderno en la literatura española del siglo XV», *Realidad e imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*, Adeline Rucquoi (ed.), Valladolid: Ámbito, 1988, pp. 171-193.

[33] *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Aengus Ward (ed.), Birmingham: University Press, 2000; "La *Estoria de los godos*:¿la primera crónica castellana?", *Revista de poética medieval*, 8, 2002, pp. 181-200; Aengus WARD, "On editing two medieval chronicles", *eHumanista, Journal of Iberian Studies*, 6, 2006, pp. 68-87.

[34] Robert B. TATE, "La historiografía del reinado de los Reyes Católicos", *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento*, Juan Antonio González Iglesias y Carmen Codoñer Merino (ed.), Salamanca: Universidad de Salamanca, 1994, pp. 17-28; « Los trabajos del cronista cuatrocentista », *Studia Historica. Historia Moderna*, 13, 1995, pp. 27-46.

acudían a los archivos reales para apuntalar sus argumentos, el hecho no se produce en Aragón. En el reino oriental, los clérigos "traicionaron" la función que les incumbía y se abstuvieron de comentar las luchas intestinas. Hubo que esperar al año 1466 para contemplar la creación del primer puesto de cronista real con la figura de Gauberto de Vagad, un autor de reducido talante que por más inconvenientes desconocía las intrigas del ambiente palaciego. En contra de lo que ocurre con el caso aragonés, en Cataluña sí que existió un escritor de envergadura, Joan Margarit: secretario, erudito, consejero del príncipe, diplomático…, en resumidas cuentas el perfecto cronista de finales de la Edad Media, equiparable a cuantos oficiaban en los reinos europeos en aquella época[35]. Para Tate, el Margarit castellano es indudablemente Alfonso de Palencia, un autor que se inspiró notablemente en el portugués Fernão Lopes, en quien recogió toda una serie de temas relacionados con el derecho cívico que el castellano plasmaría en las *Décadas*. Las lecciones que Palencia pone en su relato se caracterizan por la desconfianza hacia la ética caballeresca y por la denuncia del egoísmo nobiliario. Son temas frente a los que Palencia sintió una profunda aversión, no así para con el orgullo cívico que había conocido en Florencia, y que Lopes había escenificado para Lisboa, que el cronista castellano quiso aclimatar en Sevilla. Latinista de gran talento, pero también humanista, Palencia supo hacer prueba de mayor alarde e independencia frente a los monarcas que lo que luego haría su sucesor en el cargo, Fernando del Pulgar[36].

Dejando de lado la producción científica de Peter Linehan, son muy pocos los historiadores británicos que han manejado las crónicas ibéricas como fuentes, y menos aún quienes han hecho de ellas su objeto de estudio preferente. En las islas, uno de los temas que está actualmente de moda, y que es compartido con lo que se hace en el continente, es el de la "palabra" pública de los reyes. Si bien François Foronda ha estudiado el caso de la palabra regia castellana en Francia, Suzanne F. Cawsey ha hecho otro tanto en Inglaterra para la corona de Aragón[37]. En sus tesis, la autora británica pone en evidencia el uso de la elocuencia en los discursos regios como arma para reforzar el poder de los monarcas y para mostrar el vértice humanista del poder real como elemento sustancial de la imagen del rey. El monarca aragonés buscaba presentarse como "hacedor" de la historia concretándola ideológicamente en las crónicas. Según S. Cawsey, la constante presencia pública del rey de Aragón y de sus discursos sería la consecuencia de la existencia de un poder menos personalizado en los reinos orientales que en Francia o en Castilla, y a ello se debe que allí se prestara tanta atención a la "palabras" que emitía el monarca. En Aragón, el rey no sólo

35 Robert B. TATE y Teresa LLORET, *Joan Margarit i Pau, cardenal i bisbe de Girona : la seva vida i les seves obres*, Barcelona: Curial, 1976.

36 Robert B. TATE, "Poles apart —two oficial historians of the Catholic Monarcas— Alfonso de Palencia and Fernando del Pulgar", *Pensamiento medieval hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*, José-María Soto Rábanos (coord.), 2 t., Madrid: CSIC, 1998, t. 1, pp. 439-463.

37 Suzanne F. CAWSEY, *Kingship and Propaganda. Royal eloquence and the crown of Aragon, c. 1200-1450*, Oxford: Clarendon Press, 2002.

pronunciaba los discursos, sino que también pretendía haberlos escrito, un rasgo mediante el cual participaban en la redacción de la historia. El último elemento que Cawsey pone de manifiesto es el del mito de la unidad aragonesa, que acaba volviéndose historia en la tradición escrita como se puede observar en la lectura del *Llibre dels feyts* en el que Dios es la instancia que legitima el poder del monarca. En consecuencia, si el discurso es historia, la historia también es discurso.

5. El dossier portugués y la investigación en los demás países europeos

A la hora de establecer un balance, se puede lamentar lo poco que se investiga en Europa sobre la Edad Media portuguesa, y por ende sobre las crónicas lusas. Esta situación de dejadez puede ser la causante de que los universitarios portugueses estén tan presentes en los escenarios europeos, cuando no mundiales, como ya lo vimos para con los congresos sobre las crónicas medievales, o que un doctorando portugués esté haciendo actualmente una tesis sobre los *Livros de linhagens* en la parisina EHESS. Pese a los estimables esfuerzos, el ámbito lusitano medieval sigue siendo una asignatura pendiente en Europa, continente donde dominan con creces los temas "castellano-centristas" y, en menor medida, "aragonesistas". En las últimas décadas del siglo XX, dos autores británicos, ambos especialistas de literatura, han dado a conocer de forma dispersa algunos trabajos sobre las crónicas, estos son Peter Russell y Nicholas Round[38].

Ello significa que, una vez más, hay que poner la mirada en Francia para encontrase con los trabajos que guardan relación con las crónicas hispánicas, o con aquellos que las han manejado para cimentar algún tipo de argumento. Sabemos que los *Livros de linhagens*, que aunque no formen parte stricto sensu del género cronístico, guardan vínculos muy estrechos con las crónicas, impregnaron profundamente la literatura histórica medieval portuguesa. El principal objetivo de estos *livros*, que recogen un sinfín de leyendas, temas folklóricos y genealógicos, consistió en glorificar los méritos de la nobleza portuguesa que, a finales de la Edad Media, estaba padeciendo una suerte de "domesticación" por parte de la monarquía, plenamente involucrada esta en el proceso de centralización. Los textos de los *livros de linhagens*, que de hecho pertenecen al género de la erudición medieval, han sido particularmente estudiados en Francia[39].

[38] Peter E. RUSSELL, « Archivists as Historians : the case of the Portuguese fifteenth century royal chronicles », *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490*, Aldershot : Variorum, 1995; Nicholas G. ROUND, "The Revolution of 1383-84 in the Portuguese Provinces: Causality and Style in Fernão Lopes", *Dispositio. Revista hispánica de semiótica literaria*, 29, 1985-1987.

[39] Robert DURAND, « Trois siècles de dénomination aristocratique portugaise d'après la littérature généalogique », *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Enquêtes généalogiques et données prosopographiques*, 1995, Monique Bourin y Pascal Chareille (éd.), Tours : Universidad de Tours, 1995, t. 3, pp. 43-54 ; Stéphane BOISSELLIER, « Les rois, la guerre, les Maures : la (re-)construction de l'idéologie de Reconquête dans une source portugaise généalogico-narrative tardive, les "Livres de lignages" », *Le pouvoir au*

Por lo que al género de la literatura hagiográfica se refiere, y que por cierto se parece al de las crónicas en más de un aspecto, citaremos el trabajo de análisis y de traducción llevado a cabo por Stéphane Boissellier sobre la vida de la infanta Isabel de Aragón (1270-1336). Ésta era la hija del rey Pedro III, a la vez que sobrina segunda de santa Isabel, reina de Hungría, que fue canonizada en 1235 y a la que la aragonesa cogió por modelo. En el año 1288, la infanta se casó con el rey Dinis de Portugal. Su comportamiento como reina ejemplar dio lugar, al poco tiempo de morir, a la redacción de un relato hagiográfico de su vida destinado a realzar el prestigio de la monarquía, siguiendo unas pautas espirituales muy distintas de las tradicionales y repetidas hazañas bélicas de tónica plenomedieval. La *vita* de la reina Isabel influenció muchos textos posteriores, caso por ejemplo de las crónicas reales de principios del siglo XV o de las biografías de Fernão Lopes. Con ello queramos destacar la importancia que tuvo esta narración ejemplar en el afán por legitimar la realeza portuguesa. Por motivos académicos, directamente relacionados con la actual escasez de puestos universitarios de literatura portuguesa, no existe, que sepamos, ningún trabajo de los filólogos europeos sobre el género cronístico luso. El contraste con la abundancia de los "literarios" del ámbito español es pues evidente, y también es la razón por la que solo citaremos la única obra publicada en Francia hasta el momento, bastante antigua por lo demás, y que únicamente trata de épica medieval portuguesa[40].

La participación de los universitarios alemanes en la investigación sobre la baja Edad Media hispánica es más desazonadora todavía. Mientras que los historiadores germanos están muy pendientes del periodo astur, o de lo relacionado con el camino de Santiago, su silencio sobre los siglos posteriores no deja de plantear una serie de interrogantes. Así, fuera de su especialidad, Ludwig Vones solo ha publicado manuales universitarios sobre la historia de España en la Edad Media. Entre los filólogos interesados por el tema cronístico, destacaremos a Raphaela Averkorn, autora de dos comunicaciones, una sobre las mujeres y el poder en la Península ibérica, y otra sobre los retratos de los nobles en las crónicas[41]. Ante este panorama relativamente desolador, la indigencia académica de la escuela italiana es mayor todavía y resulta tan curiosa como la de la escuela alemana. Giuseppe di Stefano, filólogo, especialista de los romances, ha planteado novedosamente en sus obras el tipo de relación que podía existir entre la poesía épica y las crónicas. Contra la vieja tradición pidaliana, aquella que pretende reconstruir los textos perdidos de los

Moyen Âge : idéologies, pratiques, représentations, Claude Carozzi et Huguette Taviani-Carozzi (éd.), París : Universidad de Provenza, 2005, pp. 123-145.

40 Henri DELUY, *Troubadours galégo-portugais, une anthologie*, Paris : POL, 1987.

41 Raphaela AVERKORN, « La participation des femmes nobles au pouvoir au bas Moyen Âge : l'exemple des reines et princesses de Castille et d'Aragon », *Reines et princesses au Moyen Âge*, *Cahiers du CRISIMA*, 5, 2001, pp. 215-232 ; « Les nobles, sont-ils toujours beaux ? Quelques remarques sur les descriptions de personnages dans les chroniques médiévales de la Péninsule ibérique », *Le beau et le laid au Moyen Âge*, *Senefiance*, 43, 2000, pp. 27-44.

romances a partir de las crónicas, y que con tanta frecuencia se sigue observando, Di Stefano declara estar convencido de la independencia de los romances para con las crónicas. Para poner su método a prueba, el profesor de Pisa ha estudiado y comparado las versiones de los *Siete infantes de Lara* con las del *Mío Cid*[42]. Por fin, sobra decir que el balance de los historiadores italianos en lo tocante a las crónicas ibéricas medievales es anecdótico y, cuando existe, trata el problema de forma muy solapado y generalmente asociado con la temática de la expansión catalano-aragonesa en Italia[43], o en relación directa con ella.

*
* *

El recorrido que acabamos de hacer sobre la década que se está cerrando nos permite puntualizar dos observaciones en lo relacionado con las crónicas ibéricas medievales vistas desde Europa, una cualitativa y otra cuantitativa. Por lo que a la calidad se refiere, los progresos han sido notables de cara a la introducción de nuevos métodos que han conseguido renovar los viejos cauces de la investigación, en muy poco tiempo. La reflexión epistemológica sobre la escritura, la autoría de los textos y las intenciones políticas de los cronistas, o de los comanditarios de las obras, ha sabido superar el trasnochado prisma que consistía en estudiar los aspectos formales de los documento para fijarse ahora mejor en la "contextulaización" del acto de escribir y en lo que significa la voluntad de producirlo. Este tipo de enfoque, que empezó haciéndose en Europa, ha encontrado repercusiones favorables en la Península, a costa, bien es verdad, de la resistencia que le han opuesto algunas figuras fieles a las tradiciones de la vieja escuela. Pero en el balance, el principal fallo es el cuantitativo, o mejor dicho el de la variedad. Dejando de lado el caso excepcional de Francia, y muy a distancia el de Gran Bretaña, las crónicas hispánicas medievales siguen siendo unas bellas desconocidas en los demás países de Europa. Pensamos que en esta carencia es donde se encuentra el principal reto para los universitarios europeos de la década que comienza.

[42] Giuseppe DI STEFANO, « Crónicas y romances », *Alfonso el Sabio y las crónicas de España*, Inés Fernández-Ordóñez (éd.), Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000, pp. 173-186.

[43] Maria Rita LO FORTE SCIRPO, *C'era una volta una regina : due donne per un regno : María d'Aragona e Bianca di Navarra*, Nápoles : Liguori, 2003 ; *Documenti sulle relazioni tra la Sicilia e l'Aragona, 1379-1392*, Palermo : Società italiana per la storia patria, 2006.

Crônica de um gênero histórico

Chronique d'un genre historique

Marcella Lopes Guimarães
UFPR/NEMED

Resumo

O objetivo do presente texto é oferecer um painel atualizado a respeito do estudo da crônica medieval realizado no Brasil, sobretudo no campo histórico. Vivemos um bom momento para questionamento em vários níveis sobre a historiografia medieval no país, que já tem produzido alguns panoramas de interesse. Essas realizações evidenciam maturidade do campo, capaz de voltar-se a si mesmo a fim de perscrutar tendências, avaliar possibilidades e entender motivações de resgate ou refutação.

Palavras-chave: crônicas medievais; historiografia e balanço.

Résumé

A partir d'une discussion sur l'etat des études au sujet de l'histoire médiévale au Brésil dans les 20 dernières années, je présente ici une analyse des actions institutionnelles entreprises par le Programa de Estudos Medievais (Pem) de l'UFRJ depuis 1998. Je souhaite mettre en avant, surtout, la place des recherches sur la péninsule ibérique médiévale dans ce centre académique, aussi bien que la singularité de telles réflexions historiographiques.

Mots-clés : chroniques médiévales; historiographie et bilan.

● **Enviado em: 25/07/2011**
● **Aprovado em: 29/11/2011**

1. Existe estudo da crônica medieval no Brasil?

Em 1981, o autor colombiano Gabriel García Márquez surpreendeu seus leitores com a publicação da obra *Crônica de uma morte anunciada*, em que estampou o desfecho na primeira página e a cada uma delas conseguiu manter fisgados os seus leitores na narração da desventura de Santiago Nasar. O romance merece ser evocado pela polissemia de *crônica*; pela referência mesma ao gênero discursivo; pelo caráter da narrativa, de "reportagem" literária dos fatídicos eventos que desgraçariam o protagonista, e pela ambição desse ensaio, em que intento esboçar o estado em que se encontra hoje no Brasil o estudo de um gênero de composição histórica; momento em que, sem nenhum apreço pelo mistério do desfecho, como Gabriel García Márquez, qualifico como tendo existência e representatividade. Como esboço, assinalo de antemão seu caráter lacunar que merece um empenho (talvez de equipe) para o mapeamento exaustivo de que precisamos ou refutação do que apresento.

A longevidade do vocábulo *crônica* e sua especial transformação na diacronia merecem algumas palavras que dêem conta de seu sentido aqui. Aberto o *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, é possível elencar alguns traços que compõem o gênero na sua modalidade ibérica entre os séculos XIV e XV: perspectivação do passado, Reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa[1], poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade. A historiografia medieval portuguesa nasceu do primeiro elemento listado, escudada pela tradução e logo seguiu em direção à memória e à justificação, sobretudo quando se evoca o labor do primeiro cronista régio, Fernão Lopes (1385-1460). Assim, é sobre a maneira como a historiografia brasileira tem abordado uma realização histórico-literária específica dos séculos outonais do medievo que escrevo.

No caso, merece destaque de antemão o livro de Susani Silveira Lemos França, publicado em 2006, que buscou analisar "as circunstâncias históricas e culturais que concorreram para que a história ganhasse no final da Idade Média a importância que ganhou e se constituísse do modo como se constituiu; e os princípios que [nortearam e definiram] as crônicas dos [cronistas] em questão"[2], a saber: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. A seriedade do projeto e o nível da análise contribuiriam para ratificarmos a representatividade do estudo da crônica.

[1] LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p.173-175.

[2] FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

Infelizmente a quase completa ausência de nomes brasileiros na bibliografia[3] parece apontar para uma carência que a historiadora viria ajudar a dirimir, ao lado das contribuições da historiografia portuguesa e francesa, suas preferidas na obra em questão.

Se o recente livro de Susani França ignora a pesquisa brasileira sobre a crônica, é preciso reconhecer que vivemos um bom momento para questionamento em vários níveis sobre a historiografia medieval no Brasil, que já tem produzido alguns panoramas de interesse[4]. Essas realizações evidenciam maturidade do campo, capaz de voltar-se a si mesmo a fim de perscrutar tendências. Nelas, também se mostra o predomínio de pesquisas ligadas à cultura e à política nas teses brasileiras de Doutorado em História; a preponderância do Medievo Ocidental (sobretudo Portugal) e a preferência pela realidade tardo-medieval (séculos XIII, XIV e XV), como recortes espaço-temporais[5]. Assim, ao demonstrar a relevância dos estudos sobre o Portugal medieval no cenário brasileiro, os panoramas evidenciam também a presença dos mesmos cronistas aludidos por Susani França: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, dentre as fontes pesquisadas, em perspectiva que liga suas realizações ao gênero, à semiótica, à tradição afonsina, à "construção da identidade nacional portuguesa", à propaganda régia, à importação e apropriação de modelos, ao

[3] Entre as parcas lembranças do Brasil, destaco os nomes de Lênia Márcia Mongeli, em uma obra que não versa sobre a cronística, e o de João Gouveia Monteiro, este sim em breve e excelente livro, publicado em 1988, sobre a obra de Fernão Lopes.

[4] Destaco dentre alguns dos mais recentes (últimos 5 anos):

- VIEIRA, Yara Frateschi. "Os estudos medievais no Brasil: peso (ou leveza) de uma tradição" in *Anais do VII EIEM (Encontro Internacional de Estudos Medievais). Idade Média: permanência, atualização, residuidade. 2007)*. Fortaleza/Rio de Janeiro: UFC/ABREM, 2009. Panorama mais voltado à constituição do campo.
- RUST, Leandro Duarte, BASTOS, Mário Jorge da Motta. "*Translatio Studii*. A História Medieval no Brasil" in *Signum* 10 (2008). Painel amplo.
- "Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXI[e] siècle » de Fátima Regina Fernandes, apresentado na Universidade de Poitiers no dia 1 de julho de 2010, nas *Semaines d'Études Médiévales do CESCM*, ainda inédito. Detalhado panorama, com inflexão para a pesquisa sobre o medievo ibérico no Brasil.
- "Os Estudos Medievais no Brasil e a *Internet*: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006)" de Leila Rodrigues da Silva e Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, disponível em http://www.historiaimagem.com.br/edicao4abril2007/medievinternet.pdf (acesso em 5/6/2011). Interessante painel com inflexão para os benefícios da rede.
- "Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil : fondements, structures, développements" de Wanessa Colares Asfora, Eduardo Henrik Aubert et Gabriel de Carvalho Godoy Castanho, disponível em http://cem.revues.org/index6602.html (acesso em 5/6/2011). Amplo painel, repleto de dados quantitativos.
- "O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira" de Ana Carolina Lima Almeida e Clínio de Oliveira Amaral, disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/PDF4/almeida-amaral-PDF.pdf (acesso em 5/6/2011). Panorama lacunar, conforme os próprios autores esclarecem na nota 1.

Sobre os estudos da Literatura Medieval no Brasil, destaco:

- "Os Estudos de Literatura Medieval no Brasil" de Márcio Ricardo Coelho Muniz, disponível em http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9840/5672 (acesso em 5/6/2011). Panorama de mérito, mas não exaustivo.

[5] "Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil(...)" e "Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil(...)".

messianismo, ao estudo de personagens específicos, ao "discurso do paço"[6], às relações políticas, ao conceito de História, às construções teóricas de supremacia régia[7] e a outros elementos que são representativos dos diferentes interesses de pesquisa a que as crônicas medievais podem acorrer. Isso apenas no campo da História.

A pesquisa acadêmica que convoca as crônicas medievais como fontes privilegiadas de investigação não se insere, entretanto, apenas nesse campo. As Letras a destacam porque, como bem já precisou Leonardo Funes:

> [El] cruce entre la literatura y la historia parecería una operación deliberadamente anacrónica mediante la cual se transporta al ámbito medieval el fenómeno contemporáneo de disolución de los límites entre los diferentes tipos de discurso (entre lo literario y lo no literario). Y en cierta medida es así. Pero en mucha mayor medida, esta puesta el relación constituye una restitución del horizonte histórico propio del sistema cultural medieval, puesto que en esa época la historia todavía era una rama de las letras.[8]

Ou seja, como uma das realizações da Idade Média, incluída no ramo das Letras, as crônicas participam a um só tempo do universo de questões dos dois domínios e ainda de outros que a podem convocar segundo as razões científicas exigidas por esse tipo de documento, em diversas áreas de investigação.

A crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contra-exemplos) para a sociedade política. Ora, ao afirmar ser a crônica um texto narrativo, isso significa que seu estudo inclui elementos como foco, espaço, tempo, personagens, enredo, figuras e intertextualidade que, dentre mais componentes, interessam aos Estudos Literários; assim como a transcrição de manuscrito e a realização de edições críticas interessam prioritariamente à Filologia que, ao fim, acaba por realizar um trabalho de que todos os medievalistas precisam.

Quando se pensa mesmo na importância que têm as áreas de História e Letras, ao que poderíamos incluir a Filosofia, Educação e Artes, os eventos promovidos pela ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais) não deixam dúvida: no EIEM (Encontro Internacional de Estudos Medievais) de 2005, das 127 comunicações apresentadas, 45 eram da área de História e 54, da área

6 "O Ocidente Medieval segundo(...)".
7 "Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil(...)"
8 FUNES, Leonardo. "Elementos para una poética del relato histórico". in Amaia Arizaleta (éd.). Poétique *de la chronique. L'écriture des textes historiographiques au Moyen Âge (péninsule Ibérique et France)*. Toulouse – Le Mirail, Université, 2008. p.241.

de Letras, incluindo Literatura, Filologia e Lingüística[9]. Em 2011, a organização do IX EIEM dividiu mesmo o evento em 3 partes: o ofício do medievalista na História; o ofício do medievalista nas Letras e o ofício do medievalista na Filosofia[10].

No panorama sobre os estudos de Literatura Medieval no Brasil realizado por Márcio Muniz, são destacados dois "grandes campos de interesse dos pesquisadores da literatura medieval no Brasil: a literatura portuguesa e galego-portuguesa, e a literatura brasileira, em perspectiva comparada, com enfoque nos estudos de fontes e influências" [11]. O pesquisador não menciona o estudo da crônica medieval, o que não significa que seu estudo não se faça no Brasil. A recente publicação da tese de Doutoramento de Maria do Amparo Tavares Maleval[12] (defendida em 1982) merece destaque, tanto pelo papel que a pesquisadora representa na área, quanto pela qualidade do texto que ela refundiu para a publicação, quanto ainda e, por fim, pelo momento em que o trabalho vem a público. Consultada a linhagem formada por seus orientandos[13], ressalto, porém, a ausência de continuadores na seara aberta por ela em 82, o que pode ser revertido, levando-se em consideração seu projeto de pesquisa atual[14].

2. ABREM, *Signum* e EIEMs: um balanço

O cadastro fornecido em junho de 2011 pela presidência da ABREM[15] lista 648 associados, dentre docentes, discentes e pesquisadores autônomos. Desses, cerca de 50 são estrangeiros. Uma busca na *Plataforma Lattes*, guiada para os docentes brasileiros e seus projetos de pesquisa, chega a 7 pesquisadores que, na síntese dos seus projetos atuais, declararam expressamente trabalhar com crônicas medievais[16]. Há certamente mais pesquisadores[17] que examinam esse tipo de

9 "Os Estudos de Literatura Medieval no Brasil".

10 http://www.abrem.org.br/eiem/paginas.php?id=10 (acesso em 8 de junho de 2011).

11 "Os Estudos de Literatura Medieval no Brasil", p.6.

12 MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói: Editora da UFF, 2010."A hipótese que norteou-me as reflexões diz respeito à negação 'retórica' que o genial primeiro cronista-mor de Portugal estabelece no prólogo da *Crónica delRei dom João I da boa memória*, parte primeira – de que nela o leitor ou ouvinte não encontraria '*fremosura e novidade de pallavras*', mas sim a '*clara*' e '*nua*' '*çertidom da verdade*' (LOPES, 1977, p.2-3). Então, intentei demonstrar que Fernão Lopes usou, sim, de ornamentos vários para vestir' o discurso factual" (p.15). Qual é a importância dessa vertente de análise para o historiador? Na verdade, Maria do Amparo Maleval analisa a maneira como Fernão Lopes lidou com a retórica e esse modo traduz um caminho de recepção de textos clássicos ou imagens deles que interessam à compreensão de maneiras de ver e pensar de então, um dos objetivos de pesquisa do historiador.

13 http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787495D5 (acesso em 8 de junho de 2011)

14 "A retórica das hagiografias e crônicas medievais galego-portuguesas (séculos XII-XV)", projeto que será desenvolvido até 2012, segundo dados apurados em 30/06/2011 na *Plataforma Lattes*.

15 Biênio 2009-2011, Presidente: Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT).

16 São eles (levantamento realizado entre 29 e 30 de junho de 2011): Adailson José Rui (UNIFAL); José Carlos Gimenez (UEM); Marcella Lopes Guimarães (UFPR); Maria do Amparo Tavares Maleval (UERJ); Maria do Carmo Parente Santos (UERJ); Rita de Cássia Mendes Pereira (UESB) e Susani Lemos França (UNESP).
Devo apontar, porém, que inúmeros nomes de pesquisadores da lista enviada pela presidência da ABREM simplesmente não foram encontrados na *Plataforma Lattes*.

documentação para responder às suas perguntas, mas os 7 nomes encontrados mencionam claramente essas fontes, quer no título do projeto, quer no breve texto descritivo subsequente.

A pesquisa no cadastro da ABREM pode revelar mais elementos se outros filtros forem aplicados (inclusão dos discentes ou leitura de todos os projetos mencionados pelos pesquisadores, por exemplo). Mas a associação ainda oferece outros vieses para o conhecimento do universo em questão, um deles pode advir da pesquisa nos números da revista *Signum*. Mas, antes, cabe questionar, como fez Márcio Muniz[18] se o periódico é representativo dos estudos medievais no Brasil. A mais importante publicação da área em nosso país, criada em 1999, passou por uma grande reformulação em 2010 cujo traço mais visível foi torná-la acessível na *internet*. Ao longo da sua história impressa (até o número 10), abrigou artigos inéditos, clássicos, resenhas, debates, entrevistas e ensaios bibliográficos. Contou com a participação de medievalistas estrangeiros e, mesmo que essa presença e a autonomia em relação à ABREM sejam algumas das razões para que Márcio Muniz reconheça a sua importância, mas não o seu caráter de "retrato", ela revela escolhas feitas que encontraram algum respaldo da mesma ABREM e de seus associados, que recebiam em casa o volume.

Em consulta aos seus números, é possível perceber uma incrível multiplicidade de fontes, abordagens e temporalidades dentro do medievo. Essa diversidade que pode se remeter à autonomia aludida por Muniz iluminou muitos horizontes de pesquisa desde a criação da revista. Nesse painel diverso, as crônicas medievais foram fontes fundamentais para poucos artigos. Na *Signum* 1, Oliveira Marques convocou as crônicas de Zurara para elucidar questões sobre as viagens quatrocentistas, como quando mencionou o conhecimento que os portugueses tiveram de adquirir contra flechas envenenadas e outras peçonhas desconhecidas no seu contato com África e Brasil[19]. Na *Signum* 6, Paulo Drumond Braga pesquisou inúmeras crônicas, destaco a trilogia de Fernão Lopes e a obra Rui de Pina, para "em resumo, verificar se a sexualidade régia era ou não diferente da dos demais atores sociais [em uma sociedade tão complexa como a medieval]"[20]. Finalmente na *Signum* 11 (2)[21], de 2010, claramente mais voltada à historiografia, há o texto de Cecilia Devia, "De instrumento a víctima: miedo al rey y privanza en la *Crónica de Pedro I* del Canciller Ayala". Nele,

---

Agradeço à Maria Lopes a colaboração na busca dos dados.

17 Por exemplo, o projeto atual de Risonete Batista de Souza (UFBA), "Edição e análise de textos medievais românicos", parece incluir crônicas medievais, mas a pesquisadora não cita claramente a documentação.

18 "Os Estudos de Literatura Medieval no Brasil", p.3 e 4.

19 MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. "As viagens quatrocentistas no seu quotidiano" in *Signum* (Revista Brasileira de Estudos Medievais), n°1 (1999). p. 133.

20 BRAGA, Paulo Drumond. "Os reis e o sexo na Idade Média portuguesa" in *Signum* (Revista Brasileira de Estudos Medievais), n°6 (2004). p.13.

21 http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignumn11/issue/current (acesso em 9 de junho de 2011)

a autora questiona a primeira crônica escrita pelo castelhano Pero Lopez de Ayala (1332-1407), a fim de perscrutar os caminhos da violência narrados pelo cronista da dinastia trastamarista.

A multiplicidade de interesses no cenário dos estudos medievais do Brasil que transparece na escolha dos artigos publicados na *Signum* se evidencia também nos Anais resultantes dos vários EIEMs, já aludidos acima. É importante lembrar que, nos Encontros Internacionais da ABREM, pesquisadores de experiência diversa podem apresentar trabalhos[22]. Folheando, entretanto, as atas dos EIEMs de 2005 e 2007 e os cadernos de resumo de 2009 e 2011[23], os textos apresentados que têm as crônicas medievais como documentação importante podem ser visualizados na proporção abaixo. Destaco ainda que a leitura dos títulos das comunicações apresentadas reafirma a preponderância da cronística ibérica.

Anos em que ocorreram EIEMs	Porcentagem de trabalhos sobre crônicas
2005 (VI EIEM na UEL)	4%[24]
2007 (VII EIEM na UFC)	8%[25]

[22] Ou seja, é possível que um aluno de Graduação que está a realizar uma pesquisa de Iniciação Científica participe da mesma mesa de apresentação e debate de um Professor Doutor

[23] Os anais do VIII EIEM não foram lançados no IX EIEM, portanto no caso dos eventos de 2009 e 2011, este ensaio só pode se reportar ao texto dos resumos.

[24] Dos 144 textos publicados nos 3 volumes de Anais. Destaco entre os textos que convocam as crônicas medievais como fontes importantes:

- "Ensaio: as origens da 'analogia antropomórfica monárquica' no reino católico de Toledo (séculos VI-VIII)" de Ruy de Oliveira Andrade Filho (V. I);
- "A matéria da Bretanha na construção dos modelos de nobre e rei ideal através da *Crónica de D. João*" de Adriana Zierer (V.II);
- "Os cercos de Lisboa e a revolução através da *Crónica do Cruzado OSB*" de Ana Letícia Pereira Marques Ferreira (VIII);
- "O 'hábito' franciscano do cronista português Fernão Lopes" de Marcella Lopes Guimarães (V.III).
- "O exílio do Cid campeador e as disputas políticas nos reinos de Leão e Castela (séc. XI)" de Bruno de Melo Oliveira (V.III);
- "A virtude da prudência e a sabedoria régia no pensamento político de Afonso X" de Marina Kleine (V.III).

Esses textos examinam as crônicas segundo objetivos muitos diversos, ora elas são fontes muito secundárias, ora principais e ora servem como contraponto para uma comparação. Essa observação também faz sentido para os levantamentos subseqüentes dos EIEMs.

[25] Dos 99 textos publicados no volume único dos Anais, destaco:

- "Unção régia asturiana: uma resposta às demandas políticas e sociais" de Bruno de Melo Oliveira;
- "Discursos e estratégias de poder na Idade Média peninsular" de Fátima Regina Fernandes;
- " 'E o que pensávamos que nos fosse contrário nos ajudou': '*la virtut de Déu*' como intervenção divina na travessia para a conquista de maiorca (1229) no *Livro dos Feitos* (c.1252-1274) do rei Jaime I (1208-1276), o *Conquistador*";
- "D. João de Castro (1352-1397): herói de uma crônica perdida" de Marcella Lopes Guimarães;
- "Conexões entre a obra de Fernão Lopes e a de Antônio Vieira" de Maria Alice Werneck da Silva Dias;
- "A Crônica do Imperador Clarimundo: a ficção como espelhamento do real" de Maria Helena Fioravante Peixoto;
- "A 'Cronica del rei Dom Affomso', fonte perdida da Crónica de 1419" de Maria Isabel Rosa Dias;
- "D. Afonso V (1448-1481): 'de aquém e de além-mar' em África" de Renata Cristina de Sousa Nascimento.

2009 (VIII EIEM na UFES)	5,5%[26]
2011 (IX EIEM na UFMT)	9%[27]

Os interesses a que as crônicas respondem são diversos, o que eleva a importância dessa documentação para a elucidação dos modos de viver, de desejar ser visto, de pensar, de se relacionar com a tradição, com o passado e com o futuro. As crônicas narram histórias e tão importante quanto averiguar a sucessão de fatos e coteja-los com outros tipos de fontes, é analisar a maneira como o cronista narrou: seus juízos, interferências, interlocução, metáforas e natureza das compilações realizadas. Parafraseando Ginzburg, não tanto o que os cronistas leram, pois muitas de suas leituras são mesmo indiretas, mas como leram[28]. No caso, os filtros que intermediaram a

---

Novamente sobressaem diferentes objetivos. Ressalto o detalhe de ter incluído o texto sobre a *Crônica do Imperador Clarimundo*, ficcional e quinhentista. Fi-lo pela tradição a que a fonte se liga. Não por acaso, depois da escrita da obra, João de Barros seria incumbido da escrita de uma História.

[26] Dos 148 resumos de comunicações publicados no caderno, destaco:

- "A realeza sagrada na Castela do século XIII" de Almir Marques de Souza Júnior;
- "Para a glória dos nobres: relações de poder no noroeste africano e a produção cronística de Gomes Eanes de Zurara" de Daniel Augusto Arpelau Horta;
- "Dinis, o infante e Nuno, o condestável: dois modelos de nobre na época de Aljubarrota" de Fátima Regina Fernandes;
- "O apelo ao apóstolo Santiago e as 'aparições' do santo na conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521), segundo as crônicas espanholas: um prolongamento do discurso medieval no mundo novo" de Guilherme Queiroz de Souza;
- "O poder maquiavélico na Crônica de D. João II" de Iremar Maciel de Brito;
- "A relação entre o passado e o presente: Pedro, o cerimonioso (1336-1387) e o 'Manuscrito de Poblet' (1343)" de Luciano José Vianna;
- "Os Trastâmara de Pero Lopez de Ayala (1332-1407) ou quando os heróis são de acanhado fulgor" de Marcella Lopes Guimarães.

Ressalto que a conferência de abertura do evento intitulava-se "Retórica e Historiografia: Fernão Lopes" e foi proferida por Maria do Amparo Tavares Maleval.

[27] Dos 101 resumos publicados no caderno, destaco:

- "A normativa, a prática e o uso da História no processo de sucessão de Alfonso X, o sábio" de Adailson José Rui;
- "O conde, o linhagista e o cronista: uma proposta de reconstituição do passado ibérico nas obras de Pedro de Barcellos (1285-1354)" de Adriana Mocelim de Souza Lima;
- "Apropriação e ordenação do passado: uma análise sobre as crônicas asturianas (séc. IX-X)" de Bruno de Melo Oliveira;
- "A Construção da idéia de Reconquista na Primeira Crónica General de España de Alfonso X, o sábio" de Ederson José de Vasconcelos;
- "Ó rei venturoso!": Ibn Afonso (Pedro, o Cruel), sultão e rei de Castela" de Elaine Cristina Senko e Marcella Lopes Guimarães;
- "A orfandade em Portugal no século XV: aspectos caritativos e assistencialistas contidos na legislação portuguesa" de João Bosco Ferreira Brandão;
- "O culto às relíquias: entre a fantasia e a realidade" de Jordano Viçose;
- "As representações do mouro na narrativa da conquista de Maiorca no *Livro dos Feitos* de Jaime I de Aragão" de Rodrigo Prates de Andrade.

Ainda que não identifique no resumo a cronística, destaco o texto "O projeto expansionista português e o desastre de Tânger (1438): a construção da santidade de um infante" de Renata Cristina de Sousa Nascimento pelo que aferi durante a sua apresentação em 4/7/2011. Aponto por fim a alusão às crônicas no resumo intitulado "O leão, a águia e o morcego: considerações sobre uma metáfora política da Inglaterra normanda" de Maria de Nazareth Corrêa Accioli Lobato.

[28] A paráfrase se remete a *O Queijo e os vermes*.

relação com outros textos são fundamentais para a reconstituição de um tipo de ordenação do mundo que os letrados, seus autores, fizeram.

3. Banco de Teses da CAPES[29]: um retrato possível

Uma fonte fundamental para o conhecimento do estudo da crônica medieval no Brasil é o portal *Banco de Teses da Capes*. É certo que ele tem limitações, pois só abriga dados relativos às Dissertações e Teses defendidas a partir de 1987[30], mas o seu caráter institucional facilita imensamente a consulta, pois os Programas de Pós-Graduação brasileiros são obrigados a dar as informações que alimentam o Portal. Uma pesquisa que singularize "crônica" reunirá um imenso material facilitado pela plasticidade do sentido do vocábulo (como evocado a partir do primeiro parágrafo deste texto). Algumas mais específicas ajudam o mapeamento. Levando em consideração a proeminência do estudo do medievo ibérico, um filtro "Fernão Lopes" e "crônica", chega a 7 teses brasileiras[31] (1º quadro), cinco delas defendidas no novo milênio; já "Gomes Eanes de Zurara" e "crônica" revela apenas uma. A singularização da expressão "crônicas medievais", traz também 7 teses para o levantamento, uma que não é de História ou Letras[32].

1º quadro:

Adriana Maria de Souza Zierer. Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à época de D. João I. - 01/08/2004
Eliana Correia Brandão Gonçalves. Homens e armas: um estudo semântico em crônicas de Fernão Lopes - 01/03/2007
Hilma Pereira Ranauro. Contribuição ao estudo semântico da preposição Por e Per na *Crónica de D.Joao I*(1. Parte)De Fernao Lopes. - 01/10/1990
Marcella Lopes Guimarães. Estudo das representações de monarca e nas crônicas de Fernão Lopes (séculoXIV e XV) - 01/04/2004
Marcelo Santiago Berriel. Cristão e Súdito: Representação Social Franciscana e Poder Régio em Portugal (1383-1450) - 01/03/2007
Miriam Cabral Coser. O Modelo de Rainha nas Crônicas de Fernão Lopes e Zurara (Portugal - sec. XV) - 01/08/2003
Wilson Valentim Biasotto. Imaginario e realidade social nas Crônicas de Fernão Lopes. - 01/05/1995

29 http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses (acesso em 9 de junho de 2011).

30 A importante tese de Maria do Amparo Maleval já aludida aqui está, portanto, fora do portal. Como essa, outras certamente estão.

31 Dados recolhidos em 9 de junho de 2011. Dei preferência nesse levantamento às teses por se constituírem a realização de um pesquisador pleno. Mas se o mesmo filtro fosse incluísse o Mestrado, chegaríamos a 14 dissertações.

32 O levantamento põe a nu a dificuldade de os pesquisadores mesmo no Doutorado escolherem as palavras-chave mais acertadas para a divulgação de seus trabalhos. A expressão "crônicas medievais" excluiu a minha própria tese, em que claramente elas são as fontes principais.

Em atenção a um dos grandes eixos que Márcio Muniz revela para os estudos da literatura medieval, um filtro "lírica medieval" traz à cena 9 teses (2º quadro)[33]; outro filtro "cantigas medievais" chega a 6 e, tanto no primeiro quanto no segundo, sobressai a segunda derivação que o pesquisador destacou, o da pesquisa comparativa, caso da alusão à obra de Chico Buarque. Entretanto, comparados os números de teses que contemplam fontes cronísticas e fontes poéticas, não há discrepância. Cada um em particular, superado hoje pelo estudo das hagiografias, com 10 teses (sendo 5 em História).

2º quadro:

Bernardo Monteiro de Castro. As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na Lírica Ibérica Medieval. - 01/03/2002
Cláudio Artur de Oliveira Rei. A Herança estilística das cantigas medievais na lírica de Chico Buarque - 01/03/2007
Heloísa Guaracy Machado. Da visão teológico-antropocêntrica nas 'cantigas de Santa Maria': um estudo sobre a concepção medieval e cristã da História - 01/12/2002
Jarbas Vargas Nascimento. Lirismo e Religiosidade no Cancioneiro Mariano de Afonso X, o Sabio - a organizacao do texto poetico. - 01/12/1994
Kátia Aparecida Cruzes. A serilização em sete cantigas de amigo de dom Dinis: O processo amoroso como preceito ético medieval - 01/09/2003
Lindinalvo Alexandrino de Almeida. Substratos medievais na lírica brasileira contemporânea:contribuição ao ensino das literaturas portuguesa e brasileira - 01/10/2001
Márcia Gamboa. Os caminhos da arte de Trovar galego-portuguesa. Cânone, subversão e invenção. - 01/09/1999
Maria Mikahil Boccalato. De Corpo e Coração: Linguagens do Amor Medieval. - 01/05/2001
Risonete Batista de Souza. Os fremosos cantares do trovador Martin Soares. - 01/03/2003

4. Um retrato 3X4[34]

Elencados os dados oriundos da ABREM (cadastro de associados, EIEMs e revistas *Signum)* e do portal de teses da Capes, um estudo em menor escala pode revelar mais particularidades sobre o estudo das crônicas medievais no Brasil. Em 2002, um grupo de professores do Departamento de História da UFPR, Linha de Pesquisa **Cultura e Poder**, fundou o NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos). Esse grupo não era/é formado exclusivamente por medievalistas, tem em comum "a consciência da importância do mundo mediterrânico como forjador de diversas culturas e sistemas políticos ao longo do processo histórico da civilização ocidental desde a Antiguidade Clássica"[35]. Desde a sua fundação até o ano corrente, são pouco menos de 60 monografias

33 Dados recolhidos em 9 de junho de 2011.

34 Agradeço em especial a Lucas Domakoski Cordeiro o levantamento exaustivo de monografias e dissertações do NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos: http://www.nemed.he.com.br/).

35 http://www.nemed.he.com.br/apresentacao.htm (acesso em 15 de junho de 2011).

defendidas, das quais cerca de 17% convocam crônicas medievais para responder ao universo de questões que levantam. Algumas dessas monografias foram defendidas antes da criação do NEMED e foram orientadas por medievalistas fundadores do Núcleo[36]. No caso das dissertações, destacam-se pesquisas defendidas nos últimos 3 anos[37] sobre crônicas medievais. Os dados do NEMED são ilustrativos de genealogias na direção dos estudos do medievo no Brasil[38] e do quanto essa direção está associada a frentes de pesquisa[39] que, no caso do Núcleo de Estudos Medievais, inclui de maneira especial o exame das crônicas medievais.

5. Considerações finais:

Em "La crónica como hecho ideológico: el caso de la *Estoria de España* de Alfonso X", Leonardo Funes reconhece que os estudos cronísticos receberam incremento nos últimos anos, saíram de sua condição marginal e ganharam notoriedade[40]. No cone Sul, a instituição do SECRIT[41], Seminario de Edición y Crítica Textual, fundado em 1978, em Buenos Aires (Argentina), e de que faz parte o mesmo Funes, Professor de Literatura Medieval, tem como um de seus frutos mais ilustres as edições críticas das crônicas de Pero Lopez de Ayala[42]. Os números da *Incipit* do mesmo SECRIT manifestam ainda uma constante preocupação com o estudo da crônica. Há mais, embora. Ressalto que nos últimos anos tem havido intensa troca acadêmica entre os pesquisadores das áreas de História Antiga e Medieval da Argentina, Brasil e Chile[43] e que um levantamento de particularidades desse intercâmbio pode alimentar um painel mais amplo.

Se os índices utilizados aqui para a pesquisa apontam para uma delicada valorização nos moldes que Funes detectou, caberia perguntar que motivações têm influído na escolha dos medievalistas de 2000 para cá? Não só escolhas de pesquisa, mas publicações, tanto inéditas, caso

36 Prof. Dr. Renan Frighetto e Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes.
Destaca-se o fato de que, depois da chegada da Profa. Fátima Regina Fernandes, esse número cresceu e recebeu incremento a partir de 2006.
Das 10 monografias levantadas, 9 foram defendidas depois de 2000; 7 depois de 2006. Conferir: http://www.nemed.he.com.br/acervo.htm (acesso em 30 de junho de 2011).

37 2 dissertações que orientei:
BERTOLI, André Luiz. *O cronista e o cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média portuguesa (século XV)*. Curitiba, UFPR, 2009.
SCHIAVINATO. Rodrigo Barbosa. *D. Pedro I de Portugal (1357-1367): entre o discurso cronístico e a voz das cortes*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

38 "Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil : fondements, structures, développements".
No IX EIEM (2011), destaco a genealogia formada a partir do pesquisador Adailson José Rui (UNIFAL) acompanhado de dois orientandos que examinam a *Crónica Geral de España*.

39 "Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil : fondements, structures, développements".

40 FUNES, Leonardo. "La crónica como hecho ideológico: el caso de la *Estoria de Espanã* de Alfonso X" in *La Corónica*. 32.3 (2004).

41 http://www.conicet.gov.ar/webue/secrit/index.html (acesso em 13 de junho de 2011).

42 Exceto a de D. Henrique III.

43 Disso é prova a publicação: GUIMARÃES, Marcella Lopes, FRIGHETTO, Renan. *Instituições, poderes e jurisdições. I Seminário Agentina-Brasil-Chile de História Antiga e Medieval*. Curitiba: Juruá, 2007.

da obra de Susani França, quanto refundições, caso da tese de Maria do Amparo Tavares Maleval. Concluo com uma hipótese no espírito com que abri esse panorama, ou seja, que carece de confirmação ou refutação. Acredito que a resposta tenha a ver com os estudos sobre narrativa. Ora, o resgate do gênero, tanto o tipo de racionalidade específica construída por esse texto quanto a sua feição na apresentação da pesquisa no campo da História, tem interessado os historiadores em geral. As crônicas são uma das realizações da narrativa e abrem possibilidades de perspectivação do real bastante importantes, no sentido do encadeamento dos fatos e da narração em si, ou seja, neste caso, do olhar do narrador, que emite juízos para a elucidação do que passou e de como se isso deu.

Se dos anos 70 para cá, o campo da História foi sacudido pelas novas abordagens, problemas e objetos que, dentre outras escolhas, ofereceram aos historiadores a oportunidade de reintegrar grupos excluídos de uma história protagonizada pelos grandes homens, destaco a *história vista de baixo*, que é obviamente também realizada com documentos que não tinham por objetivo revalorizar esses agentes[44]; o movimento de abertura incluiu novas atitudes com relação a fontes que foram desprezadas pela historiografia, alguns documentos voluntários, dentre os quais as crônicas medievais.

Hoje, o conhecimento das possibilidades do estudo das crônicas medievais pode estreitar os laços entre as áreas de História e Letras em especial, que com seu universo diversificado de questões convida o pesquisador a construir desfechos provisórios e instigantes.

Curitiba, julho de 2011.

[44] Como os inquéritos que alimentaram o *Montaillou* de Ladurie e *O queijo e os vermes* de Ginzburg.

A península ibérica medieval no Programa de Estudos Medievais de UFRJ

La péninsule ibérique médiévale dans le *Programa de Estudos Medievais* de l'UFRJ

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva[1]
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

A partir de uma discussão sobre os avanços dos estudos sobre a história medieval no Brasil nos últimos 20 anos, apresento uma análise das ações institucionais empreendidas pelo Programa de Estudos Medievais (Pem) da UFRJ desde 1998. Desejo destacar, sobretudo, o papel que as pesquisas sobre a península ibérica medieval ocupam neste núcleo acadêmico, bem como a singularidade de tais reflexões historiográficas.

Palavras-chave: Historiografia – Medievalismo - Península Ibérica

Résumé

A partir d'une discussion sur l'etat des études au sujet de l'histoire médiévale au Brésil dans les 20 dernières années, je présente ici une analyse des actions institutionnelles entreprises par le Programa de Estudos Medievais (Pem) de l'UFRJ depuis 1998. Je souhaite mettre en avant, surtout, la place des recherches sur la péninsule ibérique médiévale dans ce centre académique, aussi bien que la singularité de telles réflexions historiographiques.

Mots-clés: Historiographie - Médiévalisme - Péninsule Ibérique.

● **Enviado em: 26/07/2011**
● **Aprovado em: 29/11/2011**

[1] Mestre em História Antiga e Medieval (UFRJ) e Doutora em História Social (UFRJ). Professora do Departamento de História da UFRJ. Co-coordenadora do Programa de Estudos Medievais da UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

Partindo de uma discussão sobre os avanços do medievalismo brasileiro nas últimas duas décadas, apresento uma análise das ações institucionais empreendidas pelo Programa de Estudos Medievais (Pem) da UFRJ. A meta é destacar o papel que as pesquisas sobre a península ibérica medieval ocupam neste núcleo acadêmico, bem como a singularidade de tais reflexões historiográficas. Neste sentido, o trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, proponho uma interpretação para o crescimento dos estudos de história medieval no Brasil. Na segunda, faço um breve histórico do Pem e das estratégias de trabalho desenvolvidas desde 1998. Na terceira, trato da forma particular como este grupo de pesquisa tem abordado o medievo ibérico. Na última apresento, partir de minha experiência de trabalho no Pem, o que considero como os principais desafios para a pesquisa em história medieval no Brasil na atualidade.

A expansão dos estudos de história medieval no Brasil (1990-2010)

A partir da década de 90, os estudos medievais no Brasil experimentaram uma série de transformações, que resultou na expansão numérica e geográfica de núcleos de pesquisa dirigidos por especialista com formação específica na área; no crescimento da produção bibliográfica marcada pelo rigor metodológico, e no reconhecimento da qualidade da produção medievalística nacional pela comunidade historiográfica brasileira e estrangeira.

Ainda que introduzida como disciplina acadêmica no Brasil desde meados do século, até o fim da década de 1980 eram poucos os doutores especializados em Idade Média atuando nas instituições de ensino superior no Brasil; eram raros os títulos sobre o medievo publicados por editoras brasileiras; não circulavam periódicos nacionais especializados exclusivamente no medievalismo; as bibliotecas universitárias praticamente não possuíam em seus acervos materiais com temáticas de história medieval; não existia uma associação acadêmica que agregasse, em nível nacional, os interessados no ensino e na pesquisa da Idade Média; os núcleos de medievalistas locais e/ou regionais eram praticamente inexistentes, e como a *Internet* ainda não se popularizara no Brasil, o diálogo entre os especialistas brasileiros e destes com os estrangeiros só era possível mediante as tradicionais cartas ou quando, eventualmente, eram feitas viagens de pesquisa ou intercâmbios acadêmicos.[2]

[2] Sobre os estudos medievais no Brasil desenvolvidos até o início da década de 90 ver, dentre outros, GUERRAS MARTIN, M. S. "A situação da pesquisa de História Geral no Brasil: História Medieval". In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 11, São Paulo, 1991. *Anais...* Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1992. pp. 13-18; PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. In: "Los estudios medievales en Brasil". In: *Medievalismo*, Madrid, 1994, v. 4, n. 4, pp. 223-228; MELLO, J. R. de A. "O pesquisador em História Medieval e o público brasileiro". In: RIBEIRO, M. E. de B. (Org.). Semana de Estudos Medievais, 2, Brasília, Outubro de 1994. *Anais...* Brasília: UNB, 1994. pp. 43-46; FRANCO JR., H., BASTOS, M. J. da M. "L´histoire du Moyen Âge au Brésil". *Bulletin du Centre d ´études*

Por que este quadro sofreu mudanças a partir do início dos anos 90? Em um trabalho apresentado em 1991, na XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Maria Sonsoles Guerras, então professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apontava dois fatores que, naquela conjuntura, estimularam o incremento do medievalismo nacional: os principais órgãos de fomento, CNPq e CAPES, começavam a conceder Bolsas e Auxílios para os interessados em investigar sobre a Idade Média e diversas revistas acadêmicas passaram a abrir espaço para a publicação de artigos sobre o medievo.[3]

Os fatores apresentados por Sonsoles Guerras, uma das principais promotoras dos estudos medievais no Brasil na década de 1980 e no início dos anos 1990, fornecem uma primeira pista para a compreensão do incremento do medievalismo brasileiro a partir da década de 1990. Os fatores apontados, porém, mais do que atuarem juntos, articulam-se numa perspectiva de causalidade, como será discutido posteriormente.

Neste sentido, o impulso inicial para a expansão dos estudos de história medieval no Brasil deu-se com a criação, em fins da década de 1980, de um programa elaborado pela CAPES, que visava desenvolver as áreas do conhecimento então consideradas carentes de pessoal qualificado. Dentre tais áreas encontrava-se a história medieval.[4] Este programa durou cerca de 5 anos e beneficiou por meio de "bolsas sanduíche" diversos jovens, que, posteriormente, vieram a doutorar-se e hoje atuam como professores-pesquisadores em diversas universidades brasileiras.[5] Também foram favorecidos, com bolsas de pós-doutorado, os poucos professores doutores que já atuavam no campo dos estudos medievais.

Nos anos seguintes, ainda que de forma descontinuada e sem destinar-se exclusivamente ou prioritariamente a desenvolver os estudos medievais no Brasil, diversas iniciativas do poder público favoreceram o incremento do medievalismo. Destaco, dentre estas, o financiamento de cursos de mestrado e doutorado, realizados no Brasil ou no exterior, através de bolsas de curta ou longa duração; abertura de concursos para docentes em instituições públicas de ensino superior localizadas em diversas cidades do país; o desenvolvimento do Programa de Iniciação Científica

---

médiévales, Auxerre, 2002-2003, n. 7, pp. 125-131; SILVA, M. C. da. "Les études en Histoire médiévale au Brésil: bilan et perspectives". Disponível em http://ciham.ish-lyon.cnrs.fr/Brazil.html; RUST, L. D., BASTOS, M. J. da M. "*Translatio Studii*. A História medieval no Brasil". In. *Signum*, São Paulo, 2008, n. 10, pp. 163-188, e ASFORA, W. C., AUBERT, E. H., CASTANHO, G. de C. G. "Faire l'histoire du Moyen Âge au Brésil: fondements, structures, développements" In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, Auxerre, 2008, n. 12, pp. 1-14. Disponível em: http://cem.revues.org/index6602.html

3 GUERRAS MARTIN, M. S. op. cit, p. 14.

4 Sobre o tema ver, além do texto de Sonsoles Guerras, CAPES. "Segundo Plano Nacional de Pós-Graduação — 1982–1985". In: *Infocapes. Boletim Informativo*, Brasília (DF), 1998, v. 6, n. 2, pp. 20-27 e FERREIRA, M. de M., MOREIRA, R. da L. (Org.). *Capes, 50 anos em depoimentos*. Brasília, DF, CAPES, 2002, em particular as páginas 111 a 117 e 295 a 311.

5 Como Fátima Regina Fernandes e Renan Frighetto, que atualmente atuam na UFPR, e Regina Bustamante, da UFRJ.

(PIBIC); a expansão do número de Programas de Pós-graduação em História, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, com linhas de pesquisa que abarcam diferentes temas medievais; o fortalecimento das fundações de amparo à pesquisa dos estados da federação e a maior oferta de editais públicos, especificamente na área das Ciências Humanas, para o desenvolvimento de pesquisas e publicações de livros e periódicos. Ou seja, após um breve período em que foi alvo de uma política especial e diretiva, os estudos de história medieval no Brasil deixaram de ser vistos como área prioritária e sofreram, como outros campos do saber, os impactos das políticas públicas gerais para o ensino superior e a pesquisa.

O crescimento do número de estudiosos que passaram a se dedicar ao período em questão foi considerável. Segundo dados reunidos sob a coordenação do Prof. José Rivair Macedo[6] e a base de dados Lattes,[7] foram elaboradas e aprovadas, em programas de pós-gradução em história do país, cerca de 165 dissertações de mestrado, 59 teses de doutorado e 3 teses de livre docência no período de 1990 a maio de 2010,[8] o que representou, face aos 6 doutoramentos da década de 1980, um grande salto numérico.[9]

Examinando estes dados, é possível verificar que, em muitos casos, houve uma continuidade na especialização na área de Idade Média, já que muitos dos que obtiveram o grau de mestre, posteriormente alcançaram o de doutor. Deste grupo, um número expressivo ingressou, mediante concurso público, como docentes em universidades públicas, os principais centros de ensino e pesquisa em nosso país.[10] Neste sentido, diferentemente do que ocorria no período anterior, há que destacar que, em muitas instituições de ensino superior do país, professores especialistas, em sua maioria já doutores e que efetivamente obtiveram a sua formação acadêmica desenvolvendo investigações na área, encontram-se atuando como docentes e pesquisadores de temas medievais.

Devido ao crescimento do número de pesquisadores que se dedicavam ao estudo do medievo, abriu-se espaço, como já anunciava Sonsoles Guerras no início da década de 90, para publicações sobre história da Idade Média em periódicos nacionais, como a *Revista de História da USP*,[11] a *Revista Brasileira de História*[12] e a *Revista História* da Unesp,[13] para citar alguns

6 MACEDO, J. R. (Org.). *Os Estudos Medievais no Brasil. Catálogo de dissertações e teses: Filosofia, História, Letras (1990-2002)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. p. 8.

7 Acessível pelo site http://lattes.cnpq.br/.

8 Há que ressaltar que muitos medievalistas brasileiros obtiveram o grau de doutor no exterior. Para só citar alguns exemplos: Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Correia Leandro Pereira (USP), Prof. Dr. Marcelo Candido da Silva (USP) e Prof.ª Dr.ª Maria Filomena da Costa Coelho (UNB).

9 Não encontramos na base Lattes registros de mestrados obtidos na década de 80 com trabalhos versando sobre temas de História medieval.

10 Todos estes dados estão disponíveis na citada Plataforma Lattes.

11 Disponível a partir do portal www.revistasusp.sibi.usp.br/

12 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-0188&lng=en&nrm=iso

13 http://www.scielo.br/revistas/his/paboutj.htm

exemplos. Este dado representou um reconhecimento, por parte da comunidade historiográfica brasileira, de que a história medieval se constituía, de fato, como uma área de pesquisa no país.

Conjuntamente com a expansão da pesquisa, houve uma consolidação do ensino de história medieval. Em diversas universidades, que até então mantinham as áreas de história antiga e medieval organizadas conjuntamente, estas foram separadas. Assim, surgiram os setores de história medieval, que, em diversos casos, reuniram docentes que também realizavam investigações sobre o medievo, o que propiciou maior conexão entre ensino e pesquisa, a criação de disciplinas específicas e o crescimento da demanda por livros, sobretudo para uso na graduação.

Desta forma, multiplicaram-se as publicações em português,[14] tanto da autoria de pesquisadores nacionais quanto estrangeiros, que abordam aspectos diversos do medievo, incluindo as edições críticas de fontes.[15] Um exemplo ilustrativo deste interesse por materiais específicos são as traduções de livros de autoria de Jacques Le Goff. Com exceção da coletânea dirigida em parceria com Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, publicada no Brasil em meados dos anos 1970, as editoras brasileiras só iniciaram a tradução sistemática das obras deste medievalista a partir de fins da década de 1980. Em muitos casos, com um intervalo de mais de 40 anos entre a edição original e o lançamento em nosso país.[16] Este interesse só pode ser compreendido à luz da expansão de um grupo leitor de tais materiais.

Entretanto, as políticas públicas, a criação dos setores de história medieval e a maior qualificação dos medievalistas, que geraram um aumento da produção acadêmica qualificada e a demanda por obras específicas, não explicam totalmente a expansão dos estudos medievais no Brasil. Neste sentido, há que buscar outros fatores.

Um aspecto, de caráter mais geral e que afetou diversos setores da sociedade brasileira, também pode ser lembrado para explicar, ainda que parcialmente, o incremento do medievalismo: a popularização da *internet*, mormente a partir de fins da década de 1990.[17] Este fato possibilitou,

---

14 Neste campo, os auxílios à publicação concedidos pelas agências de fomento e as editoras universitárias ocuparam um papel fundamental.

15 Destacamos, como exemplos, alguns títulos lançados por editoras nacionais nos últimos dois anos: HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo, Cosac & Naify, 2010; LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. Petrópolis, Vozes, 2010; BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria*. Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas, LEME/Editora da UNICAMP, 2010; FRANCO Jr., Hilário. *Os três dedos de Adão*. São Paulo, Edusp, 2010; ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo, Perspectiva, 2009; ALMEIDA, Cybelle Crossetti, PEREIRA, Nilton Mullet, TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). *Reflexões sobre o medievo*. Porto Alegre, Oikps- Anpuhrs, 2009; ZENER, Monique (Org.). *Inventar a heresia?* Campinas: UNICAMP, 2009; SILVA, Leila Rodrigues et alli. *Idade Média: abordagens interdisciplinares*. Rio de Janeiro, Pem, 2009.

16 Sobre a questão ver SILVA, A. C. L. F. da e SILVA, L. R. da. "Jacques Le Goff". In: LOPES, Marcos Antônio, MUNHOZ, Sidnei J. (org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo, Alameda Editorial, 2010, pp. 135-152.

17 Segundo uma pesquisa do IBOPE Nielsen Online, o número de internautas no Brasil acima de 16 anos chegou a 73,7 milhões no segundo trimestre de 2011. Informações disponíveis no site

sobretudo, a troca de informações, de forma mais rápida e informal, entre especialistas das diversas áreas do conhecimento e estabelecidos em diferentes países e permitiu o acesso a documentos medievais e obras que não se encontram disponíveis em bibliotecas brasileiras.[18]

Sobre o segundo, há que sublinhar que grande parte do material disponível *on line*, sobretudo por meio do Portal de Periódicos Capes,[19] provém de centros de pesquisa e universidades inglesas e americanas. Este apresenta temáticas, referenciais teórico-metodológicos e técnicas de pesquisa que têm influenciado as reflexões brasileiras sobre o medievo, até então muito dependente das matrizes historiográficas francesas, em especial as propostas pela Escola dos Annales.[20] Exemplo deste impacto é a introdução, a partir de 1995, dos Estudos de Gênero calcados nas propostas teóricas da historiadora norte-americana Joan Scott.[21]

Outro fator que pode explicar a expansão do medievalismo brasileiro é a fundação, em 1996, da Abrem, *Associação Brasileira de Estudos Medievais*, que reúne hoje mais de 500 sócios nacionais e estrangeiros, das mais diversas áreas do conhecimento: literatura, lingüística, filosofia, direito, artes, música, história, etc.[22] A associação não está vinculada a nenhuma instituição, é mantida financeiramente pelos sócios, não possui uma sede fixa e é gerida por uma diretoria eleita a cada dois anos.

A Abrem promove, bi-anualmente, os Encontros Internacionais de Estudos Medievais (EIEM),[23] que são organizados em parceria com as universidades que sediam o evento. Desde a sua fundação já foram organizados 9 encontros, em diversas cidades brasileiras (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Londrina, Fortaleza, Vitória e Cuiabá). Eventualmente, a Abrem coordena projetos coletivos, como o levantamento das fontes medievais escritas e impressas presentes em bibliotecas do país[24] e das dissertações e teses defendidas no

---

http://www.abert.org.br/site/index.php?/clipping/clipping-2011/numero-de-internautas-no-brasil-cresce-18-aponta-estudo.html.

18 Outro elemento vinculado à popularização da *internet* no Brasil, que discutiremos em outro ponto do trabalho, é o da divulgação, para o grande público, de aspectos relacionados à cultura medieval e de resultados de pesquisa.

19 Cf www.periodicos.capes.gov.br.

20 Sobre este tema ver SILVA, A. C. L. F. da e SILVA, L. R. da. "Os Estudos Medievais no Brasil e a *Internet*: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006)". In: *História Imagens e Narrativas*, Rio de Janeiro, abril/2007, ano 2, n.4. Disponível em http://www.historiaimagem.com.br/edicao4abril2007/medievinternet.pdf

21 Sobre esta questão ver SILVA, A. C. L. F. da. "Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003)". In: *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, 2004, v. 11, n. 14, pp. 87-107.

22 Segundo dados reunidos e apresentados pela então tesoureira, Carolina Coelho Fortes, apresentados na assembléia geral da Associação Brasileira de Estudos Medievais (Abrem) durante o VIII Encontro Internacional de Estudos Medievais, cerca de 514 pessoas já se associaram a Abrem.

23 Os trabalhos apresentados durante os EIEM são avaliados e selecionados por uma comissão editorial visando a posterior publicação nas atas do evento.

24 MONGELLI, Lênia Márcia (Org.). *Fontes Primárias da Idade Média. Séculos V-XV*. ABREM Associação Brasileira de Estudos Medievais. São Paulo, Íbis, 1999. 2 v.

Brasil entre 1990-2002, que resultaram em publicações.[25] Através de sua diretoria, são estabelecidos intercâmbios com associações internacionais, também dedicadas aos temas medievais, e os eventos realizados por núcleos locais em todo o país são estimulados e apoiados.

A Associação é responsável por um site;[26] pela manutenção de uma lista de discussão acadêmica, a *abremnews*; pela publicação de um boletim semestral, o *Jornal da Abrem*, que informa sobre o que é desenvolvido na área dos estudos medievais no Brasil e no exterior, e, desde 1999, da revista anual *Signum*, o primeiro periódico nacional a dedicar-se exclusivamente ao medievalismo. Este periódico, após um ciclo de 10 anos, passou por uma reformulação e desde 2010 é publicado *on line*.[27]

A Abrem contribuiu de forma decisiva para a expansão dos estudos medievais no país ao estimular o ensino e a pesquisa de temas medievais; ao agregar pesquisadores em torno de projetos comuns, como no levantamento das edições de fontes medievais presentes nas bibliotecas de cidades brasileiras; ao criar, ou ampliar, espaços para o intercâmbio acadêmico e o diálogo interdisciplinar, e ao proporcionar a divulgação das pesquisas realizadas no Brasil para os pesquisadores estrangeiros e para o público não especialista.

Finalizando, gostaria de me ater no fator que considero imprescindível para a expansão do medievalismo no Brasil: a organização de centros locais e/ou regionais de ensino, pesquisa e extensão vinculados às universidades brasileiras, já que possibilitaram o desenvolvimento sistemático de pesquisa, bem como de outras atividades acadêmicas. Eles começaram a surgir em fins da década de 1980, mas se multiplicaram nos últimos 10 anos, na medida em que os especialistas foram assumindo os postos de docência nas universidades. Atualmente, eles podem ser encontrados em praticamente todas as regiões do país, ainda que situados nos principais centros urbanos, com grande concentração nas regiões sudeste e sul, e vinculados às universidades públicas, sobretudo federais, com exceção dos poucos núcleos das universidades confessionais, em particular as católicas. Muitos possuem caráter interdisciplinar, agregando especialistas de diversas áreas. Como não é possível apresentar e descrever cada um destes núcleos, vou me focalizar na trajetória do Programa de Estudos Medievais da UFRJ, ao qual estou vinculada desde sua fundação. Mesmo com suas especificidades, ele pode exemplificar este fenômeno que se desenvolveu em várias regiões do país.

---

25 MACEDO, J. R. (Org.). *Os estudos Medievais no Brasil*..., op. cit.
26 Cf. *www.abrem.org.br/.*
27 Disponível a partir de http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignumn11/issue/archive

O Programa de Estudos Medievais: histórico e estratégias institucionais

O Programa de Estudos Medievais (Pem) é um grupo de pesquisa, criado em 1991, pela iniciativa das professoras doutoras Maria Sonsoles Guerras Martin, historiadora, e Maria Elisabeth Graça de Vasconcelos, especialista em literatura medieval. A criação do Pem vincula-se a um movimento maior, então estimulado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais da UFRJ, que objetivava a organização e registro oficial dos grupos "estruturados em torno de pesquisadores que se dedicam em conjunto a temas no interior de uma disciplina ou de caráter interdisciplinar".[28]

Como outros grupos de pesquisa da UFRJ, o Pem não possui autonomia administrativa, e está vinculado ao Instituto de História. E, desde sua criação, conta com a participação de pesquisadores em formação, alunos de graduação e pós-graduação, e professores doutores.

Conforme o resumo publicado no catálogo *Grupos de Pesquisa em Ciências Humanas* em 1993, o Pem foi "resultado da fusão de vários projetos de pesquisa desenvolvidos há alguns anos em diversos setores da UFRJ".[29] Neste momento, sua principal linha de pesquisa era *Classicismo, Germanismo e Cristianismo na Idade Média*, justificada pelo fato de oferecer "um campo de investigação de atualidade no momento em que as nações européias procuram novas redefinições de sua política".[30] As atividades então desenvolvidas pelo grupo, que reunia, além dos alunos e das professoras fundadoras, uma especialista em latim da UFF, Lívia Paes Barreto, privilegiavam a pesquisa, oferta de cursos e publicações.

Participando deste grupo, realizando o doutorado e atuando já como docentes, encontravam-se a professora Leila Rodrigues da Silva[31] e eu.[32] Neste período, desenvolvíamos pesquisas que foram fundamentais para a reestruturação, posteriormente, das linhas de pesquisa do Pem.

Leila dedicou-se a estudar a obra do bispo Martinho de Braga.[33] Seu foco foi a "interação entre os campos político e religioso", partindo do pressuposto de que,

> no reino suevo, a aliança constituída entre autoridades eclesiásticas e políticas beneficiou amplamente as duas instituições, Monarquia e Igreja. No que concerne à Monarquia, a referida aproximação importava, sobretudo, por potencialmente

28 PAIVA, J. H. V. de. "Apresentação". In: MOREIRA, A. C. (Coord.) *Grupos de Pesquisa em Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, CFCH-UFRJ, 1993. p. 8.
29 Idem, p. 63.
30 Idem.
31 A professora Leila ingressou no doutorado em 1993 e como docente de História Medieval na UFRJ, mediante concurso público, em 1994.
32 Ingressei como aluna do doutorado em 1992, ano que também fui aprovada em concurso público para ocupar uma vaga de docente em História Medieval na UFRJ.
33 SILVA, Leila Rodrigues. *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.

> apresentar elementos favoráveis à consolidação política do reino. Entendia-se que a aceitação do cristianismo implicaria na aceitação e reconhecimento das autoridades políticas que conduziam o reino com o apoio dos clérigos. Desse modo, as autoridades religiosas passaram, pois, a desenvolver um trabalho de cristianização, a influenciar a formação intelectual dos seus membros, a aconselhar e, consequentemente, a impor e a destacar a importância dos valores e princípios cristãos de maneira progressiva. Portanto, a relação entre Monarquia e Igreja no reino suevo, a partir de meados do século VI, garantiu um ambiente no qual se apresentou à Igreja a possibilidade de se reorganizar e fortalecer e à monarquia, de dispor de argumentos de ordem ideológica ao reforço da sua legitimidade.[34]

Minha pesquisa analisou duas vidas de santos compostas pelo clérigo castelhano Gonzalo de Berceo, a *Vida de San Millán de la Cogolla* e a *Vida de Santo Domingo de Silos*. A partir da análise destes relatos hagiográficos, procurei demonstrar que apesar dos lugares comuns, já que todos se inspiravam no mesmo modelo, Cristo, e na Bíblia, cada texto possui um objetivo particular, relacionado ao seu contexto de produção e às relações de poder então estabelecidas. Parti do pressuposto que não é possível tratar esses materiais meramente classificando-os como textos devocionais ou que visavam transmitir unicamente os interesses e valores eclesiásticos, pois, no medievo, existiam múltiplas visões em constante diálogo/conflito, inclusive no seio da própria Igreja. Concluí que as vidas berceanas buscavam, sobretudo, engrandecer a atividade monástica tradicional frente aos movimentos religiosos surgidos a partir do século XII, em especial os cônegos regulares e os mendicantes. Contudo, como Gonzalo era um secular e obteve sua formação em um centro urbano, ele acabou por construir representações da organização social, do tempo e do espaço que se afastam da perspectiva monástica beneditina.[35]

Com a aposentadoria das fundadoras do Pem e a conclusão do nosso doutoramento, Leila e eu assumimos, em parceria, a coordenação a partir do ano de 1998. Para consolidar e dar visibilidade ao grupo, foram implementadas diferentes estratégias, que passo a apresentar. É imprescindível realçar que tais estratégias não seguiram a um cronograma pré-estabelecido e foram desenvolvidas em função das diferentes demandas e da própria consolidação do grupo.

Em primeiro lugar, foram reformulados e ampliados os objetivos do Pem. Assim, passamos a priorizar: o intercâmbio do grupo com medievalistas nacionais e estrangeiros; a formação de novos pesquisadores; a promoção de discussões acadêmicas relativas ao mundo medieval; a identificação, preservação e divulgação de acervos de materiais relativos à Idade Média localizados na cidade do Rio de Janeiro ou no espaço virtual; a produção de material didático, e a organização

---

[34] Trecho de uma entrevista concedida por ocasião da publicação da tese, disponível em www.editora.uff.br/entrevistas/16-viagem-a-idade-media-dos-santos-ao-bispo-martinho-de-braga.html.

[35] Esta tese não foi publicada em sua versão original. Ela foi a base de um estudo em que ampliei as reflexões sobre a hagiografia ibérica medieval, comparando as obras berceanas ao *Liber Sancti Jacobi*. Cf. *Reflexões sobre a hagiografia ibérica medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Jacobi e das vidas de santos de Gonzalo de Berceo*. Rio de Janeiro, EdUFF, 2008.

de atividades de extensão universitária, levando, à comunidade em geral, informações sobre a Idade Média. Em consonância com tais objetivos, foram propostos novos temas de pesquisa, que privilegiassem diferentes aspectos da sociedade medieval, como a religião, a religiosidade, os discursos normativos, as relações de poder, etc.

Construímos, então, redes de colaboração com pesquisadores vinculados a outras universidades brasileiras e do exterior. Esta colaboração tem se efetivado na troca de material bibliográfico; em convites para a participação em bancas de qualificação e defesa nos níveis de mestrado e doutorado; na organização de eventos conjuntos; na disponibilidade para realizar conferências e/ou cursos de curta duração promovidos pelo Pem; na elaboração de textos em parceria, etc. Esta estratégia foi colocada em execução em 1998 e, a cada ano, novos pesquisadores são associados ao grupo. Em 2009, criamos a categoria de pesquisadores colaboradores para incorporar os egressos do Pem - recém doutores, doutorandos ou mestres-, que já atuam no ensino superior.

Investimos na criação de um sitio na *internet* (www.pem.ifcs.ufrj.br), que foi lançado em 1999, durante o III Encontro Internacional de Estudos Medievais. A página é constantemente atualizada e além de uma apresentação do grupo, disponibiliza informações sobre as pesquisas desenvolvidas; os pesquisadores associados, colaboradores e alunos vinculados; dados sobre os trabalhos de fim de curso em nível de bacharelado, mestrado e doutorado elaborados no âmbito do Pem; eventos que serão realizados e uma memória de todas as atividades que foram promovidas desde 1993. Além disso, disponibiliza gratuitamente os livros publicados pelo Pem e textos cedidos por pesquisadores.

Ainda explorando as potencialidades do mundo virtual, inauguramos no ano de 2000 a lista de discussão acadêmica do Pem, para tratar exclusivamente de temas relacionados ao ensino e à pesquisa sobre a Idade Média. Esta lista foi a primeira do gênero criada no país e congrega, hoje, cerca de 400 pessoas, entre especialistas, alunos e interessados em geral, do Brasil ou exterior.

Outra estratégia adotada foi priorizar a formação de novos pesquisadores, por meio do estímulo à pesquisa discente. Neste sentido, são realizadas reuniões periódicas, chamadas de "aulas de laboratório", com os alunos em diferentes níveis (graduandos, mestrandos e doutorandos), nas quais são lidos e discutidos textos teórico-metodológicos e sobre as temáticas de pesquisa do Pem. Nesta atividade os alunos apresentam suas conclusões de pesquisa, que são analisadas e criticadas pelos colegas e orientadores. Os estudantes também são motivados a completar a sua formação acadêmica, ingressando no mestrado e/ou doutorado.

Também investimos nas atividades de extensão acadêmica. Reconhecendo a extensão como um processo que se articula ao ensino e à pesquisa, criamos e registramos junto à UFRJ, em 2005, o

projeto *Idade Média: divulgação científica.* Nele estão compreendidos dois grandes eixos em permanente diálogo: um que se volta para a universidade e outro direcionado à sociedade. Buscamos, assim, concomitantemente, a formação de pesquisadores comprometidos com a realidade brasileira e a promoção de atividades que favoreçam a reflexão acerca desta realidade, em particular na sua conexão com o passado. Para tanto, promovemos e oferecemos gratuitamente aos interessados cursos, ciclos de debates e palestras, buscando apresentar e socializar o conhecimento produzido na academia de forma criativa, crítica e com a interação dos participantes.

Tal projeto, por envolver diretamente os alunos em formação e egressos como palestrantes e organizadores de eventos, contribui para a formação de professores-pesquisadores e cria espaços onde eles possam divulgar suas primeiras reflexões sobre temas medievais. Tais atividades também são oportunidades de intercâmbio com diferentes instituições de ensino, em particular as que oferecem o ensino fundamental e médio. Por fim, elas auxiliam na desconstrução das visões preconceituosas sobre o medievo, ainda hegemônicas em nossa sociedade, discutindo os porquês das leituras e formulações atuais sobre o medievo pela sociedade contemporânea e tornando acessível o rico e diversificado patrimônio cultural medieval.[36]

Como o Pem não recebe verbas da UFRJ, uma frente que tem sido fundamental é a elaboração de propostas visando concorrer a editais diversos promovidos pelos órgãos de fomento estaduais e nacionais para financiamento das atividades de pesquisa, ensino e extensão. Desta forma, anualmente, são elaborados projetos para concorrer aos editais, visando o financiamento das investigações por meio de bolsas, auxílios para realização ou participação em eventos, verbas para a compra de equipamentos, mobiliário, livros, materiais de consumo, etc.[37]

Outra preocupação refere-se ao investimento em publicações. Neste sentido, o Pem foi registrado como editora e desde então temos lançado coletâneas de textos e traduções de fontes medievais para uso no ensino de história medieval. Além disso, valorizamos a participação em eventos acadêmicos e a publicação dos resultados das pesquisas em periódicos científicos, em publicações coletivas organizadas pelo Pem,[38] e em outros veículos de divulgação (entrevistas, capítulos de livros, livros, etc.), escritos tanto individualmente quanto em parceria. Para tanto, uma

[36] No último ano, a UFRJ, através do Programa de Extensão, concedeu ao Pem 3 cotas de bolsas para alunos de graduação para atuarem diretamente neste projeto.

[37] O recebimento de tais recursos tem como contrapartida a preparação de relatórios técnicos e financeiros para a prestação de contas. Como o Pem não conta com funcionários administrativos, estas tarefas são realizadas diretamente pelas coordenadoras.

[38] Um exemplo deste tipo de estratégia foi a publicação da coletânea SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. (Org.). *Hagiografia & História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro, HP Comunicações, 2008. Os 18 textos que compõem a coletânea foram produzidos por pesquisadores com diversos níveis de formação, desde graduandos a doutores. Tratam-se de conclusões, em muitos casos parciais, de pesquisas com recortes específicos relacionados aos eixos temáticos do projeto coletivo *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade*, visando a redação de trabalhos de conclusão, como monografias e dissertações, ou como atividade de pesquisa relacionada à docência superior.

listagem contendo chamadas de publicação e informações sobre inscrições em eventos que serão realizados é atualizada e divulgada todos os meses entre o grupo.[39]

Uma estratégia, iniciada em 2006, que tem sido fundamental para propiciar o diálogo acadêmico com outros centros de saber, é a organização de Simpósios Temáticos (ST) nas reuniões regionais e nacionais da Anpuh e nos Seminários Internacionais Fazendo Gênero. O formato de grupo de trabalho dos STs permite discutir as comunicações apresentadas e traçar reflexões mais gerais sobre os caminhos da pesquisa sobre o medievo no Brasil.

Também procuramos construir uma memória do Pem, fazendo o registro das atividades de ensino, pesquisa e extensão e dos produtos e saberes gerados, por meio da guarda de documentos escritos e imagens. Neste sentido, mantemos um arquivo com fotos, documentos de natureza diversa ligados aos eventos (cartazes, folders, cadernos de resumo, etc), monografias, dissertações, artigos e livros que foram elaboradas no âmbito do grupo.

Estes materiais, bem como outros que foram doados ou comprados com os auxílios recebidos pelas instituições de fomento à pesquisa, configuram o acervo da biblioteca do Pem, que é aberta para a consulta não só dos vinculados ao grupo, mas para todos os interessados no medievo. No momento, o acervo da biblioteca reúne cerca de 4000 títulos, em suporte impresso ou digital. Estão disponíveis para consulta fontes medievais, obras de referências (atlas e dicionários diversos), livros sobre teoria e metodologia da história, manuais de história medieval, livros sobre temas específicos, periódicos e textos avulsos.

Por fim, como última e principal estratégia, destaco a organização de projetos de pesquisa coletivos, que funcionam, na prática, como linhas de pesquisa. A estes projetos principais estão articulados vários subprojetos, individuais ou de pequenos grupos, desenvolvidos pelos docentes e alunos, muitas vezes com a participação de egressos. As temáticas propostas, como já anunciado, derivaram das pesquisas iniciadas durante o doutorado.

A península Ibérica Medieval nas pesquisas desenvolvidas no Pem

No momento, três grandes projetos de pesquisa coletivos são desenvolvidos no âmbito do Pem. Passo a apresentá-los. Estes projetos encontram-se registrados junto a UFRJ, na base de dados Sigma,[40] e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq[41] e são financiados pelo CNPq, Faperj e pela UFRJ.

[39] Vale destacar que além da lista geral de discussão, já apresentada, o Pem mantém outra só para os alunos vinculados ao grupo.
[40] http://www.sigma.ufrj.br/
[41] *www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm.*

O projeto *O processo de organização eclesiástica e a normatização da sociedade nos reinos suevo e visigodo: perspectivas analítica e comparativa*, elaborado e coordenado pela professora Leila Rodrigues da Silva, analisa os escritos eclesiásticos produzidos no âmbito da Península Ibérica em torno dos séculos VI e VII, com o foco em dois eixos: a produção intelectual clerical e a organização e consolidação das Igrejas sueva e visigoda; o discurso eclesiástico na normalização da sociedade peninsular. Relacionados aos dois eixos anteriormente mencionados, são objetivos gerais da pesquisa: avaliar a importância dos escritos eclesiásticos no movimento de organização e consolidação das Igrejas sueva e visigoda e no processo de legitimação política e disciplina dos monarcas e dos segmentos nobiliárquicos; comparar os distintos padrões de comportamento moral presentes nos discursos eclesiásticos, com destaque para o papel conferido ao corpo, e verificar em que medida a construção de padrões de comportamento moral favorece a delimitação de esferas marginais e excluídas da sociedade.

O segundo projeto, por mim elaborado e coordenado, é o *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade*. O objetivo principal é estudar os textos hagiográficos e a trajetória de homens e mulheres considerados dignos de veneração nas penínsulas ibérica e itálica nos séculos XI ao XIII, articulando-os às transformações operadas no período no tocante ao crescimento da espiritualidade leiga; à organização da Igreja sob a liderança do Papado; à coexistência e aos conflitos entre as crenças e práticas da religiosidade e as oficiais impostas por Roma; à expansão da espiritualidade feminina e às questões de gênero presentes no período; o surgimento de novos centros intelectuais urbanos. A meta é traçar reflexões de conjunto sobre a hagiografia e o perfil dos considerados santos nas penínsulas Ibérica e Itálica nos séculos XI ao XIII, primeiro separadamente e depois comparando-os, bem como contrapor tais perspectivas de conjunto a casos particulares.

A fim de articular as duas pesquisas, desde 2008 coordenamos em parceria o projeto *Hagiografia, sociedade e poder: um estudo comparado da produção visigótica e castelhana medieval,* que estuda, em perspectiva comparada, hagiografias elaboradas no reino visigodo e no Reino de Castela. Objetivamos analisar dois aspectos principais: os elementos textuais que permitem avaliar as eventuais continuidades e rupturas no fazer hagiográfico, e as relações de poder evidenciadas nas referidas obras.

Vinculados direta ou indiretamente a tais projetos coletivos,[42] de 1998 ao primeiro semestre de 2011, foram orientadas, concluídas e aprovadas 77 monografias de bacharelado e 21 dissertações. Encontram-se em fase de elaboração 25 trabalhos finais em nível de graduação, 7 de

[42] A sistemática dos projetos coletivos foi implantada em 1998, mas outros projetos, mantendo pontos de contato com os atuais, eram então desenvolvidos.

mestrado e 7 de doutorado. Destes, 78 abordaram ou abordam temáticas relacionadas à península ibérica medieval; ou seja, cerca de 57% das pesquisas.[43]

Vale destacar que os projetos individuais de pesquisa das coordenadoras do Pem também privilegiam a Ibéria medieval. No momento, Leila Rodrigues desenvolve o projeto *Aspectos das relações de poder na Vita Sancti Aemiliani, na Vita Sancti Fructuosi e na autobiografia de Valério del Bierzo: cristianização e reorganização eclesiástica no reino visigodo do século VII*. A referida pesquisa dialoga diretamente com o projeto coletivo, anteriormente identificado, na medida em que nela se busca analisar aspectos relacionados à cristianização e à reestruturação das instituições eclesiásticas na Península Hispânica, no século VII, com o foco em textos hagiográficos. Assim, tendo como referência fundamental o estudo comparado de três hagiografias produzidas no âmbito do reino visigodo, *Vita Sancti Aemiliani, Vita Sancti Fructuosi* e a *autobiografia* de Valério del Bierzo, com ênfase nas relações de poder, são observadas as estratégias de reorganização e fortalecimento da Igreja local.

Eu desenvolvo atualmente a pesquisa intitulada *Monacato, poder e gênero: reflexões sobre o cenóbio de San Millán de la Cogolla em perspectiva diacrônica (1076-1109/ 1227-1265)*, que visa comparar e discutir como se constituíram e operaram as construções de gênero nas diversas relações sociais e de poder estabelecidas pela comunidade monástica de San Millán de la Cogolla. Para tanto, analiso e confronto textos hagiográficos, normativos e notariais. Os períodos a serem estudados baseiam-se nas conclusões já consolidadas na historiografia. O primeiro, de 1076 a 1109, segundo os especialistas, caracteriza-se pelo grande crescimento do mosteiro emilianense; pela disputa, por pamploneses e castelhanoleoneses, para a ocupação do espaço riojano; pelas primeiras tentativas de introdução de reordenamento eclesiástico, tanto por iniciativa dos reis hispanos quanto pelo papado. O segundo, de 1227 a 1265, para os estudiosos, marca o início da desagregação do cenóbio, em contrapartida, é o da consolidação da presença castelhana em La Rioja e do fortalecimento do poder episcopal em Calahorra, seguindo as diretrizes romanas.[44]

---

43 Muitas monografias versam sobre Livro Didático de História, tema vinculado ao projeto coletivo *A Idade Média nos livros didáticos e paradidáticos de História: análise de conteúdo*, que coordeno e desenvolvo junto a Graduação. Vale destacar, também, que como o projeto *Hagiografia e História: um estudo comparado da santidade* também estuda a Península Itálica, muitos trabalhos são desenvolvidos tratando de questões relacionadas a este espaço.

44 Sobre a história de San Millán de La Cogolla ver GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X al XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1969; GARCÍA TURZA, Francisco Javier. "San Millán de la Cogolla en los umbrales de la crisis: 1200-1300". In: GIL-DÍEZ USANDIZAGA Ignacio (Coord.). Los monasterios de San Millán de la Cogolla. Jornadas de arte y patrimonio regional, 6, San Millán de la Cogolla, 6, 7 e 8 de novembro de 1998. *Actas*... Logroño, Instituto de Estudios Riojanos - Gobierno de La Rioja, 2000, pp. 27-46; GRANDE QUEJIGO, F. J. *Hagiografía y difusión em la Vida de San Millán de la Cogolla de Gonzalo de Berceo*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2000; DUTTON, Brian (Ed.). *Gonzalo de Berceo. Obras completas*. 2. ed. Londres, Tamesis Books, 1984. 5 v., V. 1: La vida de San Millán de la Cogolla.

Ou seja, apesar de não exclusivo, os temas de pesquisa relacionados ao mundo hispânico medieval são a grande ênfase do Pem. A partir dos dados referentes aos projetos e subprojetos a eles vinculados, dos trabalhos de conclusão já finalizados e da produção bibliográfica dos últimos 12 anos, vou apresentar a seguir os elementos que caracterizam e particularizam o estudo da Península Ibérica Medieval pelos pesquisadores ligados diretamente ao Pem.[45]

No estudo do medievo ibérico, algumas temáticas têm sido privilegiadas. Destaco as mais freqüentes: a cristianização, a santidade, os milagres, os marginais e excluídos, as heresias, o corpo, a sexualidade, o casamento, o adultério, a mulher, a construção de identidades, os saberes de gênero, o diabo, a escatologia, o pecado, a morte, as doenças, a alimentação, etc. Todos estes temas têm sido abordados em conexão com as diferentes instituições ibéricas medievais, em particular as presentes e/ou que atuaram nos reinos germânicos da alta Idade Média ou nos hispanocristãos da Idade Média Central, tais como o monacato, o episcopado, a realeza e o papado.

Neste sentido, temos formulado como questões de pesquisa a relação entre a produção hagiográfica e o fortalecimento do poder episcopal e/ou monástico; o papel das leis relacionadas ao monacato, ao casamento e à herança para o fortalecimento do poder monárquico; a forma e o por quê das normas canônicas, da hagiografia e dos códigos legislativos reais construírem discursos sobre o corpo; a maneira como os textos hagiográficos serviram como instrumentos para a divulgação de normas canônicas para eclesiásticos e leigos, para só citar alguns exemplos.

Para o estudo destas temáticas, diversos tipos de documentos medievais têm sido analisados, tais como vidas de santos, textos litúrgicos, tratados de milagres, textos mariológicos, regras religiosas, sermões, cartas, testamentos, crônicas, atas conciliares, processos de canonização, bulas papais, bíblias romanceadas, documentos notariais e códigos de leis.

Pelo fato das pesquisas possuírem caráter coletivo, articulando diversas investigações com recortes temáticos, espaciais e temporais mais específicos, os trabalhos são realizados com múltiplos suportes teóricos, conceituais, metodológicos e técnicos. Contudo, algumas tendências são perceptíveis.

No estudo dos temas acima apresentados, reunindo os esforços de reflexão coletiva com os particulares, temos desenvolvido tanto abordagens qualitativas e particulares quanto seriais, pois a meta é, justamente, articular o macro ao micro. As séries são construídas para estabelecer as constâncias presentes nos fenômenos analisados e, ao serem confrontadas aos casos específicos, possibilitam que as peculiaridades e as diferenças sejam realçadas. Desta forma, combinando abordagens, é possível identificar o impacto das ações humanas particulares nos sistemas sociais

[45] Consideramos como pesquisadores diretamente ligados ao Pem as coordenadoras, as professoras Leila e eu, e nossos orientandos e ex-orientados que ainda participam dos projetos como egressos.

organizados, ao mesmo tempo em que sublinham os elementos que unem e particularizam os sujeitos históricos.

As pesquisas também têm sido desenvolvidas em diferentes campos da história, tais como a história social, a história cultural, a história política, e os estudos de gênero. E os temas são abordados em diversos domínios historiográficos, como a história das mulheres, das instituições, da leitura, dos marginais, das idéias, etc.

O elemento que mais singulariza os estudos sobre a península ibérica medieval no Pem é o fato de que os variados temas têm sido enfocados em uma perspectiva que prioriza a dinâmica das instituições por meio do estudo das construções discursivas, das relações de poder, da imposição das normas e das táticas dos mais fracos para burlá-las, dos conflitos, das resistências e das negociações. Neste sentido, não estamos preocupados em encontrar as "leis" que expliquem o funcionamento das instituições medievais, mas, por meio do estudo dos distintos fenômenos históricos priorizados, compreender seu impacto para os diferentes grupos que viveram na Hispania durante o medievo. Desta forma, busca-se romper com os esquemas explicativos generalizantes e dicotômicos e privilegiam-se as explicações múltiplas, o estudo de variantes, das contradições, das descontinuidades, e das apreensões e invenções criativas. Desenvolvemos, portanto, uma espécie de história cultural das instituições, já que, por um lado, estamos atentos aos costumes, aos discursos, às crenças, e, por outro, às relações de poder, à organização institucional, às tensões nas quais os sujeitos históricos se envolvem.

Como o Pem está vinculado ao Programa de Pós-graduação em História Comparada, nossas pesquisas têm procurado aplicar diferentes modalidades de comparativismo. Assim, empregamos desde a chamada comparação clássica, proposta por Bloch no início do século passado e que pressupõe o estudo de sociedades contemporâneas e próximas, até as desenvolvidas a partir da década de 1990, como a história cruzada, que prioriza o estudo das trocas mútuas entre sociedades, e a história da transferência, que se detêm na análise das transformações que ocorrem no momento da transmissão de conceitos, normas, imagens e representações de uma cultura para outra.

Além do estudo comparativo de sociedades, temos realizado, tal como aponta Kocka,[46] a comparação de fenômenos, tanto em perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Para o autor alemão, a comparação histórica deve partir do pressuposto de que os fenômenos comparáveis possuem descontinuidades e não são mutuamente influenciados. Assim, devem ser estudados como casos particulares, sempre considerados independentes. Por meio da comparação verificam-se as similaridades e as diferenças entre os fenômenos: por um lado, quebram-se continuidades, cortam-

[46] KOCKA, J. "Comparison and beyond". In: *History and Theory*, Middletown, feb., 2003, n. 42, pp. 39-40, p. 41.

se emaranhamentos, e interrompe-se o fluxo da narração; contudo, por outro, constroem-se interdependências e constatam-se constâncias.[47]

Também temos aplicado as idéias de Paul Veyne. Segundo este autor, cabe aos historiadores, partindo de "constantes", fazer um inventário das diferenças que, a cada momento histórico e em cada grupo, as dotam de uma significação particular. Assim, há que verificar as múltiplas particularidades e variedades do que pareceria, de outro modo, invariante.[48]

A partir destas modalidades, temos elaborado formas específicas de comparativismo, inclusive dialogando com a literatura comparada. Deste modo, temos, por exemplo, verificado como os mesmos fenômenos foram compreendidos e registrados por grupos diferentes. É com este intuito que, por exemplo, confrontamos hagiografias com textos normativos eclesiásticos e reais contemporâneos. Ou ainda, temos comparado os aspectos formais da escrita hagiográfica visigoda do século VII com a castelhana do século XIII.

Os estudos sobre a península ibérica medieval em desenvolvimento no Pem apresentam como traços singulares, portanto, a constante preocupação em articular o macro ao micro; o enfoque no dinamismo das instituições e na sua articulação com as diferentes expressões culturais, e a ênfase na comparação. Esta particularidade, contudo, não é totalmente isenta de influências. Sublinha-se, em especial, as matrizes teóricas francesas que imperam na formação dos historiadores brasileiros, em especial por meio dos pesquisadores de diversas gerações da Escola dos Annales, como Duby, Le Goff, Certeau e Chartier; das reflexões de filósofos, como Foucault, e de sociólogos, como Bourdieu. Além disso, somos profundamente marcados pela historiografia ibérica, com a qual dialogamos constantemente.

Todos estes influxos, porém, foram apreendidos e adaptados em função das reais condições para a realização das pesquisas no dia a dia: a disponibilidade de fontes; o acesso ao material bibliográfico; as vinculações acadêmicas do Pem; a articulação com o ensino e a extensão; a formação de novos pesquisadores, e o diálogo com outros pesquisadores.

Considerações finais

A expansão dos estudos de história medieval no Brasil nos últimos 20 anos, como discutido, resulta da junção e interação de diversos fatores. Contudo, a despeito do crescimento recente, ainda há muito caminho a ser percorrido, pois o quadro atual ainda está longe de representar uma consolidação da área no país. A partir da minha experiência de pesquisa junto ao Pem, gostaria de apontar os principais desafios que se impõe aos estudos de história medieval no Brasil hoje.

47 Idem.
48 VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Como destacamos, nos últimos anos, em grande parte devido à popularização da *internet* e a publicação no Brasil de títulos sobre o medievo, o acesso a um conjunto de materiais, como atlas, documentos medievais impressos, artigos, livros clássicos, foi facilitado. Contudo, antigos problemas persistem. Nossa produção ainda é muito dependente das edições críticas de fontes e o acesso a documentos ainda não digitalizados ou publicados é muito difícil. Para os que pesquisam sobre a Idade Média ibérica o problema é maior, pois ainda há pouco material disponibilizado *on line*. Assim, resta a importação de obras, que não podem ser frequentes devido ao alto custo, e/ou viagens de pesquisa, que dependem de financiamento, e, no caso dos docentes, devem ser articuladas aos compromissos de ensino.

Outro problema que se apresenta aos que desejam se especializar no estudo do medievo ibérico é a necessidade do conhecimento de línguas diversas, sobretudo do latim e das línguas e dialetos hispanos medievais. Tais disciplinas não figuram nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em história, restando aos interessados buscar cursos particulares ou aprendê-las como autodidatas.

Ainda em se tratando da formação de medievalistas, nossos cursos priorizam a reflexão teórica em detrimento da formação metodológica, ou seja, ensinar e treinar os alunos para a montagem de planos de pesquisa, para o trabalho em arquivo, para o levantamento de dados a partir da análise das fontes, etc. Assim, há que estimular a busca pelo equilíbrio entre a teoria e a prática empírica.

Se, nos últimos anos, incontestavelmente ampliaram-se os financiamentos, eles ainda não alcançam a todos. Muitos alunos cursam o mestrado e o doutorado sem bolsa, dividindo seu tempo de pesquisa com o dedicado ao trabalho. E diversos pedidos de auxílio para docentes, ainda que aprovados no mérito, muitas vezes não são concedidos devido à grande demanda.

A expansão do medievalismo brasileiro tem estimulado muitos jovens a optarem por especializar-se na área. Deste modo, cresce a cada ano o número daqueles que querem receber orientação e/ou ingressar nos cursos de mestrado e doutorado. Porém, não há vagas de orientação para todos,[49] daí a necessidade de constante contratação de novos professores-pesquisadores, o que não é feito com regularidade. Na UFRJ, por exemplo, o último concurso realizado para provimento de vaga docente de história medieval ocorreu em 1998.

Por fim, destaco a necessidade do constante diálogo com os professores de outros centros, sobretudo do exterior, objetivando a realização de trabalhos conjuntos. Nosso olhar necessita de outros olhares, que nos auxiliem a identificar pontos de fraqueza, bem como a reconhecer as nossas potencialidades.

[49] Lembramos que a Capes recomenda, para a área de História, que cada docente só oriente concomitantemente 8 alunos, entre mestrandos ou doutorandos.

ARTIGOS

Reinos em guerras, infantas aflitas: a mulher nas vicissitudes políticas das monarquias Ibéricas medievais

Reigns in war, afflicted infantas: the woman in the political vicissitudes of the medieval Iberian monarchies

José Carlos Gimenez[1]
Universidade Estadual de Maringá

Resumo

Durante a Baixa Idade Média, as monarquias Ibéricas recorreram, com muita assiduidade, à promoção de diversas alianças matrimoniais com o intento de cooperação entre os reinos. Essas alianças envolviam, na maioria das vezes, uma ação na tentativa de superar os momentos de profunda instabilidade política e social pelos quais passavam as referidas monarquias. No entanto, esses acordos nem sempre foram consistentes, uma vez que dependiam das vicissitudes política dos reinos envolvidos, das quais foram adeptos os reis de Portugal D. Dinis, D. Afonso IV, e de Castela durante os reinados de Afonso X, Sancho IV, Fernando IV e Afonso XI, assim como o rei de Aragão, Jaime II.

Palavras-chave:Instituições Políticas Medievais; Reinos Ibéricos; Alianças Matrimoniais.

Abstract

During the Late Middle Ages, the Iberian monarchies assiduously arranged the advance of matrimonial alliances with the intention of having cooperation between the reigns. The alliances involved, most of the time, an attempt of overcoming the political and social instabilities that the monarchies were going through. Nevertheless, the agreements were not always consistent, once they depended on the political vicissitudes of the reigns involved. The adherents of these agreements were the kings Dinis and Afonso IV of Portugal, and during the reigns of Afonso X, Sancho IV, Fernando IV and Afonso XI of Castile, as well as Jaime II of Aragon.

Key-words: Medieval Political Institutions; Iberian Reigns; Matrimonial Alliances.

- **Enviado em: 07/10/2011**
- **Aprovado em: 25/11/2011**

[1] Professor de História Medieval na Universidade Estadual de Maringá – Pr.

No contexto medieval, as monarquias Ibéricas promoveram diversas alianças matrimoniais com propósitos políticos. Na maioria, esses arranjos matrimoniais eram selados pelos reis e pelas rainhas quando os seus filhos ainda estavam na infância, portando sem qualquer ciência por parte dos futuros casais. Apesar disso, quando analisamos essas ocorrências, percebemos que algumas alianças se concretizaram e foram duradouras, entretanto outras foram breves ou se modificaram conforme a evolução política dos reinos envolvidos.

Constatar apenas que essas alianças fazem parte de uma longa tradição da política Ibérica medieval, como muitas vezes destaca a historiografia referente a esse momento, não revela a sua profundidade uma vez que elas devem ser estudas não apenas no momento da "assinatura", mas também como esses consórcios são retomados e atualizados nos discursos políticos para solucionar uma querela do momento. Outra questão importante sobre essas práticas diz respeito à abrangência política dessas alianças. Quando formalizadas ou concretizadas, elas podem revelar interesses os quais ultrapassavam as fronteiras dos próprios reinos diretamente envolvidos, uma vez que, muitas vezes, elas mobilizavam e serviam aos interesses não apenas da Península Ibérica, mas também da França, da Inglaterra, do papado, do sacro império germânico, entre outros.

Como afirmamos, essa prática pode ser observada em diversos momentos da história peninsular, principalmente em ocasião de grande tensão política. No entanto, a discussão que propomos é uma abordagem sobre essas alianças no contexto das crises sucessórias dos séculos XIII e XIV em Portugal durante os reinados de D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso IV (1325-1357) e, em Castela, durante os reinados de Afonso X (1252-1284), Sancho IV (1284-1295), Fernando IV (1295-1312) e Afonso XI (1312-1350).

Naqueles séculos, os dois reinos passavam por profundas conturbações políticas e uma das possibilidades para superá-las era a busca de cooperação do reino vizinho e, afim de que esse acordo ganhasse relevância, os debates em torno dos possíveis matrimônios entre os membros das duas realezas eram assuntos de primeira ordem, uma vez que, na pauta dessas discussões, reis e rainhas transformaram filhos, irmãos, sobrinhos e netos em indivíduos imprescindíveis para os acordos políticos.

Para nos certificarmos da importância e das conseqüências políticas desses acordos, basta tomarmos como exemplo o contexto da crise sucessória no reino de Castela o qual envolveu também os reinos de Portugal e de Aragão. A crise castelhana origina-se das disputas pela sucessão ao trono durante o reinado de Afonso X, o sábio. De acordo com o direito tradicional, quem deveria assumir a direção do reino, após da morte deste rei, era o seu filho primogênito, Fernando de Lacerda. Porém, com a morte deste, abriu-se um período de intensa conturbação política entre

Afonso X e o seu segundo filho Sancho, futuro Sancho IV e dividiu o reino castelhano em forças políticas inconciliáveis.

Afonso X e o seu outro filho, o Infante D. João, apoiavam como herdeiros naturais da coroa Fernando e Afonso de la Cerda, filhos do primogênito falecido. Os partidários do rei baseavam-se no fato de que, no leito de morte, Fernando de la Cerda, a fim de defender e garantir os direitos sucessórios de seu primogênito havia nomeado como tutor de seus filhos Juan Núñes de Lara, um dos mais prestigiados e poderosos nobres castelhano da época.[2] Garantir a sucessão do trono do reino de Castela aos infantes de la Cerda foi assunto que também despertou preocupação e ingerência de outros reinos na política castelhana, principalmente porque eles tinham ligações de parentesco com Aragão e com a França. D. Violante, esposa de Afonso X, e avó dos infantes, era irmã de Pedro III, rei de Aragão, e Branca, mãe dos órfãos, era filha de Luiz IX, rei da França e futuro São Luiz. Quando a avó, a nora e os infantes foram buscar apoio do rei de Aragão para a causa sucessória, o rei aragonês aprisionou os infantes e passou a negociá-los conforme os desdobramentos políticos se apresentavam. Isso ficará evidente quando os monarcas aragoneses, em posse dos infantes, transformam-nos em artifícios dos acordos com Castela e com a França. Diferentemente das imagens de passividade que, muitas vezes, atribuem-se ao papel da mulher na Idade Média, aqui vemos avó e mãe em plena ação para preservar os direitos dos herdeiros.

Nessa mesma época, em Portugal, a situação política também era conturbada e evolvia a disputa pelos direitos ao trono entre o rei D. Dinis e o irmão, o infante d. Afonso. Essa contenda tinha raízes na conjuntura política instalada em Portugal com a deposição do Rei Sancho II e a subida ao trono de Afonso III (pai de ambos) em 1248. O novo rei, mesmo antes de desfazer o acordo matrimonial das primeiras núpcias que havia assumido com a condessa de Bolonha, pactuou uma aliança com Castela e se casou com Beatriz, filha bastarda do rei castelhano Alfonso X. Essa aliança provocou uma longa crise política entre Portugal e a Igreja Romana e, nem após a morte da Condessa de Bolonha, por volta de 1259, esse casamento ficou livre da condenação papal, pois, aos olhos da Igreja, ele permanecia ilegítimo pelo grau de parentesco que havia entre os cônjuges.[3]

Como se pode observar, temos dois reinos em tensão política, porém que tentam, entre outras medidas, solucioná-la por meio de alianças políticas apoiadas em matrimônios. No caso português, o infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, sabendo que o rei português apoiava Sancho contra Afonso X, saiu em defesa do avô e ainda casou as filhas com importantes famílias da nobreza castelhanas dos Castro, Haro, Teles e Lara e, alguma delas contrárias às pretensões de Sancho pela herança do trono. É importante ressaltar que o irmão de D. Dinis era casado com Violante Manuel, filha de João Manuel, segundo varão do rei Fernando III de Castela.

---

2 GONZÁLEZ MINGUÉZ, C. *Fernando IV (1295-1312).* Palencia: Editorial la Olmeda, 1995

3 BRANDÃO, F. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, Parte V, p. 38

A despeito dessas divergências, Ladero Quesada afirma que é necessário considerar também que os reis de Portugal e Castela lutavam contra forças que se opunham ao processo de centralização política em seus reinos. Sendo assim, buscar, nesses acordos externos, forças aliadas para vencerem seus inimigos internos era uma política de esforços dos reinos ibéricos para consolidar a autoridade monárquica por meio de um programa de centralização política frente às insatisfações e revoltas.[4]

No caso castelhano, essas disputas prosseguiram após a morte de Afonso X, em 1284, e dava-se de maneira particular entre a família dos Lope Diaz de Haro, partidária de Sancho IV, contra a família de Álvaro Nunes de Lara, e que encontrou no infante português, D. Afonso, irmão de D. Dinis, um importante aliado contra o Rei castelhano. O Infante Afonso, alicerce da nobreza portuguesa contra D. Dinis, e Álvaro Nunes de Lara, partidário dos infantes de La Cerda e representante dos nobres que se opunham ao Rei castelhano, faziam dos territórios que dividiam os dois reinos o núcleo das operações contra os Reis de Portugal e de Castela. Sensibilizados com esses problemas de ordem política, os dois reis realizaram vários encontros e trabalharam conjuntamente com o objetivo de estabelecer estratégias para submeter os revoltosos.

No entanto, o acordo mais decisivo na tentativa de estabelecerem uma aliança de cooperação recíproca deu-se na Cidade Rodrigo, em setembro de 1291, local e data em que D. Dinis e Sancho IV acordaram o casamento de seus filhos. Realizaram um acordo – promessa de futuro – em que Fernando, herdeiro do trono castelhano, casaria com a Infanta Constança, filha de D. Dinis. Nesse mesmo ano, Sancho IV estabeleceu um compromisso de defesa mútua com Aragão e pactuou uma aliança matrimonial da sua filha Isabel, em 1291, com o rei Jaime II. A vida desse monarca também é um exemplo apropriado para entender a importância das alianças matrimoniais para fins políticos, pois, além do matrimônio com a infanta castelhana, ele ainda se casaria com Branca, filha do rei Carlos II de Nápoles, em Maria de Lusignan, filha de Hugo III, rei de Chipre e de Jerusalém e com Elisenda de Moncada, filha de Pedro Moncada, senescal de Aitona.

O acordo entre Portugal e Castela, no entanto, em breve se mostraria frágil e, mais uma vez, afetaria as alianças matrimoniais. Em 1294, Sancho IV, na tentativa de ampliar suas alianças políticas, buscou uma aproximação com a França e ofereceu o mesmo filho o qual oferecera ao rei português ao rei da França para que o casasse na corte francesa. Porém, o rei castelhano, já doente, amargava como uma das suas maiores derrotas políticas, o fato de nunca ter conseguido a dispensa papal ao seu casamento, e, quando morreu, em abril de 1295, com 37 anos, deixou um herdeiro com pouco mais de dez anos idade e um reino ainda divido pelas contendas e rivalidades com os infantes

[4] LADERO QUESADA, M. A. Reconquista e definiciones de frontera. Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As Relações de fronteira no século de Alcañices, In *Revista da Faculdade de Letras – História.* Porto: Revista da Faculdade de Letras. Vol. XV, t. 2, II série, 1998, p. 681

de La Cerda e os seus partidários e incertezas quanto ao futuro do reino. Sobre isso, um testemunho da época assim escreveu:

> Y allí, el martes 25 de abril del año del nacimiento de Cristo de 1295 cerré sus ojos antes de consolar a María de Molina, su esposa, sobre la que había depositado en su testamento la pesada carga de la tutoría del nuevo soberano. Una mujer desamparada en medio de un mundo de hombres. Estoy cansado de portar de las causas perdidas. (…) A la mañana siguiente tomé al joven infante Fernando, a quien se despojó de los paños de márfaga que vestía y que fueron cambiados por otros más nobles de tartarí. De la mano le llevé ante al altar de la iglesia mayor de Toledo, donde se le exigió que jurase guardar los fueros a los hijosdalgo y a todos los otros sus vasallos. Un silencio sepulcral se entendió luego por la basílica toledana, pues nadie se atrevía a recibirle por rey y señor. Miré a doña María, su madre, vencida por la pena, derrotada antes de embrazar el escudo que necesitaba para combatir a este último enemigo...[5]

Na tentativa de superar antigas rivalidades, de restaurar ou de ampliar acordos políticos, as alianças matrimoniais continuaram com muita intensidade durante o reinado de Fernando IV de Castela. Já Jaime II de Aragão aliou-se à França e reconheceu Afonso de La Cerda como único herdeiro do trono castelhano, rompendo assim, após quatro anos, um acordo político e uma aliança matrimonial, uma vez que *el matrimonio con la infanta Isabel de Castilla, hija de Sancho IV y de Da. María de Molina, a pesar de haber ostentado dicha infanta el título de reina de Aragón durante el tiempo que vivió en esta corte, quedo sin efecto por renuncia del monarca antes de haberse consumado*.[6]

Para Portugal, a inexperiência política do jovem monarca castelhano e as divergências internas daquele reino representaram um momento oportuno para redefinir suas alianças políticas. Isso fica evidente quando D. Dinis auxiliou os infantes de La Cerda contra o exército castelhano. Porém, devido à diplomacia dos dois reinos, Portugal e Castela reaproximaram e assinaram, em 1297, um novo acordo de cooperação e amizade. O Tratado Alcañices, além de dirimir as disputas entre os dois reinos, possibilitou a conformação final do território português como hoje o conhecemos[7] A confirmação desse acordo se deu por meio do matrimônio dos infantes D. Afonso com a D. Beatriz, de Castela, e Fernando IV, de Castela, com D. Constança, de Portugal.

> Pouco era a idade dos contrahentes. Delles o que mais annos tinha, era elRey Dom Fernando, que então prefazia onze & noue meses, por auer nacido de oitenta & sinco em seis de Dezembro dia de São Nicolao. A Infanta Dona Brites sua irmãa não tinha quatro annos perfeitos, sendo seu nacimento na cidade de Touro no anno de mil duzentos & nouenta e três. O nosso Infante Dom Afonso não chegaua a sete

5 TORRES, M. *Enrique de Castilla*. Barcelona: Plaza Janes, 2003. p. 451-452

6 MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. *Jaime II de Aragón: su vida familiar*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948, 3v, p. 3

7 FERNANDES MARQUES, M. A. As etapas de crescimento do reino. In *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325), do condado portucalense à crise do século XIV*. (Dir. SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O.), Lisboa: Presença, 1996, v.3, p.63-64

> cõpletos, contandoos de oito de Feuereiro do ano mil duzentos & nouenta hu em que naceo, atè o mez prezente de Setembro. Sua irmã a Infanta Dona Constança hum anno tinha mais, mas não enchia ainda os oitos perfeitamente. ElRey Dõ Fernando se desposou por si com a Infanta Dona Constança, & o Infante Dom Alfonso por procuradores com a Dona Brites, na forma que nestes casos dispoem o direito.[8]

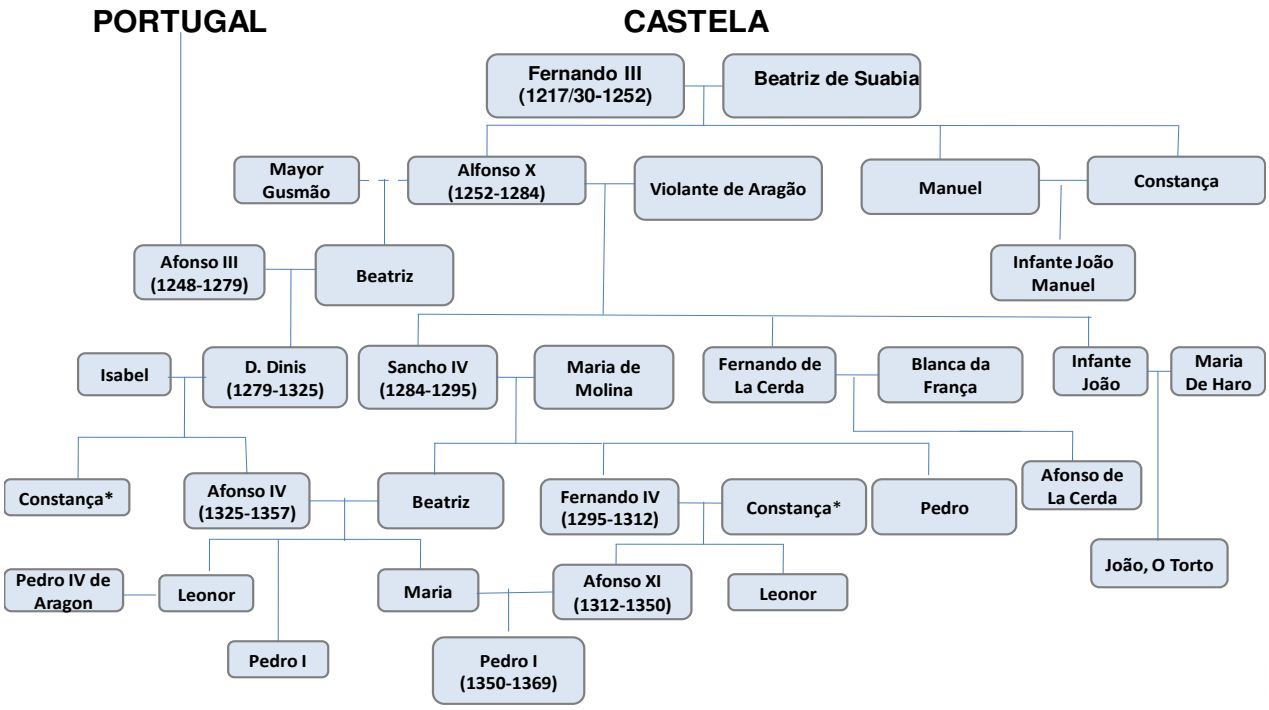
Se, por um lado, a pouca idade dos infantes não era impedimento para que as monarquias ibéricas realizassem seus acordos políticos e colocassem um termo nas suas divergências de momento, por outro, no futuro, o grau de parentesco por consanguinidade poderia suscitar questionamentos por parte de quem se sentia desfavorecido no acordo. Nesse aspecto, os que se sentiam prejudicados recorreriam à Igreja solicitando anulação dos mesmos, mas, em última instância, prevaleciam os acordos firmados à revelia dela, como aconteceu no caso de Alcañices.

> E des emtam forom estes Rejs bem aujmdos e mujto amjgos. Partiose dahy el Rey D. Fernando, e leuou com sygo a Rainha Da Costança. E Elrey D. Denjs trouxe a Jffamte Da Brjatiz, jrmam Del Rey D. Fernando, filha deRey D. Sancho e Da Rainha D. Maria, por esposa do Jfamte D. Alfonso, seu filho. Trouea sempre comsyguo, ate que depojs casou. E ao Jffante deu loguo sua casa, porque ele emtom nom fose de ydade majs de sejs anos [...][9]

Os filhos dos reis de Portugal e os filhos dos reis castelhanos eram parentes por consangüíneos, pois os infantes Afonso e Constança, de Portugal, assim como os infantes Fernando e Beatriz de Castela eram netos de Afonso X, porque D. Beatriz, mãe do rei D. Dinis e Sancho IV, rei de Castela, eram filhos de Alfonso X, rei de Castela.

8 BRANDÃO, Frei Francisco. *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, Parte V, p. 225

9 FERNÃO LOPES. Crónica de D. Dinis In *Crónicas dos sete primeiros Reis de Portugal*, Ed. de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953, vol. II, p. 45



* Trata-se da mesma pessoa.

A aliança entre Portugal e Castela sancionar-se-ia em 1302, por meio da confirmação definitiva das bodas de Fernando IV com a infanta Portuguesa, diante da pressão da nobreza e da crise geral do reino que, segundo os autores Coria e Francia,

> La boda del rey en 1302 supone la confirmación definitiva de alianza portuguesa y del alejamiento del otrora el poderoso infante don Henrique, que morirá el año siguiente en Roa, una de sus posesiones más preciadas. Los rumores de una mala gestión de las cuentas en su minoría, auspiciadas por parte de la nobleza que quería indisponer al rey con su madre, se saldan en las Cortes de Medina de 1302. Pero lo que no parece más interesante es la consolidación de dos banderías nobiliares que tienen como cabezas, respectivamente, a don Juan Núñez y el infante don Juan de, una parte, y al linaje de los Haro, el infante don Enrique y don Juan Manuel, de otra.[10]

As alianças matrimoniais voltariam ao cenário da política Ibérica com a morte inesperada do Rei castelhano Fernando IV, em 1312, poucos meses antes de completar 27 anos de idade e da coroação de seu filho, Alfonso XI. Com essa mudança, abriu-se, novamente, um período de grande instabilidade política naquele reino e, mais uma vez, a monarquia castelhana enfrentaria o desgaste político causado pelas disputas familiares pela tutoria do novo monarca. Quando Fernando IV faleceu, seu filho Alfonso XI (1312-1350) só tinha um ano de idade, o que determinava a necessidade de constituir um princípio de regência por meio de tutores. Nesse sentido, durante toda a minoridade do novo rei, Castela viveu um longo período de desordem

[10] CORIA COLINO, Jesús; FRANCIA LORENZO, Santiago. *Reinado de Fernando IV (1295-1312).* Palencia: Aretusa Ediciones, s/d, p. 28

política, principalmente, nos anos transcorridos entre a morte da Rainha avó, Maria de Molina (1321) e a proclamação da maioridade do rei em 1325.

Assim, o período de menoridade de Alfonso XI também foi marcado pela influência da política portuguesa e aragonesa no reino castelhano. Para Jaime II, era fundamental manter uma boa relação com as linhagens mais importantes de Castela e, mais uma vez, a pacificação reino desse território representava, para o Rei aragonês, a tranquilidade necessária para seu eterno projeto de conquistar de importantes territórios no Mediterrâneo. Segundo García Fernándes, o trabalho de pacificação do reino vizinho conferia a D. Dinis autoridade entre os membros mais destacados da sociedade política castelhana, componente importante para conduzir as atividades de repovoamento de parte da Península e de concretizar Lisboa como um importante porto aberto, a fim de facilitar as rotas de comércio das cidades portuárias da Andaluzia.[11]

Durante a primeira tutoria de Alfonso XI (1312-1319), o Infante Pedro, irmão de Fernando IV, portanto tio do Rei menino, e o Infante João, irmão de Sancho IV, deste modo, tio-avô de Alfonso XI, transformaram-se nos principais personagens na luta pela tutela do novo Monarca.[12] Porém, na tentativa de ampliarem suas influências sobre o reino castelhano, os reis de Portugal e de Aragão também transformaram as disputas pela tutoria do novo Rei em uma verdadeira ação de interesses familiares. Jaime II efetuou um acordo com seu genro, o Infante Pedro, tio de Afonso XI; por seu turno, D. Dinis buscou apoio no Infante João, senhor de Biscaya e irmão de Sancho IV, Maria de Molina e João Nunes de Lara, para fazer valer os direitos de sua filha Constança, mãe do Rei castelhano. Apesar de D. Constança representar, em teoria, a influência do mais alto grau do reino português na Corte castelhana, ela depositou a guarda do seu filho no Infante Pedro e no seu tio Jaime II, de Aragão.[13]

Os questionamentos relacionados à minoridade do Infante-rei expressam a própria realidade castelhana, ao exteriorizar a instabilidade da política do reino por meio de um poder o qual se alterava conforme a troca de tutores ou de regentes familiares do rei. Em razão dessas incertezas e fraquezas, às quais o reino se expunha durante a menoridade do Infante Alfonso XI, abriu-se um período favorável a brotar todo tipo de conspiração e lutas pelo poder, nomeadamente dos mais

11 GARCÍA FERNÁNDEZ, M. La política internacional de Portugal y Castilla en el umbral de la Edad Media, Nuevas Reflexiones sobre los viejos sistemas de alianzas dinásticas Peninsulares (1279-1357). In, *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, 1992, p.71

12 SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. La primera tutoria del rey. In *Alfonso XI (1312-1350).* Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995, p.50

13 GARCÍA FERNÁNDEZ, M. Don Dionis de Portugal y la minoría de Alfonso XI de Castilla (1312-1325). *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: Faculdade de História, 1992, v.9, p. 33-34

altos domínios da nobreza que aproveitavam aquela situação, a fim de arrebatar vantagens políticas e econômicas, contribuindo, assim, para aprofundar, ainda mais, a instabilidade geral de Castela.[14]

Essa instabilidade revelou-se quando o reino castelhano ficou dividido em duas facções. Castela, Galícia, Leon e Astúrias ficaram favoráveis à causa do Infante João, tio-avô do jovem rei, e Toledo e toda a Andaluzia apoiou o Infante Pedro, tio do novo monarca. Essa divisão motivou que cada lado proclamasse cortes próprias para deliberarem sobre a política do reino. Nesse contexto de incertezas, a própria mãe do Rei, D. Constança abandonou os partidários do Infante Pedro.[15] Dessa forma, os insucessos acumulados pela Rainha Constança, na tentativa de conseguir o apoio de Jaime II e do Infante Pedro em favor da tutoria do infante Alfonso XI, provocaram, mais uma vez, alterações nos rumos da política peninsular e mostraram-se irreversíveis quando Constança, sob a promessa de que seria a tutora do Rei, reconciliou e aceitou o auxílio de João Nunes de Lara e D. Dinis.

As mortes de Dona Constança, em 18 de novembro de 1313, e de João Nunes de Lara, em 1315, foram ocorrências que marcaram gradualmente o fim da influência dos reis de Portugal sobre Castela. O afastamento desse reino dos problemas de tutorado do rei castelhano não significou que tivessem terminado, ao contrário, a primazia pela tutela do rei foi motivo de novos confrontos no reino de Castela.

Para José Mattoso, a política externa portuguesa desse período foi dominada principalmente pelas relações com Castela, com a superioridade do reino português sobre o castelhano e, ao mesmo tempo, por uma posição de aproximação com a coroa aragonesa, geralmente favorável a Dinis, cujos resultados devem-se, em parte, ao considerável papel desempenhado pela Rainha Isabel. Mattoso acredita, além disso, que, após essa data, apesar de algumas tentativas de aproximação entre Portugal e Aragão, por meio de um acordo matrimonial de Violante, filha de Jaime II, na casa real portuguesa, D. Dinis substituiu os problemas políticos externos, causados com a morte do genro e rei de Castela, Fernando IV, em 1312, e a agitação, durante a minoridade do neto, Alfonso XI, pelas preocupações internas do reino, principalmente com a Guerra Civil deflagrada a partir de 1319 com o infante herdeiro.[16]

Apesar desse distanciamento em relação à política externa marcar os últimos anos do reinado de D. Dinis, isso não significou que os reinos peninsulares gozaram, a partir de então, de um desenvolvimento imune aos acontecimentos de seus vizinhos. Quando se analisam os

[14] GONZÁLEZ MÍNGUEZ, C. La minoría de Fernando IV de Castilla (1295-1301). Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval - As Relações de fronteira no século de Alcañices, In *Revista da Faculdade de Letras – Historia*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, Vol. XV, t. 2, II série, 1998, p. 1071-1072

[15] SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. Las Cortes de Palencia de 1313. In *Alfonso XI (1312-1350).* Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995, p.55.

[16] MATTOSO, J. Dois séculos de vicissitudes políticas, In *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 2, p. 153

documentos da época, principalmente nas cartas trocadas entre os reinos, é possível notar que os monarcas mantinham uma política voltada aos interesses dos filhos e netos diante das sucessivas crises sucessórias. Crises que, como já se afirmou, estavam associadas aos questionamentos e à revisão de acordos matrimoniais assinados no passado, quando os monarcas eram crianças.

Como exemplo da revisão desses acordos, foram as medidas tomadas pelo rei Alfonso XI, de Castela, na tentativa de reaproximar com Portugal, o que significava romper seu casamento com D. Constança, filha do castelhano, João Manuel, para casar-se com D. Maria, filha de Afonso IV, Rei de Portugal. Essa preocupação pode ser notada por meio de uma carta que Jaime II de Aragão escreveu a D. Afonso de Portugal, rogando para que ele não permitisse que o rei castelhano casasse com a sua filha.

> Rey, fazemos vos saber que al muy noble Don Johan, filllo Del infant Don Manuel, han dado a entender que El muy noble Rey de Castiella quiere lexar La Reyna su muger, filla Del dicto Don Johan, e que entiende a tomar por muger vuestra fiya. E nos esto non podemos creer por que non cuydamos que´l Dito rey de Castiella fiziesse tamanya deshonra al Dito Johan qui es de la casa de Castiella, nin a nos qui la dita Reyna ha tan grant deudo. E como la mengua e deshonra nuestra sea vuestra, así como la vuestra tomaríamos por nuestra, rogamos vos que en ninguna manera (…) consentiessedes, por que bien conoscedes que en ello faria el dito Rey muy mala obra e gran menosprecio al dito don Johan, e a nos (…).[17]

Esses rumores transformaram-se em realidade, quando Afonso IV, de Portugal, formulou uma proposta de dupla aliança com o reino castelhano. Sua filha, D. Maria, seria entregue ao seu primo co-irmão, Alfonso XI, rei Castelhano e D. Branca, filha do Infante Pedro, de Castela, tio de Alfonso XI e de D. Maria, filha de Jaime II, que viria para Portugal para se casar com o Infante Pedro, herdeiro do trono português.[18]

Com a concretização do acordo entre Afonso IV, de Portugal, e Alfonso XI, de Castela, os dois reinos tentavam sepultar as pendências relativas aos ajustes realizados entre Alfonso XI e seus antigos tutores, D. João, o Torto, irmão do seu avô paterno, Sancho IV e D. João, filho do Infante D. João Manuel, também parente pela linha paterna. Esse acontecimento se deu quando Alfonso XI completou 14 anos, em 1325, e projetou anular um pacto feito entre D. João Manuel e D. João, o qual previa que D. João Manuel entregasse sua filha, D. Constança, para se casar com D. João, o Torto, em troca do seu apoio para a tutoria do Infante Alfonso XI. Diante dessa situação, Alfonso XI, tentando desfazer o acordo, projeta casar-se com Constança Manoel, a mesma infanta que D.

---

17 MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. AD. Alfonso de Portugal. Cartas - reg.250, f.19 In *Jaime II de Aragón: su vida familiar.* Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948. v.3. p.324-325.

18 D. Branca era filha de D. Maria, filha de Jaime II de Aragão. Apesar da tentativa da mãe, em 1322, e do Jaime II, em 1324 seu avô Jaime II, casá-la com o primo e rei castelhano Alfonso XI, o Papa João XXII foi terminante na sua negativa devido ao grau de parentesco que havia entre eles.

João Manuel havia prometido para D. João, o Torto. Essa proposta levou este último a rebelar-se contra seu antigo aliado e com o Rei castelhano, gesto que lhe custou à vida quando D. Alfonso XI mandou apunhalá-lo, em outubro de 1326.[19] Apesar dos acordos firmados para a realização do matrimônio entre Afonso XI e D. Constança, essa aliança ganhou novos contornos na política peninsular quando repudiou a esposa e se casou com a infanta Maria, filha do rei de Portugal. Tais acontecimentos inflamaram ainda mais a política peninsular quando o rei castelhano mandou enclausurar a sua ex-esposa, D. Constança, na cidade de Toro.[20]

Aragão também entrou nesse conflito, pois rompia velhos acordos, principalmente porque Jaime II, além de ter sido um dos principais articuladores do casamento de Afonso XI, com D. Constança Manuel. Na época do acordo, casou uma de suas filhas D. Maria com o Infante Pedro, irmão do falecido Fernando IV, portanto tio de Afonso XI.

A tentativa de um acordo de paz entre Portugal e Castela foi colocada em prática quando, em 1328, Afonso IV, de Portugal, entregou sua filha, D. Maria, para se casar com Alfonso XI, de Castela. Em contrapartida, o rei castelhano entregou ao rei de Portugal, sua prima, D. Branca, de Castela, a fim de que estabelecesse laços matrimoniais com o Infante Pedro, filho do rei de Portugal e herdeiro do trono. Essas indecisões e mudanças de atitudes de Afonso XI devem ser entendidas, também, como conseqüência das diversas vicissitudes e a ações movidas em torno dos diferentes grupos políticos, mais especificamente, da alta nobreza, que disputavam privilégios durante a sua minoridade. Segundo Bernardo de Vasconcelos e Sousa,

> Nesse quadro, não deixa de ser sintomático que a 25 de Março de 1328 estes dois reis tenham estabelecido entre si um contrato pelo qual confirmavam todos os tratados e acordos anteriormente celebrados pelos seus respectivos pais, D. Dinis e Fernando IV. Em rigor, não nos encontramos perante um tratado, mas antes face a um documento em que se confirmam e reafirmam os tratados e acordos realizados entre os antecessores imediatos dos dois soberanos.[21]

Tal aliança logo se mostraria, mais uma vez, inconsistente, pois, alegando que a infanta Branca era doente e que não poderia ter filhos, o Infante Pedro a repudia e se casa com a infanta D. Constança Manuel, ex-rainha de Castela, ou seja, a mesma que havia sido abandonada pelo rei

[19] A preocupação de Jaime II com situação política castelhana também era uma questão familiar, pois D. Constança, filha de D. João Manuel era neta do rei aragonês.

[20] SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, Jose. Los privados del Rey (1325-1328). In Alfonso XI (1312-1350). Palencia: Editorial la Olmeda – Diputación Provincial de Palencia, 1995. p.121-145

[21] VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. *D. Afonso I V(1291-1357).* Mem Marins: Temas e Debates, 2009, p. 219

Alfonso XI, seu atual cunhado. Sendo assim, D. Constança casou-se com o irmão da segunda esposa do seu primeiro marido, pois D. Pedro e D. Maria eram irmãos.[22]

No entanto, os acordos de cooperação entre os reinos eram tão delicados e as alianças a tal ponto mal sucedidas, que o Rei castelhano, Alfonso XI, além de repudiar a infanta D. Maria, filha do Rei de Portugal, tornou pública sua relação com Leonor de Gusmão e ainda se opôs à vinda de sua ex-esposa, a Infanta D. Constança, a Portugal a fim de que se casasse com o herdeiro do trono português, o Infante Pedro.

Segundo Lalanda, as preocupações Afonso XI em relação à consolidação do matrimônio entre D. Constança Manuel e o herdeiro da coroa portuguesa estava no peso político que o pai da noiva possuía. Ao concretizar o acordo com Portugal, D. Manuel, importante duque de Panafiel, invalidaria os acordos resultantes da aliança matrimonial da filha com o monarca castelhano e transformaria o reino português em um imprescindível aliado das suas ações políticas contra Afonso XI. Aqui é possível perceber claramente o quanto as infantas ficavam a mercê das decisões políticas. Se Afonso XI casasse com Constança Manoel, poderia contribuir para aumentar, ainda mais, a importância política do sogro, caso recusasse poderia contribuir para um acordo entre o conde de Pinafiel e o rei Português e, como consequência, perder um aliado para o reino vizinho. Diante de tal situação, Afonso XI decide romper definitivamente com Constança Manuel e,

> É então sugerido o nome da infanta portuguesa D. Maria, o que trará dupla vantagem: o perigo de haver ataques pessoais ao rei diminuirá consideravelmente, pois D. Maria tem já uma idade núbil, pelo que a sucessão será muito mais cedo garantida; com este casamento, o rei de Portugal tornar-se-á aliado de Afonso XI, impedindo assim que D. João Manuel àquele se alie[23]

A guerra entre Portugal e Castela deflagrou-se a partir de 1336 e durou até julho 1339, quando, por influência do Papa Bento XII (1334-1342) e do Rei da França, Felipe VI (1328-1350), os dois reinos assinaram a Paz de Sevilha. Por esse acordo, os territórios reciprocamente conquistados eram restabelecidos e as alianças matrimoniais confirmadas: D. Constança Manuel unia-se ao Infante Pedro, de Portugal, e a Rainha D. Maria era reassumida como esposa do Rei castelhano, Alfonso XI.

Acabou? Não. Pois D. Constança teve a infelicidade de levar para Portugal, como dama de companhia, uma linda galega chamada Inês de Castro, cujos amores secretos com Pedro I estão imortalizados na história, na literatura e no imaginário da sociedade portuguesa.

---

22 FERNÃO LOPES. Crónica de D. Dinis In *Crônicas dos sete primeiros Reis de Portugal*, Ed. de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. II, 1953, p.164-165, 1952

23 LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira. A política externa de D. Afonso IV. In, *Revista da Universidade dos Açores*, História. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. XI, 1989, p. 107-151

Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages[1]

Escrita Histórica, Pensamento Histórico e Consciência Histórica na Idade Média

Hans-Werner Goetz
Universität Hamburg

Resumo

O artigo tenta dar uma visão geral sobre alguns aspectos importantes e abordagens recentes do pensamento e da escrita históricos na alta Idade Média. Baseado no reconhecimento de que a historiografia não é apenas a narração dos fatos, mas reflete os conceitos e percepções do autor, é antes de tudo um reflexo do conceito de história do autor e uma expressão de sua consciência histórica. Sob estas premissas, o artigo examina (1) o significado medieval de história, (2) a relevância do passado, e (3) a função de recordar o passado. Ênfase é colocada sobre uma análise do que "passado" realmente significava para os escritores medievais. Não havia clara fronteira entre "passado" e "presente", sendo ambos não só fortemente relacionados uns aos outros, mas tendo o passado também de grande importância para o presente. Assim, por um lado, havia um enorme interesse na história e uma profunda confiança de que a história poderia (e deveria) ser interpretada, porque era a revelação divina. A consciência histórica medieval era completamente orientada para o passado (como modelo), que, contudo, era percebido e medido por padrões modernos: o interesse medieval no passado estava enraizado no presente e era inspirado por interesses e intenções atuais: historiografia era uma "busca" do passado para o presente. Assim, cronologicamente, o passado era claramente incorporado em uma seqüência temporal, e era considerado importante para se referir às origens remotas ou mesmo míticas de certo sujeito histórico, enquanto que, em seu conteúdo, o passado adquiriu o caráter de uma "edificação atemporal" e foi usado (e abusado) para fins do presente. O resultado foi uma constante "presença do passado" e, mais ainda, uma "atualidade do passado". Esta não é uma contradição: a referência ao passado para fins atuais só foi possível porque o passado havia adquirido um caráter de respeito e legitimador, não menos com o propósito de criticar o presente – e crônicas foram escritas muitas vezes em momentos de crise.

Palavras-chave: historiografia medieval; consciência histórica; passado e presente

Abstract

The article tries to give an overview over some prominent aspects and recent approaches on historical thinking and writing in the early and high Middle Ages. Being based on the recognition that historiography is not just narration of facts, but reflects the author's concepts and perceptions, it is first of all a mirror of the author's concept of history and expression of his historical consciousness. Under these premises, the article examines (1) the medieval meaning of history, (2) the relevance of the past, and (3) the function of remembering the past. Particular emphasis is laid on an analysis of what „past" actually meant for medieval writers. There was no clear „border-line" between „past" and „present", both being not only strongly related to each other, but the past had also a strong relevance for the present. Thus, on the one hand, there was an enormous interest in history and a deep trust that history could be (and should be) interpreted, because it was divine revelation. The medieval historical consciousness was completely orientated towards the past (as a model), which, however, was perceived and measured by modern standards: the medieval interest in the past was rooted in the present and inspired by current interests and intentions: historiography was a "search" for the past for the sake of the present. Thus, chronologically, the past was clearly embedded in a sequence of time, and it was considered to be important to refer to the remote or even mythical origins of one's historical subject, whereas, by its contents, the past acquired the character of a „timeless edification" and was used (and abused) for present purposes. The result was a constant "presence of the past" and, even more, a "topicality of the past". This is not a contradiction: a reference to the past for present purposes was only possible because the past had acquired a respected and legitimizing character, not least for the purpose of criticising the present – and chronicles were often enough written in times of crisis.

Keywords: medieval historiography; historical consciousness; past and present

● **Enviado em: 10/09/2011**
● **Aprovado em: 19/11/2011**

[1] I wish to thank the organizers, Fatima Regina Fernandes and Renan Frighetto, for inviting me to give this paper on August 27th 2010 at Paraná State University. I have left it in its oral form and provided just some major references. Since this paper summarizes my own long-time research, it is inevitable that I refer to and quote from my own publications. I apologize for this drawback.

Historical writing, historical thinking and historical consciousness is a subject which has fascinated me for a long time and that I have dealt with from various perspectives. Of course, in a short paper, I can only raise some questions on this vast theme. For the present purpose, I thought it might be better not to deal just with one particular aspect which might be worth being discussed among medievalists, but rather give a more or less extensive survey of what is worthwhile discussing on this topic. So I shall raise some general questions and illustrate them by particular cases which, due to my own specialization, are restricted to the Early and High Middle Ages.

Let me begin with a few remarks on historiography itself.[2] Medieval historiography has always been a primary source for medievalists who, since the 19th century, have been equally aware of the difficulties which derive from the (political) bias of its authors. Since then, however, or, strictly speaking, during the last decades, our approach towards historiography has considerably changed and been extended. A medieval chronicler has not just written down „facts" (although he himself may have believed that he has), but has handed down a personal „construction" of his own perception of the historical process.[3] He does not report what actually happened, but how he believed that it happened, or how he imagined what happened or even how he wanted to see (or wanted his readers to believe) that it happened. Consequently, a chronicle is not so much a means for analyzing historical facts (although we, of course, *also* continue to use it for that purpose), but, in the first place, it gives us access to the perception and thinking of its author. Knowing that there is (and always will be) a gap between the chronicler's representation and the "real" history about which he is writing (and into which we are inquiring), but also due to our modern interest in anthropological perspectives, such as human thinking and perceiving, historians today lay much more emphasis on the analysis not only of the historical past but of its historiographical representation as such (not on history as facts, but on history as "memory").[4] In other words, we have become interested in the chronicler himself, his narrative and perception. For recent medievalists, the historiographer is not just a source, that is, a medium to get to the events and structures he is writing about, but has become interesting as an author, as a person, as a "concerned

[2] From the vast research on medieval historiography, I mention just a few titles: Benoït LACROIX, *L'historien au Moyen Âge*: Institut d'Études Médiévales, Montréal-Paris 1971; Bernard GUENÉE, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval:* Aubier Montaigne, Paris 1980; Franz-Josef SCHMALE, *Funktion und Formen mittelalterlicher Geschichtsschreibung. Eine Einführung*: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 1985 (repr. 1993); Deborah Mauskopf DELIYANNIS (ed.), *Historiography in the Middle Ages*: Brill, Leiden-Boston 2003; Nancy PARTNER, *Writing Medieval History*, London-New York: Hodder Education, 2005. Reference may also be given to the meanwhile five volumes by Erik KOOPER (ed.), *The Medieval Chronicle*, Amsterdam-New York: Editions Rodopi B.V, 1999-2008.

[3] Cf. Gabrielle M. SPIEGEL, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography,* Baltimore, London: Johns Hopkins University Press, 1997; Johannes LAUDAGE (ed.), *Von Fakten und Fiktionen. Mittelalterliche Geschichtsdarstellungen und ihre kritische Aufarbeitung*, Cologne-Weimar-Vienna: Böhlau, 2003.

[4] Cf. Rosamond McKITTERICK, *History and Memory in the Carolingian World*, Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

observer" of his world and as a "time witness" (of his epoch). The medieval perception of the world has become an important perspective and has always been my own favourite subject which I have tried to discuss theoretically and methodically as well as analyzing special authors and questions. In German I call it „*Vorstellungsgeschichte*", history of conceptions (as one might translate this untranslatable expression).[5]

Although we can investigate any kind of perception (and any objects), the most obvious aspect to inquire into when dealing with historiography seems to be to analyze the historical thinking and the historical consciousness of an author. Since all historiography is "reflection of discourses on the past"[6] and is written with the intention of memorizing the past for the present and for posterity, it is inevitably based on a certain concept of history (*Geschichtsbild*) and a certain historical consciousness (*Geschichtsbewusstsein*). There is no historiography without these elements. The first term covers a mental act of organizing the amorphous mass of historical information and knowledge into a more or less systematic process. The second term needs more explication. In my opinion it seems to be the wrong approach to believe, like some medievalists do, that medieval authors had no historical consciousness, or that they did not know any adequate criticism of the sources. What is meant is, in fact, that the authors did not have our modern consciousness: for example, they were not aware of the "historicity" of facts and their dependence on the epoch and on the historical context. Medieval history, therefore, was not historical science, but historiography. So far we can agree. This difference, however, is not what I am interested in. If these assumptions are true at all (and nowadays, we are aware of our own inadequacy in obtaining objectivity), this does not mean that medieval authors had no historical consciousness at all. It was rather just different. So what I prefer to do is to take terms like "historical consciousness" (or "state", or "society") as wide categories in order to ask what their specific character in the (Early) Middle Ages was. For example, medieval epics (such as the "*Nibelungenlied*" or the epics of Chrétien de Troyes or Hartmann of Aue) are an excellent indicator for the existence of a medieval historical consciousness, because they almost always adapt a historical plot (and this is significant), although they present it as if it happened in their own time (or at any time) – and this is also significant. I shall come back to that. So what I mean by "historical consciousness" is first, having a (certain) sense of history (and historicity) and of historical change, second, having a (theoretical and practical) concept of history as a process, and, third, having a (present) interest in history (which, for its part, results from ideological convictions and functions, for example, a search for a –

5 Cf. Hans-Werner GOETZ, *Vorstellungsgeschichte. Gesammelte Schriften zu Wahrnehmungen, Deutungen und Vorstellungen im Mittelalter*, ed. Anna AURAST, Simon ELLING, Bele FREUDENBERG, Anja LUTZ und Steffen PATZOLD, Bochum: Verlag Dr. Dieter Winkler, 2007.

6 Cf. SCHMALE, *Funktion* (n. 2), pp. 55 ff: „Reflektierter Umgang mit der Vergangenheit".

historical – identity), or, in other words: it includes a "topicality" of the past.[7] The historical consciousness is responsible for a close relation between the present and the past which is significant for all historiography which, indeed, is "re-presentation" of the past (in the double sense of this word). I have called this "the presence of the past".[8] "Historiography reveals the past as if it were present and it estimates the future by imagining it from the past", as Henry of Huntingdon writes in his "Historia Anglorum" in the 12th century.[9] To analyze the historical consciousness of former times (such as the Middle Ages), however, is an important subject, because historical thinking is an anthropological factor. There is no human being without history and – almost – no civilization without historical memory.

In the following I shall deal (exemplarily) with just three aspects (or questions):
– First, what does "history" mean in the Middle Ages and what are the criteria and methods of medieval chroniclers?
– Second, what does history (or the past) mean to them?
– Third, what is the function of their remembering the past?

1. What does "history" (and what does "historiography") mean in the Middle Ages?

It seems worthwhile to clarify (briefly) the meaning of history first, because this is a term used quite differently nowadays than in the Middle Ages. (Modern) Roman languages have only one word for "history": "history" (or, in Portuguese, "historia") whereas German has two words: "*Geschichte*" and "*Historie*", which makes quite clear that there are (at least) two (or three) inherent meanings of "history": the historical development and the historical narrative. (Moreover, nowadays, the sentence "I am studying history" can either mean "I am studying *the* history" or "I am studying history as a subject".) In the Middle Ages, *historia* does not mean "history" in this sense. According to the famous definition of Isidore of Seville in his widespread "Etymologies", "History is the narration of facts by which we learn what happened in the past".[10] This brief definition (which was repeated again and again throughout the Middle Ages) tells us much about

7 For a more detailed discussion, see GOETZ, *Geschichtsschreibung und Geschichtsbewußtsein im hohen Mittelalter* (Orbis mediaevalis. Vorstellungswelten des Mittelalters 1), Berlin: Akademie Verlag, 1999, pp. 13-31.

8 Hans-Werner GOETZ, *Die Gegenwart der Vergangenheit im früh- und hochmittelalterlichen Geschichts-bewußtsein*,in: Historische Zeitschrift 255, 1992, pp. 61-97.

9 Henry of Huntingdon, Historia Anglorum. The History of the English people prol., ed. Diana GREENWAY, Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 4: *Historia igitur preterita quasi presentia uisui representat, futura ex preteritis imaginando diiudicat.*

10 Isidore of Seville, Etymologiae sive Origines 1,41, ed. William LINDSAY, Oxford: Oxford University Press, 1911 (repr. 2008), p. 81: *Historia est narratio rei gestae per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur.*

the medieval concept of history: First, *historia* is *not* history, but the narration of history, or, in other words, *historia* is historiography. Second, it deals, however, with historical events (*res gestae*), that is, *real* events (*res* – and not just "words") which distinguishes it from fiction: historical events are "facts". Third, it deals with facts that happened in the past (*in praeterito*). Finally, it makes us acquainted with the past: we learn history from *historia*, from historiography. This closes the circle: *Historia*, as historiography, is the result of a kind of medieval historian's work inquiring into the past which informs others (the readers) about this past. Thus, in the Middle Ages, there is a strong cohesion between history, historical studies and historiography (all included in the same word).

And there is still another relation: *historia* is (not by chance) also the literal understanding of the Bible in exegesis (as opposed to an allegorical, that is figurative, and a tropological, that is, moralizing interpretation).[11] When, in the 12th century, Hugh of Saint Victor, uses Isidore's definition of (secular) history to explain the exegetical method (and mind that he does so in his chronicle),[12] this is a strong indication of the theological understanding of history: The Bible, in medieval thinking, is not just the "holy scripture" about God (and his people), but it is believed to have been written by God himself and thus to be divine revelation.[13] History, however, *is* biblical history and its continuation. So it also reveals the deeds and will of God. In Hugh's concept, history leads us from words and voices to their meaning (or significance) and thus to the "real things" (*res*). It has to do with time and comprises the "series of events" (*series rerum gestarum*). From here, Hugh continues, allegory leads to "mystical deeds", and tropology leads to "how to do mystical deeds". History (and allegory) derive from knowledge (*scire*, or "what should be known"), whereas tropology derives from "imitation" and leads to "what should be done".[14] All this has to be seen as a whole.

This concept of history, however, has strong effects on the understanding of a historian's (or historiographer's) work and its result: historiography as a literary genre. It would be completely misleading to say that medieval chronicles had no concept or no principles. According to Hugh of

---

11 For the medieval theory of exegesis, cf. Henri DE LUBAC, *Exégèse médiévale. Les quatre sens de l'Écriture*, 2 vols., Paris: Aubier Montaigne, 1959-1964.

12 Hugh of Saint Victor, De tribus maximis circumstantiis gestorum prol., ed. William M. GREEN, in: Speculum 18, 1943, p. 491: *Hystoria est rerum gestarum narratio per primam litterae significationem expressa.*

13 There are many works about the Bible in the Middle Ages, for example, La Bibbia nell'alto Medioevo (SSCI 10), Spoleto: CISAM, 1963 ; Willem LOURDAUX / Daniel VERHELST (eds.), *The Bible and Medieval Culture* (Mediaevalia Lovaniensia I 7), Leuven : Leuven University Press, 1979; Beryl SMALLEY, *The Study of the Bible in the Middle Ages*, Oxford: Oxford University Press, ^{3}1986 (^{1}1941); Pierre RICHÉ / Guy LOBRICHON (eds.), *Le Moyen Âge et la Bible* (Bible de tous les temps 4), Paris: Editions Beauchesne, 1984; Guy LOBRICHON, *La Bible au Moyen Âge* (Les Médiévistes français 3), Paris: Picard, 2003. Cf. now also Oliver RAMONAT, *Lesarten der Schöpfung. Moses als Autor der Genesis im Mittelalter* (Wissenskultur und gesellschaftlicher Wandel, ed. by the Forschungskolleg 435, vol. 36), Berlin: Akademie Verlag, 2010.

14 Hugh of Saint-Victor, De sacramentis Christianae fidei prol. 4 f, Migne PL 176, col. 184 f; Id., Didascalicon 5,2, ed. Charles H. BUTTIMER, Washington: Catholic University Press 1939, p. 96.

Saint Victor, history was determined by four factors: fact (*negotium*), man (or "person": *persona*), space (*locus*), and time (*tempus*).[15] Medieval historiography, however, was not so much the result of research but of search: it was compiled from other (and often from many) sources. Nevertheless, every chronicle was a new work which had its own characteristics. The author mainly had three possibilities to be original, namely choice, order and interpretation of the "facts" he gathered.[16] These aspects reveal his intentions. When, for example, Bernold of Saint-Blasien (a Gregorian reformer and chronicler at the end of the 11th century) rewrote and continued the chronicle of Herman of Reichenau, he selected those facts that dealt with papacy and Church reform, thus turning Herman's "imperial chronicle" into a "papal chronicle", by beginning with Christ (and Saint Peter, the first bishop of Rome), numbering the popes and emphasizing their deeds in contrast to the decay of the Empire because of the incompetence of the kings.[17] It is significant that medieval authors were not content with continuing the old chronicles which they appreciated, but they always desired to conceive their own, new versions to meet their needs, and it is these intentions that should interest us. Thus, while former historians asked what was new in Bernold and regarded those reports which they did not know already from Herman (as the better source), we should rather ask what is different in Bernold and why it is so.

The chronicler's main principles were recalled in many prefaces to chronicles.[18] These were: his object, namely the facts (*res gesta*) from which he selected those which seemed memorable to him (*memorabilia gesta*); then, a retrospective into the past; further, his wish to hand down the memory of the past to future generations (although he actually was writing for his contemporaries); next, time and chronological order, and, finally, the duty to report only that which was true. Truth is a very important criterion that was often mentioned, no matter how many lies were actually handed down and with what bias the author was writing. Facts, time and truth (or credibility) were the decisive criteria of medieval authors. With these criteria, however, the medieval author was well aware (and eager to emphasize) that historiography was *not* fiction, although he included remote reports that (in our perspective) were myths and fables: Just as in medieval eyes the Creation was not a "myth", but a fact, so also was the legendary foundation of Rome by Romulus and Remus or Alexander's search for paradise at the eastern end of the world (where the Middle Ages supposed its site to be).

---

15 Hugh of Saint-Victor, De tribus maximis circumstantiis gestorum (n. 12), p. 491; Id., Didascalicon 6,3 (n. 14), pp. 113

16 Cf. Gert MELVILLE, *System und Diachronie. Untersuchungen zur theoretischen Grundlegung geschichtsschreiberischer Praxis im Mittelalter*, in: Historisches Jahrbuch 95, 1975, pp. 33-67 and 308-341; GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 141 ff.

17 Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 250-258.

18 Cf. ibid., pp. 146-159.

In this sense, historiography had several functions:[19] It rendered knowledge about the past, about the "deeds of God", it memorized past events (in order to prevent oblivion), gave moral examples (for imitation), had a practical benefit (as an instruction for government and policies), was at the same time edification *and* entertainment[20] and it praised one's own institution. Medieval historiography, therefore, was practical (without lacking theory), it was political (there was no interest in social history or anthropology), it was universal history (even church chronicles or urban chronicles tended to integrate their institution and its beginnings into universal history). Thus it was also institutional history:[21] this was not so much "the Church", as one might think, or Christianity as a whole, but, within a Christian society, rather various parts of it: the kingdom, particular churches or monasteries, later on also noble families, cities, or territories. Last but not least, medieval historiography was, of course, integrated into the basic convictions about God's plan for the salvation of mankind: it was "a history of salvation". Of course, this is a fact that has been known for a long time, but we can add that it is already founded in the medieval (theological) concept of "history" and in the exegetical understanding of historiography. History is subject to time, and time is subject to the earth (whereas God, the angels and life after death are eternal). Consequently, all history has a goal, namely its end, and is moving directly towards this aim.

There are, of course, chronicles in which the intention is to interpret the whole history in the light of Christian theology. One of these (early) chronicles is Orosius in the early 5th century, a student of Saint Augustine, who tries to show that Roman history has become much more fortunate in Christian times.[22] Another is Otto of Freising in the 12th century, who interprets the whole history in the light of Augustine's theory of the two "states" (the "City of God" and the "City of the Devil").[23] Both chronicles were not written "by chance": In the 5th century, it was necessary to provide a Christian system of history. In the 12th century, it was necessary to find explanations for the great changes of the so-called Investiture Contest when Emperor and Pope became enemies and "State" and "Church" did not work together any more in perfect unity. (In fact, it was only then that people learned to distinguish between both, state and church.)

---

19 LACROIX, *L'historien* (n. 2), pp. 133-207; SCHMALE, *Funktion* (n. 2), pp. 143-164; GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 130 ff.

20 Cf. the significant title of the book by Nancy F. PARTNER, *Serious Entertainments. The Writing of History in Twelfth-Century England*, Chicago-London: University of Chicago Press, 1977.

21 Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 336-378.

22 Orosius, Historiae adversum paganos, ed. Carl ZANGEMEISTER (CSEL 5), Vienna 1882. Cf. Hans-Werner GOETZ, *Die Geschichtstheologie des Orosius*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980; Eugenio CORSINI, *Introduzione alle* Storie *di Orosio*, Torino: G. Giappichelli, 1968; Benoït LACROIX, *Orose et ses idées*, Montréal-Paris: Institut d'Études Médiévales, 1965.

23 Otto of Freising, Chronicon, ed. Adolf HOFMEISTER, MGH SSrG 45, 1912. Cf. Hans-Werner GOETZ, *Das Geschichtsbild Ottos von Freising. Ein Beitrag zur historischen Vorstellungswelt und zur Geschichte des 12. Jahrhunderts*, Cologne, Vienna: Böhlau, 1984.

Certainly, chronicles like Orosius's or Otto of Freising's remain an exception. In the meantime, it was not necessary to find new systems of interpreting history in a new way or create a new theology of history. Nevertheless, God was present everywhere: He is the Creator, the Governor and the Judge of the world, and he is reigning over his Creation according to a predestined plan.[24] Even in chronicles that seem to be very political and secular, or abound in stories of power and cruelty, like the "Histories" of Gregory of Tours about the Frankish kingdoms at the end of the 6th century, God is almost always present.[25] Significantly, Gregory begins his chronicle with a Creed (and not just the well-known Nicaean Creed, but one that interprets the Nicaean Creed according to the Catholic belief in Trinity, clearly directed against the Arian heresy).[26] Gregory, therefore, is a good example of what I want to emphasize. He believes in a providential plan by which God is reigning over history (concentrating on Creation, the Fall and Redemption, all three of which are seen in close connection). God protects "his people" (that is, in a religious sense, the Christians, and, in a political sense, the Franks) against their enemies (as, in a famous episode, he granted Clovis a victory over the Alamans as soon as the pagan Frankish king promised to be baptized).[27] God proves his existence and government by his interventions and miracles (and, beside his Histories, Gregory has handed down a lot of miracle stories) and he warns his people by these same miracles and by his prophecies. It may be disturbing, but, in fact, it is an integral part of his concept of history that Gregory scorns fortune tellers (who are not inspired by God himself), but strongly believes in celestial prophecies. When a woman had predicted the death of a king, he does not believe her, but goes to Church to open the Bible in order to find out whether the verse he opened "by chance" (but not really by chance) would predict something about the king or about his son who usurped his throne.[28]

Above all, although mankind would be judged in the Last Judgment, God is already constantly judging misdeeds in this world, particularly when the secular courts turned out to be ineffective. Gregory's histories are filled with divine judgments (or "ordeals"). Thus a priest who rebelled against a bishop to become bishop himself died during a banquet (inappropriately celebrated even before his election) and, moreover, his death was predicted in a servant's dream.[29] When a queen poisoned the king's son from his first marriage (in order to warrant the succession of

[24] Forthcoming: Hans-Werner GOETZ, *Gott und die Welt. Religiöse Vorstellungswelten des frühen und hohen Mittelalters*, vol. 1,1: *Das Gottesbild*, Berlin: Akademie Verlag, 2011.

[25] For Gregory's theological concept, cf. Martin HEINZELMANN, *Gregor von Tours (538-594). „Zehn Bücher Geschichte". Historiographie und Gesellschaftskonzept im 6. Jahrhundert*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1994, particularly pp. 136-167.

[26] Gregory of Tours, Historiae 1 praef., ed. Bruno KRUSCH, MGH SS rer. Mer. 1, 1937-1951, pp. 3 ff.

[27] Ibid. 2,30, pp. 75 f.

[28] Ibid. 5,14, p. 212.

[29] Ibid. 2,23, pp. 68 f.

her own son), she lost her son "by the judgment of God".[30] There are many stories like this in Gregory's "Histories". Even more, people were expecting and relying on divine judgments. When an apparent son of King Chlothar I, Gundowald, rebelled against the king, but finally was left by his own followers and seized by the king's officers, he raised his hands and eyes to heaven and said, "Eternal judge and true avenger of innocence, God, from whom derives all justice [...], to you I entrust my case and I beg you to rush over for revenge on those who have surrendered me, who am innocent, into the hands of my adversaries". His wish was fulfilled (although this rebelling prince equally died).[31]

In the 12th century, historiography "systematized" the theology of history, by emphasizing, for example, in a kind of exegetical historiography, that history was divided into six ages (so the sixth age, beginning with Christ's Incarnation, must be the last one) or into four great realms. Here, equally, when Rome, according to the prophecy of the prophet Daniel in the exegetical interpretation of Saint Jerome, was the fourth and last empire, people must still live in the Roman Empire which, meanwhile, had been "transferred", first to the Greeks, then to the Franks, and finally to the Germans.[32] Or they believed that history, like the sun, rose in the East (Babylon) and ended in the West, the "Occident". All this is widely known, but nevertheless it is very significant in characterizing the medieval way of historical thinking. Instead of expanding on this point, I would like to turn now to my second aspect:

2. The Concept of the Past in Medieval Historiography

A first point may be the question what "past" actually meant for medieval writers. Although the past played an important part, there is (almost) no term corresponding to our term "past", or, rather, there is a term, *praeteritum*, which, however, was seldom used in this sense but meant "last year", referring to a past that had only just "passed". And there is no medieval definition of the "past". (There is only the famous definition of Saint Augustine that the only real time is the present, which, however, does not really exist, because as soon as it arrives it immediately becomes past in the next moment.[33]) That is why, in a recent article, I tried to find out the medieval perception of "the past" (which, astonishingly enough, has never been done before).[34] I can only summarize some

30 Ibid. 4,25, p. 156.
31 Ibid. 7,38, p. 360.
32 Cf. Werner GOEZ, *Translatio Imperii. Ein Beitrag zur Geschichte des Geschichtsdenkens und der politischen Theorien im Mittelalter und in der frühen Neuzeit*, Tübingen: Mohr-Siebeck, 1958.
33 Augustinus, Confessiones 11,20 (27), ed. Lucas VERHEIJEN (CCL 27) Turnhout: Brepols, 1981, p. 207.
34 Hans-Werner GOETZ, *Vergangenheit und Gegenwart. Mittelalterliche Wahrnehmungs- und Deutungsmuster am Beispiel der Vorstellungen der Zeiten in der früh- und hochmittelalterlichen Historiographie*, in: Hartmut BLEUMER / Hans-Werner GOETZ / Steffen PATZOLD / Bruno REUDENBACH (eds.), Zwischen Wort und

of the results here in a few sentences. For lack of a clear term, we can only grasp the medieval perception of "past" indirectly, for example, by temporal expressions, such as "formerly", "at that time" or "once" or just "old" (*vetus*) or "ancient" (*antiquus*). Viewing all this evidence together, it seems impossible to say where the past begins and where it ends: it could mean something very remote, but also something that happened just recently. Obviously, the time in between is not decisive. Decisive is rather the subject (or content), the fact that something does not exist any more (in this sense) in the present. In the meantime, therefore, there had been a change. (That is why "then" and "now" are very often contrasted.) This could refer to a past kingdom, or a past office, or a past title (for example, when the present "emperor" still was a "king"), but it was still the same person so, in spite of this change, the past could continue until the present as well, or have repercussions on the present; it could mean "being past" or "still being valid". The same applies to the term "old". Ancient buildings could be venerable as well as dilapidated objects of decay (and yet worthy of conservation). So past things (or events) were normally esteemed, although not everything which was old was worth being admired. This left some scope for interpretation. Such observations may seem rather vague, but it is significant for the medieval understanding of the past as a "relative" (or relational) thing being always related to the present (while at the same time being distinguished from it): by comparing past and present events (Orosius, for example, does this constantly), by stressing continuity, by restoring decayed objects, or by contrasting an ideal past with a declining present. Thus it sheds light on my other aspect: the relevance of the past.

It is an obvious fact (and will become clearer by my following examples) that medieval authors regarded the past not only as being something very important, but as a kind of "authority". An old custom had the same legal validity as a law. Moreover, medieval chroniclers had a developed consciousness of a historic nature of the world. "He who does not look back to the origins will not discern the future," Saint Augustine had taught.[35] This attitude explains the widespread appreciation of history and historical writing during the Middle Ages. It also explains the huge number of historiographical works and manuscripts that survived, the variety and development of historiographical genres and the distribution of texts: while most so-called "contemporary chronicles", which are esteemed by modern historians, were barely copied in the Middle Ages and are often preserved in no more than just one or two manuscripts, histories of the past were often widespread,[36] above all the short chronicles ("*Imago mundi*"): The "Historiae adversum paganus" of Orosius have been handed down to us in 107 manuscripts, the chronicle of

---

Bild. Wahrnehmungen und Deutungen im Mittelalter, ed., Cologne, Weimar, and Vienna: Böhlau, 2010, pp. 157-202.

35 Augustine, De civitate Dei 7,7, ed. Bernhard DOMBART and Alfons KALB, Leipzig: Teubner, 1928/29, p. 283: *In omni enim motu actionis suae qui non respicit initium non prospicit finem.*

36 Cf. GUENEE, *Histoire* (n. 2), pp. 248-274.

Jerome in 63, the 'Imago mundi' of Honorius in 39 manuscripts from the 12th and 13th centuries alone, the late medieval "Flores temporum" in 120 manuscripts (and, of course, many other manuscripts which existed have been lost). So our estimation of medieval historiography seems completely different from that of medieval people themselves who were much more interested in past events than in their own present. Also (what is hardly known) the majority of records of saints' lives are dealing with past saints and not with those who have recently died.[37]

3. The medieval historical consciousness

Three (or rather four) aspects characterize the medieval historical consciousness: First, it had a (very particular) sense of historicity; second, it had a consciousness of the present that was orientated towards the *past*, but, third, this was at the same time a consciousness of the past completely orientated towards (or according to) the *present.* Finally, fourth, it may be added that this was equally a historical consciousness orientated towards the future (although I am not entering into this point here). The most famous example is the chronicle of Otto of Freising who ends his work with an eighth book on the – eschatological – future by collecting all – biblical, exegetical and philosophical indications about the end of time. So even eschatology could become a part of chronicles. I shall deal with the first three aspects to illuminate the relation of past and present in medieval historiography.

a. A sense of historicity

Medieval authors were aware of at least four important factors: that history consisted of "facts" (and not of "fiction");[38] that it was strictly tied to time and meant constant change and development (which, in those times, of course, was seen as a political development); that history had a sense; and, therefore, that history (or facts) should be interpreted (to find out this sense). This made it worthwhile investigating the past.

Nevertheless, we observe an ambiguous relation towards time.[39] On the one hand, we find a perception of historical (political) change (for example, the rise and fall of kingdoms) and observe

[37] Cf. Hans-Werner GOETZ, *Vergangenheitswahrnehmung, Vergangenheitsgebrauch und Geschichtssymbolismus in der Geschichtsschreibung der Karolingerzeit*, in: Ideologie e pratiche del reimpiego nell'alto medioevo (Settimane distudio 46), Spoleto: CISAM, 1999, pp. 177-225, particularly pp. 197 f.

[38] Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 134-159.

[39] Cf. Hans-Werner GOETZ, *The Concept of Time in the Historiography of the Eleventh and Twelfth Centuries*, in: Gerd ALTHOFF / Johannes FRIED / Patrick J. GEARY (eds.), Medieval Concepts of the Past. Ritual, Memory, Historiography (Publications of the German Historical Institute), Washington-Cambridge: University of Notre Dame Press, 2002, pp. 139-165.

great efforts to find out the exact chronology, by establishing chronological tables, an annalistic order, giving several dates for important facts or making chronology visible: Hermann of Reichenau noted the years of the incarnation (Anno Domini) on the left margin of the page, whereas on the right margin he noted the names of the kings or emperors with the duration of their reign so that the events were framed by this chronology**.** Frutolf of Michelsberg presented his chronicle even in the form of chronological tables: the columns name the single kingdoms of the epoch (the biblical history being placed in the first column) and contain the year of the rule of the single kings. A new king is mentioned on the margin and the number I (his first year of reign) as well as the first letter of his name stand out in red. The kings of the great realms were numbered. In Christian times, Frutolf followed the incarnation era (even when there was no event to be entered), adding the year of the king's reign on the outer margin. When a new king took office, he added furthermore the era from the beginning of Rome (*ab Urbe condita*).

On the other hand, medieval historical thinking is characterized by a sort of "timelessness": it lacked an understanding of a structural alterity and individuality of historical epochs, by emphasizing continuities, immediate comparability and structural similarities. It was not the "pastness of the past" that was of interest, as Janet Coleman says, but a "timeless edification".[40] Medieval pictures, therefore, were never portraits; people did not wear the livery of their epoch, but were shown in contemporary dress. In the chronicle of Otto of Freising we find illuminations representing the important "stages" in history, for example the transfers of power to new realms and dynasties. So Augustus, Charlemagne and Otto I represent three of these major changes in history; nevertheless, the three emperors look identical and wear the same regalia (Augustus, for example, does not bear a diadem, but a crown, not a toga, but a medieval coronation dress held together by a fibula)**.** So the various persons can never be recognized by their appearance, but only by the titles or texts which explain the pictures. However, Otto's drawings demonstrate neither ignorance nor negligence, but are an expression of a figurative historical consciousness which stresses the continuity of the Roman Empire, while at the same time this empire has been transferred to new realms and dynasties (this is the famous doctrine of the *translatio imperii* converted here into pictorial representation).[41] All this seems rather anachronistic in our eyes: In medieval chronicles, for example, Roman forts become medieval castles, Germanic peoples become Germans; Charlemagne was not only a great emperor, but later on also regarded as a knight and a crusader to

[40] Janet COLEMAN, *Ancient and Medieval Memories. Studies in the Reconstruction of the Past*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 294 and 324.

[41] Cf. Walther LAMMERS, *Ein universales Geschichtsbild der Stauferzeit in Miniaturen. Der Bilderkreis zur Chronik Ottos von Freising im Jenenser Codex Bose q. 6*, in: Alteuropa und die moderne Gesellschaft. Festschrift Otto Brunner, Göttingen 1963, pp. 170-214 (repr. ID., Vestigia mediaevalia. Ausgewählte Aufsätze zur mittelalterlichen Historiographie, Landes- und Kirchengeschichte, Wiesbaden: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979, pp. 45-87).

the Holy Land (long before the crusades began).[42] For medieval writers and readers, however, this was not anachronism, but direct expression of the sense of the past. The authors realized historical changes, but integrated them into the framework of continuity. This relation made it possible, and even desirable, to constantly compare past and present events (which could also be related to each other by typology and symbolism, former events serving as "symbols" or "types" of their later fulfilment). For the same reason, contemporary affairs or situations could be described with words borrowed from ancient authors and the names of ancient peoples were used for modern ones if they were seen in an immediate sequence (thus, the Hungarians were still called, and seen as, Huns).

b. Historical consciousness orientated towards the past

When chroniclers turned to the past, it was because the past was considered to be important. Paul the Deacon wrote his history of the Lombards when their kingdom no longer existed (but was conquered by Charlemagne)[43] and he might have conceived it as a continuation of Roman history, about which he had written another chronicle before, his "Historia Romana".[44] In fact, all his (three) chronicles[45] are histories of the past (and in writing about the past, Paul turned out to be very "normal"). It may also be considered significant that Paul does not end his history of the Lombards with their last king, Desiderius, but with Liutprand, the last ideal king. Frechulf of Lisieux even ended his universal chronicle when the power of Romans and Goths shifted to Franks and Lombards.[46]

A very important aspect is the fact that chroniclers started with the very beginning (of their subject). "He who knows the source (or spring)," Walter of Marchthal wrote, "will easier find and pursue the courses of its river."[47] However, they were not only searching for the origins, but sought to find them with preference in a very remote past. These origins were often enough "invented" (if not by the chroniclers themselves, then by a long tradition, which is all the same when looking for the historical consciousness). "Inventing the past", however, means in itself that it seemed to be

---

42 Cf. Bernd BASTERT (ed.), *Karl der Große in den europäischen Literaturen des Mittelalters. Konstruktion eines Mythos*, Tübingen: Niemeyer, 2004; Matthew GABRIELE / Jace STUCKEY (eds.), *The Legend of Charlemagne in the Middle Ages. Power, Faith, and Crusade*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

43 Paulus Diaconus, Historia Langobardorum, ed. Ludwig BETHMANN and Georg WAITZ, MGH SS rer. Lang., Hanover 1878, pp. 12-187.

44 Paulus Diaconus, Historia Romana, ed. Hermann DROYSEN, MGH SS rer. Germ. 49, Hanover, 1879.

45 His third work is the Gesta episcoporum Mettensium, ed. Georg H. PERTZ, MGH SS 2, Hanover 1829, pp. 260-270.

46 Frechulf of Lisieux, Chronicon, ed. Migne PL 106, col. 915-1258; ed. Michael I. ALLEN, *Frechulfi Lexouiensis episcopi Opera omnia*. 2 vols. (Corpus Christianorum, Continuatio Mediaeualis 169-169A), Turnhout: Brepols, 2002.

47 Historia monasterii Marchtelanensis prol., ed. J.A. GIEFEL, Vierteljahrshefte für Landesgeschichte 13, 1890 (Württembergische Geschichtsquellen 4), p. 5: *cognito fonte, facilius rivulos eiusdem inveniamus.*

extremely important to *have* a long history and a remote past! One of the most significant examples for this feature is, of course, the fact that universal chronicles begin with the Creation. In the Early Middle Ages, nearly all Germanic peoples derived their origins from (very) ancient peoples (whereas none of these peoples thought or knew that they were "Germanic", which is indeed a historical construction of the Renaissance and, again, of German nationalism of the 19th century). So, according to Fredegar, the Franks believed that their ancestors had come from Troy (just as, according to Vergil, the Romans had).[48] By this construction, the Franks made themselves "brothers" of the Romans (and thus overcame the fact that they only succeeded the ("falling") Roman Empire in Late Antiquity: It was considered much more important to be as old as the Romans than to draw one's self-awareness from their victory over the Romans. Other peoples invented similar origins.[49] This was not only continued throughout the Middle Ages, but writers even tried to surpass their sources. According to the Gesta Treverorum, the chronicle of Trier, a son of the first Assyrian king Ninus named Trebetas was expelled by his stepmother Semiramis and came to the river Moselle to establish a city and realm here (his name, Trebetas, was seen as a proof that he must be the founder of Trier, Treveri).[50] Consequently, the history of Trier was perceived as being much older than Roman history (and the Roman buildings – still existing today –, such as the famous Porta Nigra, the "Black Portal", are attributed to this mythical figure Trebetas). Moreover, according to the same chronicle, the city was founded in the seventh year of Abraham (thus giving it a biblical parallel). A second origin of Trier was Christian: The author of the *Gesta*, like so many others, believed that the bishopric was established by a follower of Saint Peter, Eucharius, whereas, in fact, Gaul had not been Christianized before the 3rd century. There are numerous examples like this. To mention only one more: The city of Merseburg, a bishopric since Otto I (in 968), is interpreted as the "City of Mars" (the Roman god of war) and imputed to Caesar by the episcopal chronicle of this city.[51] The question, however, is: Why did they do this?, which leads us to our last aspect:

48 Fredegar, Chronicon 2,4 ff, ed. Bruno KRUSCH, MGH SS rer. Merov. 2, Hanover, 1888, pp. 45 ff; ibid. 3,9, p. 94.

49 For the Origines gentium, cf. Alheydis PLASSMANN, *Origo gentis. Identitäts- und Legitimitätsstiftung in früh- und hochmittelalterlichen Herkunftserzählungen* (Orbis mediaevalis. Vorstellungswelten des Mittelalters 7), Berlin: Akademie Verlag, 2006; Magali COUMERT, *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge occidental (550-850)*, Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2007.

50 Gesta Treverorum 1 ff, ed. Georg WAITZ, MGH SS 8, Hanover, 1848, pp. 130 ff.

51 Annales Magdeburgenses a. 938, ed. Georg H. PERTZ, MGH SS 16, Hanover, 1859, p. 143.

c. The topicality of the historical consciousness

In fact, the consciousness of the past was rooted in and strictly orientated towards the present. In most (or many) cases, the reference to the past served current or topical aims.[52] This is not a contradiction: a reference to the past for present purposes was only possible if the past was respected and had gained a legitimizing character; thus, it presupposes a historical consciousness (of the past). Nevertheless, the past was not (only) an end in itself, but used for present purposes. The authors did not just "write" history, but they used (and also "abused") it with certain aims and purposes, not only to explain, but also to justify the present. The ancient origins were emphasized in order to maintain (or, more often, regain) a pre-eminence (which had been lost in the meantime – or sometimes even never existed). The "origin legend" of Trier that has already been mentioned, for example, served to claim that Trier was the oldest of the three "Rhenish" archbishoprics (Trier, Cologne, and Mainz),[53] and it is significant that it did not seem sufficient that Trier actually was the oldest see, but that the chronicler transferred its origins (as I have mentioned) into a dim and distant past. This has to be seen, however, against the background that the three archbishops competed for priority, and in the 12th century, Trier had already distinctly fallen behind the others. So the chronicle tried to compensate this loss. When, in the 1060s, Adam of Bremen complemented his chronicle of the archbishops of Hamburg by a fourth book on the ethnography and Christianization of Scandinavia, he did so against the historical background that the claim of Hamburg to be archbishopric for all Scandinavia had been increasingly threatened (*if* this superiority had ever existed at all in the past) – and a few decades later, in 1104, the foundation of the archbishopric in Lund in Denmark did indeed mean ecclesiastical independence for Scandinavia.

A famous (although complicated) case for "national" self-awareness is Geoffrey of Monmouth's "Historia regum Britanniae" (the basis for the literary and vernacular epics on King Arthur). Like the other "origines gentium", Geoffrey defers the beginning of the Britons to a certain Brutus who (again) came from Troy and founded London.[54] The enormous success of this chronicle, which is handed down in 217 manuscripts, reveals the broad impact of such thinking (and it is not by chance that from such a tradition even nowadays England is still called "Britain"). Thus, Britain refers not to the Anglo-Saxons, but to the Britons before them and to the huge realm of King Arthur, which, at the same time, means: to a far remote, but also to a Christian past (in comparison

52 Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 243-409.

53 Cf. Egon BOSHOF, *Köln, Mainz, Trier – Die Auseinandersetzung um die Spitzenstellung im deutschen Episkopat in ottonisch-salischer Zeit*, in: Jahrbuch des Kölnischen Geschichtsvereins 49, 1978, pp. 19-48.

54 Cf. Francis INGLEDEW, *The Book of Troy and the Genealogical Construction of History: The Case of Geoffrey of Monmouth's* Historia regum Britanniae*,* in: Speculum 69, 1994, pp. 665-704. For the topicality of Geoffrey's report see Julia CRICK, *Geoffrey of Monmouth, Prophecy and History*, in: Journal of Medieval History 18, 1992, pp. 357-371.

with the pagan Anglo-Saxons). Geoffrey's History is a legitimization of the British population, but also of the English people directed against the Anglo-Norman conquerors since William I (and his conquest in 1066). Nevertheless, it was soon adopted by the Anglo-Normans who (at the latest after Brittany became part of the Angevin realm under Henry II) claimed to be the true heirs as descendants of the British people who had been expelled from Britain to Brittany by the Anglo-Saxons, but now had returned from Gaul to rule over England. So this very complicated case proves the importance of legitimization through history in each of its branches.

Another important example is provided by the polemical literature (or treatises) of the Investiture Contest.[55] Although the two "parties" (those who favoured the king and those who were in favour of the pope) had a strictly contrary bias and followed different intentions, both were completely united in their methods and arguments (and, moreover, both sides condemned the discord and disunity as such): historical arguments were used side by side with biblical, legal, and theological ones. The authors tried to prove that their own case was right by indicating historical precedents, for example: Gregory VII had the right to excommunicate and depose Henry IV because former popes had done so before (whereas pro-royal authors tried to show that such precedents had not been depositions etc.). The examples were seldom correct (the Roman Emperor Theodosius, the most famous example, had not been excommunicated by Ambrosius, but had only been imposed to do penance; Lothar II, in his "marriage affair", equally had never been excommunicated by a pope; nevertheless they were interpreted this way, whether the papal authors wanted to see it like this, whether they followed older traditions or whether they simply misinterpreted their sources by applying modern standards. As far as the royal right to invest bishops was concerned, we find the same argumentations, only in an opposite direction: now the royalists searched for precedents, whereas the papists denied their existence or their reliability. So both sides interpreted their sources differently, although they were often the same, but nobody doubted the probative value of history; rather both sides completely agreed in admitting that history (the past) provided examples that were legally binding for the present. Even more, both sides based on the same historical ideals (such as Constantine or Charlemagne). So behind the historical argumentation we find a distinctive historical consciousness (albeit one that does not conform with our sense of historicity).

Another aspect (only seemingly different, but, in fact, related) is *criticism* of the present by referring to past ideals. Thus Nithard, a follower of Charles the Bald in the hefty struggles between the sons of Louis the Pious and the narrator of these fights, begins and ends his "Histories" by

55 Cf. Hans-Werner GOETZ, *Geschichte als Argument. Historische Beweisführung und Geschichtsbewußtsein in den Streitschriften des Investiturstreits*, in: Historische Zeitschrift 245, 1987, pp. 31-69.

referring to Charlemagne: when he died in old age, he left the whole of Europe filled throughout with good after he had tamed the ironed hearts of the Franks and the barbarians.[56] And he closes with a warning not to neglect the welfare of the realm; in the times of Charlemagne, he writes, there was peace and unity all around, whereas now there is discord and quarrel.[57] It is completely clear that a dreadful present, confronted with the model of the past, should criticize and admonish the contemporaries. Probably the so-called Astronomer (the biographer of Louis the Pious) also wrote this life story in order to confront the quarrelling sons with the mirror of an ideal king-father.[58] So the past, again, is the model according to which the present should be shaped (and this also explains the function of historiography: to *present* a past that should be imitated – or avoided, because the past held not only good examples in store, but also bad ones; thus it is not true that old times were good in themselves, as former research believed). When Notker the Stammerer began his "Deeds of Charlemagne" with an original interpretation of the dream of Daniel of a statue in four parts indicating the four empires of the world, claiming that Charles had established a new head of a new statue in the Franks,[59] it seems as if the author excels the present over the ancient past. However, he wrote 70 years after Charlemagne's death. So he, again, creates a past ideal. Moreover, by alluding to the former realms, he puts Charlemagne in a continuation with universal history from the beginning. Nevertheless, this ideal past could be a far remote one, but also a rather recent one.

The origins of the author's own institution (whether invented or historical) were linked with the present, for example, by the series of office-holders (bishops or abbots) in ecclesiastical chronicles. Here again, the past was often distinguished (once more) by stylizing (early) bishops or abbots as being holy. In the chronicle of the diocese of Toul nearly all the former bishops had been saints (or so the chronicle claimed).[60] It was no less important to keep their memory (or that of the founder or other important persons) alive. Here we find a close connection between commemoration by prayer ("*Gebetsgedächtnis*") and historiography. To mention another example for "institutional history" of a different kind, one could refer to the "Historia Welforum",[61] the oldest German "family history", namely the history of the Welfen, a noble family from Suavia who

---

56 Nithard, Historiae 1,1, ed. Ernst MÜLLER, MGH SSrG 44, Hanover, 1907, p. 1.

57 Ibid. 4,7, pp. 49 f.

58 Cf. Hans-Werner GOETZ, *The perception of "power" and "state" in the Early Middle Ages. The Case of the Astronomer's 'Life of Louis the Pious'*, in: Björn WEILER / Simon MACLEAN (eds.), Representations of Power in Medieval Germany, 800-1500, (International Medieval Research 16), Turnhout: Brepols, 2006, pp. 15-36.

59 Notker Balbulus, Gesta Karoli Magni imperatoris 1,1, ed. Hans F. HAEFELE, MGH SSrG n.s. 12, München ²1980, pp. 11 ff.

60 Gesta episcoporum Tullensium, ed. Georg WAITZ, MGH SS 8, Hanover, 1948, pp. 631-648; cf. GOETZ, Geschichtsschreibung (n. 7), pp. 304-311.

61 Historia Welforum, ed. Erich KÖNIG (Schwäbische Chroniken der Stauferzeit 1), Stuttgart, Berlin: Kohlhammer, 1938 (repr. Sigmaringen: Thorbecke, 1978). Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 361-371.

temporarily became dukes of Bavaria and then also of Saxony (around Henry "the Proud" and Henry "the Lion"). The "Historia" transfers the origins of this family to Roman times (referring to Catilina, because "Welf", the leading name of the family, means "little pup or whelp" (*catulus*). In my opinion this chronicle is characterized by three elements: first, a dynastic consciousness (being interested in the series of generations), second an "official" consciousness (consciousness of the office) (being mainly interested in the office-holders of the family, the counts and dukes), and, third, a "princely consciousness", trying to show the equality of the *Welfen* with the royal family (thus claiming the status of a king for its own dynasty). Similar things might be said about urban chronicles and an "urban (or rather patrician) historical consciousness", beginning in the 12th century in Italy. It is not by chance that Caffaro began his Annals of Genoa[62] in 1099, the year of the foundation of the urban municipality ("Kommune"), but also with the First Crusade which made Genoa rich and at the same time supplied a religious background. When he regards Genoa as the institution which maintained the "customs of the Romans" (*mos Romanorum*), Caffaro stylizes his city to be the successor of the Roman tradition.

My examples display two further elements which may be briefly mentioned because they highlight the function of the chronicles. On the one hand, historiography creates (or intends to create) a historical identity (or, rather, a whole set of identities of which a "national", or "pre-national", identity was not the most important element). Nevertheless it is significant that in Northern and Eastern Europe, we find "national chronicles" after the establishment of independent kingdoms. Since each human being has several identities, it is interesting to note what happened when these came into conflict with each other. Adam of Bremen had a "German" identity (in the political sense of the word) as long as this was not in disfavour of Saxony, and he was Saxon as long as this did not concern his church (the archbishopric of Hamburg and Bremen). Helmold of Bosau was concerned with the Christianization of the Slavs, but even after their baptism maintained a strong antagonism between "Germans" and Slavs: for him the "national" (or ethnic) distinction was obviously more important than the religious contrast between Christians and pagans.

On the other hand, most chronicles were not written in the heyday of their institution. Quite on the contrary, they were written in times of crisis, when it was necessary to recollect the former status (whether with justification or invented) and to legitimize these claims. Adam of Bremen recalled Hamburg's past when its (ecclesiastical) domination over Scandinavia was threatened (and Adam began his chronicle with a lamentation about the desperate state of his see); Bonizo of Sutri wrote his "papal chronicle" when Gregory VII had reached his low point and was captured by the Normans, in order to justify the just cause of the Gregorians and to strengthen his followers and

[62] Caffaro, Annales Ianuenses, ed. Luigi Tommaso BELGRANO (Fonti per la storia d'Italia 11), Rom, 1890, pp. 3-75. Cf. GOETZ, *Geschichtsschreibung* (n. 7), pp. 373-378.

encourage them to continue fighting for their principles; and Otto of Freising even believed that the end of time was near, and so on (one could mention many more examples). Looking back to one's past was obviously often stimulated by a sad and catastrophic present.

*

The aim of my paper was to give just some impressions of the broad spectrum inherent in the question of a historical consciousness in (medieval) historiography and to reveal something of its underlying conditions. Historiography is a complex genre with many functions. It is (always) the result of a historical consciousness and often meant to create or confirm such a consciousness. In the Middle Ages, this is based on an enormous interest in history, the conviction of an outstanding relevance of history and a deep trust that history could be (and should be) interpreted, because it was divine revelation. (Historiography was kind of exegesis, with a literal, an allegorical, or figurative, and a moral "message".) Nevertheless, it remained political historiography, in a medieval manner that might be called a "secularized sacrality". Consequently, this was a medieval kind of consciousness that seemed completely orientated towards the past and was focused on old ages and ancient (or even mythical) origins rather than on the "real" historical beginnings. If history could not only be used, but also be "abused", this is because it was relevant. (This is one of the paradoxes historians have to live with.) Nevertheless, the medieval interest in the past was always (or nearly always) rooted in the present, inspired by current interests and intentions and written for contemporary people. Consideration of the past was explanation, legitimization and formation of the present; it meant coming to terms not with the past (as in Germany after the Nazi period), but coming to terms with the present by means of the (better, or even ideal) past. It is here we have to look for its functions. Historiography was a "search" for the past for the sake of the present and in a modern perspective. Its result is a constant "presence of the past" and, even more, a "topicality of the past" that could be used directly without regarding the difference in times and conditions. That is why ancient times and persons were seen (and dressed) in contemporary perspectives (and clothes). Medieval historiography was not "research" in a modern sense (although it did not lack any criticism). But perhaps we should not exaggerate this difference, because historical sciences today are also firmly rooted in the present – and, no doubt, further generations will easily notice our modern misinterpretations.

RESENHAS

GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, 373p.

Elaine Cristina Senko
Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 19/11/2011**
● **Aprovado em: 01/12/2011**

Jack Goody (1919-) é um renomado antropólogo inglês, autor de diversos livros que debatem, do ponto de vista da antropologia, sociologia e também da história, aspectos da cultura e das relações sociais construídas e desenvolvidas no Ocidente. Porém, as discussões sobre o Oriente têm assumido, desde pelo menos 2004 quando publicou seu livro "*O Islã na Europa*"[1], um papel de grande destaque nas reflexões do autor, fato que se comprova por sua mais recente publicação, "*Renascimento: um ou muitos?",* traduzido ao português no presente ano, 2011, por Magda Lopes pela Editora da Unesp.

A proposta central desta obra é apresentar ao leitor, através de uma análise comparativa, a idéia de que vários "renascimentos" ocorreram em outras culturas, para além da famosa renascença italiana. De fato, Goody ressalta a importância das culturas bizantina, islâmica, judaica, indiana e chinesa para o "impulsionamento" das atividades eruditas no Ocidente Medieval, tendo em vista um gradual processo de trocas culturais. No Capítulo 1 da obra, intitulado "*A idéia de um renascimento"*, Goody apresenta a linha de sua argumentação crítica: "Todas as sociedades estagnadas requerem algum tipo de renascimento para voltarem a se mover, e isso pode implicar um olhar retrospectivo sobre épocas anteriores (a Antiguidade, no caso da Europa) ou outro tipo de florescência. Esse é o meu polêmico pano de fundo. Não vejo o Renascimento italiano como a chave para a modernidade e para o capitalismo"[2]. No pensamento do autor, a perspectiva de "resgate aos clássicos", uma marca da renascença italiana, ocorreu também em outras culturas, apresentando formas e intensidades específicas. Ao mesmo tempo, os exercícios intelectuais desenvolvidos em cada respectivo grupo social poderiam se transladar para outros por meio de atividades como o próprio comércio, prática que segue ritmos particulares também. O renascimento cultural, portanto, teria suas motivações e implicações tanto em fatores internos como externos.

---

1 GOODY, Jacky. *Islam in Europe.* Cambridge: Polity Press, , 2004, 178p.
2 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.11.

No Capítulo 2, "*Montpellier e a medicina na Europa"*, sob um olhar em micro-escala, Goody traça a importância do pensamento islâmico e judaico no avanço da medicina, desde o século VIII, em ambiente europeu. Nas palavras de Goody, "o caso da medicina mostra o tamanho da dívida da Europa com seus vizinhos islâmicos no que diz respeito à ressuscitação da investigação científica"[3]. Tal questão, aliás, é mais bem esclarecida no Capítulo 3, "*A religião e o secular"*, momento em que o autor indica um panorama de dificuldades do Ocidente europeu na tentativa de desvincular a fé da razão. Goody, no entanto, indica que ocorreu no cristianismo ocidental uma renascença no século XII e que esta foi estimulada pela produção na Andaluzia[4], importante reduto da intelectualidade islâmica. No Capítulo 4, "*Renascimento no Islã",* Goody, ao lado de S. Fennel, delineia o modo como a produção intelectual no Islã se desenvolveu, alcançando seu auge com os abássidas no século IX, principalmente sob o governo de Harun al-Rashid. Para o Islã Ocidental, Goody ressalta justamente a importância da Andaluzia: "No século XII, na Espanha e na Andaluzia, as duas 'civilizações' estavam intimamente interligadas, o Oriente contribuindo significativamente para o Ocidente"[5]. Nessa trajetória de freqüentes contatos, o autor destaca a importante participação de vários eruditos, a exemplo de Averróis, o qual teria afetado a Europa por meio de seus profundos estudos aristotélicos.

O Capítulo 5, "*Emancipação e florescência no judaísmo"*, por sua vez, volta-se ao debate sobre a importância da erudição de matriz semítica e abraâmica para o universo das trocas culturais. Salientamos que, no pensamento do autor, a cultura judaica sofrerá transformações principalmente a partir de um movimento de dentro para fora, tendo em vista certa resistência para com contatos exteriores. No Capítulo 6 e 7, respectivamente, "*Continuidade cultural na Índia"* e "*Renascimento na China",* ambos novamente com a parceria de S. Fennel, Goody destaca o elemento de gradual continuidade no que se refere ao desenvolvimento erudito para o ambiente indiano e chinês. De fato, o autor defende a idéia de uma continuidade cultural na Índia, sem rupturas da fé e do secular, tal como ocorreu no Ocidente Medieval. No entanto, destaca para essa região os sérios conflitos de segregação hinduísmo/islamismo, que sem dúvida afetaram a produção cultural. Por sua vez, Goody entrevê que a China do confucionismo desempenhou um perene florescer nas artes e no desenvolvimento "tecnológico". Na China, segundo o autor, "ainda que em alguns contextos os deuses tenham florescido – assim como no budismo, até ser parcialmente reprimido em torno de 843-845 -, o confucionismo significou um olhar retrospectivo para um programa secular ou para uma conduta pessoal e social"[6].

---

3 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.67.
4 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.77.
5 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 133.
6 GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.236.

Fechando seu livro, o último capítulo, intitulado "*As renascenças foram apenas européias?",* retoma e reforça sua tese acerca de uma dinâmica das trocas culturais desenvolvidas entre cristãos e islâmicos, cátaros do sul da França e judeus, judeus andaluzes e islâmicos, indianos hindus com os persas antigos, e dos chineses para com o pensamento racional confucionista. Ademais, Jack Goody conclui que todas as sociedades "dotadas de escrita – habilidade que foi importante para comerciantes, administradores, intelectuais e clérigos – olharam retrospectivamente para o que foi realizado em períodos anteriores, e esse olhar foi seguido algumas vezes de uma salto para a frente [...]. Todas as sociedades letradas olharam para trás, quer para textos religiosos, quer não"[7].

Jack Goody de forma alguma nega a importância da revivência cultural italiana em meados dos séculos XV e XVI, apenas pondera e relativiza tal fenômeno; de fato, na perspectiva do autor, o termo "renascimento" é entendido como um conceito, o qual compreende a idéia de um florescimento cultural e erudito que se vê realizado, principalmente, a partir de um olhar introspectivo ao passado e de um processo de trocas e transferências culturais, o qual poderia se manifestar em diferentes grupos sociais pelo mundo, a exemplo do Oriente. Assim, apresentamos aqui um convite à leitura da obra de Jack Goody, um trabalho que certamente contribui para o engendrar de novas reflexões e problematizações no âmbito não apenas da antropologia, mas também da historiografia.

[7] GOODY, Jack. *Renascimentos: um ou muitos?* Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.319.

SCHMITT, J-C. *O corpo das imagens. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru/SP: Edusc, 2007, 382p.

Diogo da Silva Roiz
Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 06/08/2011**
● **Aprovado em: 16/04/2012**

A Idade Média foi o momento de desenvolvimento da produção das imagens no Ocidente cristão. As imagens serviam para representar os homens e a Deus, assim como ensinar aos homens a respeitarem a Deus. As imagens, mais rapidamente que as palavras, serviam também para ensinarem aos homens e as mulheres do período o que eram e o que diziam as escrituras sagradas. Mais que isso, elas antecipavam para as pessoas o que representava o pecado e a salvação, o que era o céu e o inferno, como era a ira divina e as dádivas do senhor. Em todas essas situações, para Jean-Claude Schmitt[1], compreender a cultura visual e a produção de imagens na arte medieval, além de nos proporcionar um caminho para redescobrir quais os caminhos que as imagens fizeram no mundo ocidental e quais os significados que tiveram para os indivíduos, de que maneira a sociedade contemporânea, saturada de imagens, fez usos e abusos dos meios e dos significados que as imagens tiveram na Idade Média.

Numa versão muito bem traduzida por José Rivair de Macedo[2], o texto nos proporciona uma lúcida viagem pela Idade Média, demonstrando como as imagens ganharam corpo, ao fazerem uma representação do mundo e dos homens, visto que a "imagem medieval pode [...] ser comparada a uma aparição, uma epifania, portando as marcas desta" (p. 14); e também incutirem neles certas ideias, de cunho ideológico, por que forjadas com vistas à produção de um tipo de dominação, e ainda como aquele período pode nos proporcionar um rico caminho para entendermos a nossa própria sociedade.

---

1 Medievalista francês, especialista em história cultural, nas temáticas do imaginário, dos vivos e dos mortos e suas representações. Entre suas obras, destaca-se: *Os vivos e os mortos na sociedade medieval* (1999); *História da superstição* (1992); *Os gestos no medievo* (1999); *As mulheres, a arte e a religião na Idade Média* (2004). Além de ter organizado com Jacques Le Goff o *Dicionário temático do Ocidente Medieval* (2002), e com Giovanni Levi uma *História dos jovens* (1996).

2 Medievalista brasileiro, especialista em história cultural, nas temáticas do imaginário, da historiografia medieval, na mulher e religiosidade. Publicou: *A mulher na Idade Media* (1997); *Religiosidade e messianismo na Idade Média* (1996); *Movimentos populares na Idade Média* (2003); *Viver nas cidades medievais* (1999); *Riso, cultura e sociedade na Idade Média* (2000);

O livro foi organizado a partir de textos publicados, principalmente, em revistas especializadas. Ao longo dos onze ensaios reunidos para o livro, o autor demonstra como a história e a história da arte foram se entrelaçando no 'fazer' do historiador, na medida em que foram sendo desenvolvidos procedimentos de pesquisa mais apropriados para serem inquiridas as imagens figurativas, arquitetônicas, ou mesmo esculpidas. Após indicar de que maneira o estudo das imagens foi ganhando espaço no ofício do historiador, o próprio autor indica seu itinerário, pois, como aluno e, depois, assistente de Jacques Le Goff em Paris, fez parte dos avanços que a terceira geração do movimento dos *Annales* trouxe para os estudos históricos, em função dos debates que foram gerados em torno dos estudos sobre a cultura, o imaginário e as mentalidades.

Feito isso, o autor passa a discorrer de que maneira as imagens religiosas se emanciparam no Ocidente. Seguindo a premissa de que por imagens "designamos em todos os casos a representação visível de alguma coisa ou de um ser real ou imaginário", concernindo ainda "ao domínio do imaterial, e mais precisamente da imaginação" (2007, p. 12), por que elas incutem nos seres certos códigos, que acabam por gerar um tipo específico de imaginário social na sociedade como um todo – apesar de possíveis peculiaridades nas suas formas de recepção entre os indivíduos –, o autor buscou demonstrar como as imagens ganhavam corpo ao serem produzidas mediante um projeto ideológico de cunho universalizador, comandado pela cristandade ocidental. Para ele, esse mecanismo de transmissão de ideias, condutas e regras também teria contribuído para a formação de uma cultura visual entre os homens e mulheres do período, ao se debruçarem sobre as imagens produzidas pela arquitetura românica e, depois, pela gótica. Nesse sentido, além de nos indicar como compreendiam as imagens, o autor nos fornece subsídios para pensar quais as experiências religiosas que as pessoas do período tinham ao terem contato direto com o que entendiam como o divino, o sagrado, o eterno e o verdadeiro caminho a ser seguido pela humanidade. Desse modo, apresenta-nos ainda como apreendiam as categorias do passado, do presente e do futuro, e por que o tempo da tradição, voltado para o passado e para as origens, desfrutou de maior valoração, por fornecer um sentido para a conduta dos homens e suas escolhas no presente e no futuro, para que alcançassem a redenção com o criador – visto que este era, desde o início, um pecador, por ter se rebelado contra Deus, ao comer o fruto proibido.

Por essa razão, o autor nos indica as relações entre a escrita e as imagens, e como as imagens apresentavam os caminhos da liberdade, desde que seguidas corretamente às normas. Na medida em que as expectativas de um fim iminente da humanidade foram se esvaindo com o passar do ano mil, juntamente com a reestruturação da cristandade ocidental, novas imagens foram ganhando espaço, como o crucifixo, Cristo e Maria, sua mãe, as estátuas de santos e suas relíquias. Com o mesmo cuidado, o autor também nos indica quais os símbolos, signos e gestos foram se

agrupado ao imaginário religioso, com esta nova configuração de imagens. Assim como as imagens visíveis, que também davam forma as imagens invisíveis, o autor nos demonstra a importância dos sonhos, das visões e dos fantasmas para a projeção e fixação destes imaginários sociais entre a população em geral. Com isso, nos informa a eficácia das imagens no interior do projeto da cristandade ocidental.

Apesar da variedade de temas discutidos no texto, para apresentar como eram entendidos os *imagos* (e de que maneira eram formados, substituídos e/ou multiplicados), indo da relação imagem – imaginação – imaginário para a sua conformação na sociedade, das imagens de Deus as de Cristo e de Maria, dos santos as relíquias, pontuando as principais temáticas bíblicas escolhidas pela cristandade ocidental para divulgarem seu projeto, por meio das imagens que serviam como uma via didática e pedagógica para o ensino do reto caminho a ser seguido pela humanidade, o texto tem toda uma coerência e objetivos muito precisos. Por que ao nos oferecer os contornos que as imagens manifestaram no período, tendo em vista que a "imagem medieval se impõe como uma aparição, entra no visível, torna-se sensível" (p. 16), tendo "de um lado a universalidade cristã; de outro, o *locus* particular, a igreja paroquial, o lugar de peregrinação, a cidade que se dedica ao seu santo patrono e ao culto de suas imagens", as "mudanças históricas que afetam as relações entre estes dois pólos, em geral complementares e por vezes antagônicos, devem ter desempenhado um papel importante no estatuto e nas funções diversas das imagens" (p. 20). Ao fazer esse caminho, o autor explora os "significados sociais do corpo e das formas de 'corporeidade' na Idade Média", indicando como "olhar as santas imagens não era somente uma operação dos sentidos [...], mas um ato de *imaginatio*, do qual se esperava que pudesse transformar a carne e, mais ainda, a alma dos seres", pois, da "imagem ao espectador, não havia solução de continuidade, como se um fluido corresse de uma para o outro, por meio da imaginação, para retornar em direção à imagem e por sua vez transformá-la" (p. 368).

Portanto, ao indicar como as imagens foram ganhando certo corpo na Idade Média, por que constituídas por intermédio de um projeto ideológico unificador, centralizado pela cristandade ocidental, o autor nos mostra de que modo se formou uma cultura visual, na qual se projetava os filtros de leitura das imagens e por intermédio delas se fixasse um imaginário social entre os indivíduos das sociedades do Ocidente cristão.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A ***Revista Diálogos Mediterrânicos***, publicação acadêmica vinculada ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos da Universidade Federal do Paraná, se estrutura em dossiê, artigos isolados, resenhas e entrevistas. Os trabalhos enviados devem obedecer à seguinte normativa:

SEÇÃO	TITULAÇÃO
Dossiê	Doutores; Doutores com co-autoria de Doutorandos.
Artigos	Doutores; Doutores com co-autoria de Doutorandos.
Resenhas	Doutores; Doutorandos; Mestres; Mestrandos.

1. Extensão: os artigos devem ter no máximo 20 páginas e as resenhas (de livros publicados nos últimos 07 [sete] anos) devem ter até 5 páginas.

2. Todos os textos devem ser digitados em *Word for Windows*. Margens: 2 cm. Fonte e espaçamento: *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1 ½.

- Para citações com mais de 3 linhas, destacar o texto e utilizar recuo de 4 cm, fonte tamanho 11, espaçamento entre linhas simples.

3. Resumo e palavras-chave: os artigos devem apresentar obrigatoriamente um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em Inglês (*Abstract*), ou em Francês (*Résumé*), ou em Espanhol (*Resumen*) ou Italiano (*Sintesi*) e de três palavras-chave, em Português e na língua escolhida para a tradução do resumo.

- Nos casos de artigos não escritos em Português, os resumos e palavras-chaves devem ser escritos em uma das opções de língua citadas, diferente da utilizada no artigo.
- Só serão aceitas resenhas escritas em Português.

4. Título: também traduzido para o Inglês, ou Francês, Italiano ou Espanhol. Centralizado, fonte tamanho 16, em negrito.

5. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé.

6. Citações e notas de rodapé: devem ser apresentadas em fonte *Times New Roman* corpo 10 e de acordo com as normas seguintes e em rodapé:

- Citação de Livros: SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico***.** Edição. Cidade, Editora, ano, p. ou pp.
- Citação de artigos de revistas ou capítulos de livros: SOBRENOME, Nome. "Título do Artigo" In *Título do Periódico em itálico***.** Cidade, Editora, Ano, Vol., nº, p. ou pp.
- A primeira nota deverá conter informações sobre o autor do texto, para conhecimento do editor, sendo suprimida na versão para os avaliadores.

7. Não serão aceitas bibliografias.

8. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, apresentar todos os itens acima.

9. Toda correspondência referente à ***Revista Diálogos Mediterrânicos*** deve ser encaminhada de forma eletrônica, pelo seguinte email: revistadialogosmediterranicos@hotmail.com